

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional.

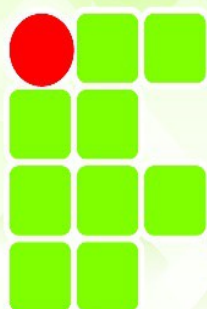
A PRESIDENTE do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15/12/2011, publicado no DOU de 16/12/2011 e atendendo as determinações da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando a deliberação do Conselho Superior do IFSC em 19 de Novembro de 2014;

RESOLVE:

Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, referente ao período 2015-2019.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER
Presidente do Conselho Superior do IFSC



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **2015 – 2019**

Florianópolis – Dezembro 2014



REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

1909-2014

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Ensino

Daniela de Carvalho Carrelas

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Mário de Noronha Neto

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

Golberi de Salvador Ferreira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Administração

Elisa Flemming Luz

Diretores-gerais dos câmpus

Olivier Allain | Diretor-geral do Câmpus Araranguá

Albertinho Della Giustina | Diretor-geral do Câmpus Caçador

Maria Bertília Oss Giacomelli | Diretora-geral do Câmpus Canoinhas

Mauro Ceretta Moreira | Diretor-geral do Câmpus Chapecó

Cedenir Buzanelo Spillere | Diretor-geral do Câmpus Criciúma

Maurício Gariba Júnior | Diretor-geral do Câmpus Florianópolis

Nelda Plentz de Oliveira | Diretora-geral do Câmpus Florianópolis-Continente

Telma Pires Pacheco Amorim | Diretora-geral do Câmpus Garopaba

Sérgio Seitsi Uda | Diretor-geral do Câmpus Gaspar

Marlon Vito Fontanive | Diretor-geral do Câmpus Geraldo Werninghaus

Carlos Alberto Souza | Diretor-geral do Câmpus Itajaí

Erci Schoenfelder | Diretor-geral do Câmpus Jaraguá do Sul

Maurício Martins Taques | Diretor-geral do Câmpus Joinville

Raquel Matys Cardenuto | Diretora-geral do Câmpus Lages

Vilmar Silva | Diretor-geral do Câmpus Palhoça-Bilíngue

Juarez Pontes | Diretor-geral do Câmpus São Carlos

Marcílio Lourenço da Cunha | Diretor-geral do Câmpus São José

Fábio Zanella | Diretor do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste

Diego Albino Martins | Diretor-geral do Câmpus São Miguel do Oeste

Rita de Cássia Flor | Diretora-geral do Câmpus Tubarão

Marcos Roberto Dobler Stroschein | Diretor-geral do Câmpus Urupema

Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz | Diretora-geral do Câmpus Xanxerê

Comissão Central do PDI¹

Presidente

Andrei Zwetsch Cavalheiro | Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Membros

Crislaine Gruber | Secretária Executiva do PDI

Daniel Augustin Pereira | Representante do Sinasefe

Daniela de Carvalho Carrelas | Pró-Reitora de Ensino

Elisa Flemming Luz | Pró-Reitora de Administração

Golberi de Salvador Ferreira | Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

Marcos Aurélio Neves | Representante do Sinasefe

Mário de Noronha Neto | Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Marlon Vito Fontanive | Representante do Colégio de Dirigentes

Maurício Martins Taques | Representante do Colégio de Dirigentes

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva | Diretora de Gestão do Conhecimento

¹ Portarias da Reitora n. 322, 1.139, 1.860, 2.547 do ano de 2013.

Comissão Operacional do PDI²

Presidente

Crislaine Gruber | Secretária Executiva do PDI

Membros

Alisson Luiz Lessak | Assistente em Administração

Ana Carolina Vieira Rodriguez | Revisora de texto

Bruno Cavalheiro Bertagnolli | Assistente em Administração

Cristiele Aparecida Petri | Coordenadora de Planejamento

Deizi Paula Giusti Consoni | Assessora da Prodin

Felipe Gustavo de Andrade | Assistente em Administração

Juliana Vamerlati Santos | Técnica em Assuntos Educacionais

Raquel Lilian Barbi de Cerqueira | Assistente em Administração

² Portarias da Reitora n. 563, 1.140 e 1.252 do ano de 2013 e n. 1.085 e 2.759 do ano de 2014. A Comissão Operacional teve, ao longo de sua atuação, diferentes composições, constantes nas portarias citadas.

Comissões Locais do PDI

As Comissões Locais do PDI nos câmpus foram compostas por:

1) Membros natos:

- **Diretor-Geral**, como presidente;
- **Assessor da Direção-Geral**, como secretário;
- **Chefes de Departamento**.

2) Representantes docentes, técnico-administrativos e discentes, indicados pelos Colegiados dos Câmpus e apresentados a seguir.

A Comissão Local da reitoria foi composta por quatro servidores da reitoria e é apresentada ao final desta relação.

Câmpus Araranguá

Docentes: **Ana Cristina Ferreira Geraldo,**

Cesar Luiz Moreira da Fonseca Marques, Jorge Luiz Angeloni

Técnico-administrativos: **Marcio Heidmann Blasius, Roberta Lohn**

Discentes: **Luana Correa, Murilo Gabriel, Theuly Gomes Pinto, Aracelli Soares de Souza da Costa, Jéssica Pereira da Silva, Ana Claudia Aguiar da Silva, Joelma Vicente Longaretti, Mary Estela Greff**

Câmpus Caçador

Docentes: **Ana Carolina V. Rodriguez, Pierry Teza,**

Rodrigo Acácio Paggi, Thiago Waltrik

Técnico-administrativos: **Andreia Willrich, Naipi Hommerding**

Câmpus Canoinhas

Docente: **Orlando Rogério Campanini**

Técnico-administrativos: **William Sadao Hasegawa,**

Juliete Alves dos Santos Linkowski

Discente: **Silvestre José Nadrozski**



Câmpus Chapecó

Docente: **Luiz Sílvio Scartazzini**

Técnico-administrativo: **Márcio Zamboni**

Câmpus Criciúma

Docentes: **Geóvio Kroth, Luciléia Marcon**

Técnico-administrativo: **Rafael Zaniboni Alves**

Discente: **Edson Zanete**

Câmpus Florianópolis

Docente: **Luiz Fernando S. de Andrade**

Técnico-administrativo: **Douglas Deni Alves**

Discente: **Amanda Zuffo Nicoleit dos Santos**

Câmpus Florianópolis-Continente

Docentes: **Ângela Faria Brognoli, Fabíola Martins dos Santos**

Técnicos-administrativos: **Camila Paim Veran Coelho, Juliana Farias de Lima,**

Gleicy Correa Nunes Marques, Meimilany Gelsleicher

Discente: **Guerrando Palei Junior**

Câmpus Garopaba

Docente: **Sabrina Moro Villela Pacheco**

Técnico-administrativo: **Marcelo Eduardo de Oliveira**

Câmpus Gaspar

Docentes: **Mauricio Edgar Stivanello, Saulo Vargas**

Técnicos-administrativos: **Daniele Caroline da Silva, Barbara Raquel Maidel**

Discentes: **Thiago de Oliveira, Nicolas dos Santos**

Câmpus Geraldo Werninghaus

Docentes: **Délcio Luiz Demarchi, Alexandre Galiotto**

Técnico-administrativos: **Evandro Belmiro da Silva, Marilu de Fátima Kuhn**

Discente: **Cintia Fischer**

Câmpus Jaraguá do Sul

Docentes: **Ariela Porto, Dilcleia Dobrowolski,**

Giovani Pakuszewski, Vitor Chemello, Viviane Grimm

Técnico-administrativo: **Virgínea Aparecida de Lorena**

Discente: **Maurício Goetten**

Câmpus Itajaí

Docente: **Renata Costella Acauan**

Técnico-administrativos: **Barbara Frassini, Diego Pacheco**

Discente: **Marcos Saboya de Albuquerque**

Câmpus Joinville

Docentes: **Josiane Steil Siewert, Marcos Aurelio Schwede,**

Matheus Fontanelle Pereira, Mirian Loregian

Técnico-administrativos: **Alexandra J. Dal Pizzol Coelho Zanin, Daniela Cristina Viana**

Câmpus Lages

Docente: **Fabio Zanella**

Técnico-administrativo: **Márcia Medeiros de Lima**

Discentes: **Jaqueline da Silva Izaias, Natalia Regina Dutra da Costa**

Câmpus Palhoça-Bilíngue

Docente: **Carmem Cristina Beck**

Técnico-administrativos: **Elanir Rosa, Maria Verônica Aparecida Padilha Matos**

Discente: **Juçara Rosa Silva**

Câmpus São José

Docentes: **Fernando Gonçalves Bitencourt, Sueli Costa**

Técnico-administrativos: **Carlos Alberto de Campos Pires, João Pacheco de Souza**

Discentes: **Ana Caroline da Silva, Tayná Dalsasso**

Câmpus São Miguel do Oeste

Docentes: **Sérgio Cerutti, Juliano Daniel Boscatto**

Técnico-administrativos: **Jacinta Lúcia Rizzi Marcon, Dirce B. Werlang**

Discentes: **Sérgio Carpeggiari Júnior, Kahuana R. Ortigara**

Câmpus Urupema

Docentes: **Leilane Costa de Conto, Silmar Primieri**

Técnico-administrativo: **Camila Koerich Espíndola**

Discente: **Josieli Arruda**

Câmpus Xanxerê

Docentes: **Juliano da Cunha Gomes, Luciana Senter, Jean Senise Pimenta**

Técnico-administrativos: **Regis Zanella, Romulo Kunzler, Rosangela Padilha da Cruz**

Discentes: **Kellen Dalvana Bruchez, Adriana Irene Gasparetto, Fernando Bortolon**

Reitoria

Ádila Márcia Antunes da Silva da Rosa

Nelson Granados Moratta

Sandra Lopes Guimarães

Paula Clarissa de Souza

Comissões Temáticas do PDI

Valores Institucionais³

Presidente

Ana Lúcia da Silveira Machado | Técnica em Assuntos Educacionais

Membros

Gleicy Corrêa Nunes Marques | Membro da Comissão de Ética do IFSC

Luciana Ughini Goldschmidt | Psicóloga

Mara Lucia Masutti | Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Educação

Marcos Aurélio Neves | Representante do Sinasefe

Nádia Garlet | Relações Públicas

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva | Diretora de Gestão do Conhecimento

Planejamento Estratégico⁴

Presidente

Andrei Zwetsch Cavalheiro | Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Membros

Camila Koerich Burin | Membro da Comissão Própria de Avaliação

Cristiele Aparecida Petri | Coordenadora de Planejamento

Raphael Thiago Gerba | Membro da Comissão Própria de Avaliação

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva | Diretora de Gestão do Conhecimento

Silvio Aparecido da Silva | Coordenador de Pesquisa Institucional

3 Portaria da Reitora n. 1879 do ano de 2013.

4 Portaria da Reitora n. 1802 do ano de 2013.

Plano de Oferta de Cursos e Vagas⁵

Presidente

Daniela de Carvalho Carrellas

Membros

Adilson Jair Cardoso

Aldo Zanella Junior

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Antônio Galdino da Costa

Carlise Beddin Fritzen Freire

Carlos Alberto Souza

Cássio Aurélio Suski

Claúdia Regina Silveira

Cristine Ferreira Costa

Edilene dos Santos Copetti

Eliane Maria Zandonai Michielin

Graziela de Souza Sombrio

Jaciara Zarpellon Mazo

Juarês de Melo Vieira

Luiz Alberto Vicari

Luiz Otávio Cabral

Margarida Hahn

Maria Angélica Bonadiman Marin

Marilene Vilhena de Oliveira

Mirtes Lia Pereira Barbosa

Neli de Lemos

Noeli Moreira

Orlando Rogério Campanini

Paulo César Machado

Roberta Garcia Barbosa

Silvio Aparecido da Silva

Thiago Meneghel Rodrigues

Valter Vander de Oliveira

Wilson Castello Branco

⁵ Portarias da Reitora n. 1801 do ano de 2013, n. 977, 2100 e 2415 do ano de 2014. A Comissão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas teve, ao longo de sua atuação, diferentes composições, constantes nas portarias citadas.

Plano Diretor de Infraestrutura Física⁶

Caio Alexandre Martini Monti | Diretor de Expansão

Dorival Menegaz Nandi | Procurador Educacional Institucional

Elon José Lenzi | Engenheiro

Fabio Donath | Engenheiro

Geancarlo Vieira Werner | Chefe do Departamento de Administração do Câmpus Lages

Organização e Gestão de Pessoal⁷

Daniel Lohmann | Membro do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas

Kleny Pires do Amaral | Coordenadora de Recrutamento e Seleção

Larissa Vargas Becker | Membro do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas

Oscar Silva Neto | Diretor de Gestão de Pessoas

Sueli Costa | Membro do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas

Volnei Velleda Rodrigues | Membro do Conselho Superior

6 Portarias da Reitora n. 1898 e 2547 do ano de 2013, e n. 1086 do ano de 2014.

7 Portarias da Reitora n. 1843 e 2547 do ano de 2013.

Comissões Temáticas do PPI⁸

Ensino, Pesquisa e Extensão

Presidente

Valdir Noll | Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Membros

Caroline Lengert Guedes | Técnica em Assuntos Educacionais

Cristine Ferreira Costa | Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
do Câmpus Garopaba

Daniela de Carvalho Carrelas | Pró-Reitora de Ensino

Douglas Juliani | Coordenador de Articulação de Políticas Sociais

Evandro Belmiro da Silva | Pedagogo

Fabiana Mortimer Amaral | Diretora de Extensão

Morgana Dias Johann | Técnica em Assuntos Educacionais

Ricardo Luiz Alves | Chefe do Departamento Acadêmico de Eletrotécnica
do Câmpus Florianópolis

Sandra Lopes Guimarães | Técnica em Assuntos Educacionais

Políticas de Gestão

Presidente

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva | Diretora de Gestão do Conhecimento

Membros

Ádila Marcia Antunes da Silva da Rosa | Chefe do Departamento de Contratos

Geancarlo Vieira Werner | Chefe do Departamento de Administração do Câmpus Lages

Juarez Pontes | Diretor-geral do Câmpus São Carlos

Maurício Gariba Junior | Diretor-geral do Câmpus Florianópolis

Michelle Conceição Correa | Pedagoga

⁸ Portaria da Reitora n. 802 e 1383 do ano de 2013.

Assuntos Estudantis

Presidente

Janaína Turcato Zanchin | Psicóloga

Membros

André Soares Alves | Diretor de Assuntos Estudantis

Juliana Farias de Lima | Assistente em Administração

Milene Aparecida Martins Sobral | Técnica em Assuntos Educacionais

Telma Pires Pacheco | Diretora-geral do Câmpus Garopaba

Yuri Lopes Adib Salomão | Coordenador Curso Técnico em Química do Câmpus Gaspar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: O IFSC em Santa Catarina.....	1.2
Figura 1.2: Linha do tempo do IFSC.....	1.5
Figura 3.1: Mapa estratégico do IFSC.....	3.8
Figura 3.2: Estrutura do objetivo estratégico.....	3.9
Figura 3.3: Estrutura de apresentação dos objetivos estratégicos.....	3.11
Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria.....	9.3
Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração.....	9.4
Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	9.5
Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino.....	9.6
Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	9.7
Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.....	9.8
Figura 13.1: Ciclo Desejável – Planejamento Estratégico.....	13.3

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total Geral do IFSC.....	4.3
Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC, sem o Cerfead.....	4.4
Tabela 4.3: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC, incluindo o Cerfead	4.5
Tabela 4.4: Distribuição da oferta de custeio próprio medida pela CTAECH.....	4.5
Tabela 4.5: Distribuição da oferta medida pela CTAECH, sem a oferta do Cerfead.....	4.6
Tabela 4.6: Oferta de cursos do Proeja medida pelas VTA.....	4.7
Tabela 4.7: Distribuição da Oferta pela CTAECH por nível de ensino.....	4.8
Tabela 4.8: Relação aluno-professor para a oferta total de custeio próprio.....	4.9
Tabela 4.9: Número de cursos e VTA da oferta de custeio próprio, planejados até 2019, com detalhamento do tipo de curso.....	4.9
Tabela 4.10: Número de cursos e VTA da oferta de custeio próprio, planejados até 2019, com detalhamento do tipo de curso e tipo de oferta.....	4.10
Tabela 4.11: Número de cursos e CTA da oferta de custeio próprio, planejados até 2019, com detalhamento do tipo de curso e tipo de oferta.....	4.10
Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio com previsão de implantação até 2019, e respectivas vagas de ingresso criadas, com detalhamento do tipo de curso.....	4.11
Tabela 4.13: Número de cursos da oferta de custeio próprio que estão ou entrarão em extinção até 2019, e respectivas vagas de ingresso extintas, com detalhamento do tipo de curso.....	4.11
Tabela 4.14: Cursos e vagas de ingresso a serem criados para expansão da oferta de custeio próprio.....	4.12
Tabela 4.15: Número de cursos e vagas de ingresso da oferta geral, por Eixo Tecnológico	4.12
Tabela 4.16: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio com previsão de implantação até 2019, e respectivas vagas de ingresso criadas, com detalhamento por Eixo Tecnológico.....	4.13
Tabela 4.17: Vagas de ingresso da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico....	4.13

Tabela 4.18: Vagas de ingresso da oferta geral de cursos técnicos, por Eixo Tecnológico	4.14
Tabela 4.19: Vagas de ingresso da oferta geral de cursos superiores de tecnologia, por Eixo Tecnológico.....	4.14
Tabela 4.20: Oferta do Cerfead para 2015.....	4.22
Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus....	4.31
Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus, medida por CTAECH.....	4.32
Tabela 4.23: Número cumulativo de VTA da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por tipo de curso.....	4.33
Tabela 4.24: Número cumulativo de VTA da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta.....	4.34
Tabela 4.25: Oferta de vagas do Câmpus Araranguá com custeio próprio.....	4.35
Tabela 4.26: Oferta de vagas do Câmpus Araranguá com custeio externo.....	4.35
Tabela 4.27: Indicadores da oferta do Câmpus Araranguá.....	4.35
Tabela 4.28: Oferta de vagas do Câmpus Caçador com custeio próprio.....	4.36
Tabela 4.29: Oferta de vagas do Câmpus Caçador com custeio externo.....	4.36
Tabela 4.30: Indicadores da oferta do Câmpus Caçador.....	4.36
Tabela 4.31: Oferta de vagas do Câmpus Canoinhas com custeio próprio.....	4.37
Tabela 4.32: Oferta de vagas do Câmpus Canoinhas com custeio externo.....	4.37
Tabela 4.33: Indicadores da oferta do Câmpus Canoinhas.....	4.38
Tabela 4.34: Oferta de vagas do Câmpus Chapecó com custeio próprio.....	4.38
Tabela 4.35: Indicadores da oferta do Câmpus Chapecó.....	4.39
Tabela 4.36: Oferta de vagas do Câmpus Criciúma com custeio próprio.....	4.39
Tabela 4.37: Oferta de vagas do Câmpus Criciúma com custeio externo.....	4.40
Tabela 4.38: Indicadores da oferta do Câmpus Criciúma.....	4.40
Tabela 4.39: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis com custeio próprio.....	4.41
Tabela 4.40: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis com custeio externo.....	4.41
Tabela 4.41: Indicadores da oferta do Câmpus Florianópolis.....	4.42
Tabela 4.42: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis-Continente com custeio próprio	4.43

Tabela 4.43: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis-Continente com custeio externo.....	4.43
Tabela 4.44: Indicadores da oferta do Câmpus Florianópolis-Continente.....	4.44
Tabela 4.45: Oferta de vagas do Câmpus Garopaba com custeio próprio.....	4.44
Tabela 4.46: Oferta de vagas do Câmpus Garopaba com custeio externo.....	4.45
Tabela 4.47: Indicadores da oferta do Câmpus Garopaba.....	4.45
Tabela 4.48: Oferta de vagas do Câmpus Gaspar com custeio próprio.....	4.45
Tabela 4.49: Oferta de vagas do Câmpus Gaspar com custeio externo.....	4.46
Tabela 4.50: Indicadores da oferta do Câmpus Gaspar.....	4.46
Tabela 4.51: Oferta de vagas do Câmpus Geraldo Werninghaus com custeio próprio...	4.47
Tabela 4.52: Indicadores da oferta do Câmpus Geraldo Werninghaus.....	4.47
Tabela 4.53: Oferta de vagas do Câmpus Itajaí com custeio próprio.....	4.48
Tabela 4.54: Oferta de vagas do Câmpus Itajaí com custeio externo.....	4.48
Tabela 4.55: Indicadores da oferta do Câmpus Itajaí.....	4.48
Tabela 4.56: Oferta de vagas do Câmpus Jaraguá do Sul com custeio próprio.....	4.49
Tabela 4.57: Oferta de vagas do Câmpus Jaraguá do Sul com custeio externo.....	4.49
Tabela 4.58: Indicadores da oferta do Câmpus Jaraguá do Sul.....	4.50
Tabela 4.59: Oferta de vagas do Câmpus Joinville com custeio próprio.....	4.50
Tabela 4.60: Oferta de vagas do Câmpus Joinville com custeio externo.....	4.51
Tabela 4.61: Indicadores da oferta do Câmpus Joinville.....	4.51
Tabela 4.62: Oferta de vagas do Câmpus Lages com custeio próprio.....	4.52
Tabela 4.63: Indicadores da oferta do Câmpus Lages.....	4.52
Tabela 4.64: Oferta de vagas do Câmpus Palhoça-Bilíngue com custeio próprio.....	4.53
Tabela 4.65: Indicadores da oferta do Câmpus Palhoça-Bilíngue.....	4.53
Tabela 4.66: Oferta de vagas do Câmpus São Carlos com custeio próprio.....	4.54
Tabela 4.67: Oferta de vagas do Câmpus São Carlos com custeio externo.....	4.54
Tabela 4.68: Indicadores da oferta do Câmpus São Carlos.....	4.54
Tabela 4.69: Oferta de vagas do Câmpus São José com custeio próprio.....	4.55
Tabela 4.70: Indicadores da oferta do Câmpus São José.....	4.55
Tabela 4.71: Oferta de vagas do Câmpus São Lourenço do Oeste com custeio próprio	4.56
Tabela 4.72: Indicadores da oferta do Câmpus São Lourenço do Oeste.....	4.56

Tabela 4.73: Oferta de vagas do Câmpus São Miguel do Oeste com custeio próprio....	4.57
Tabela 4.74: Oferta de vagas do Câmpus São Miguel do Oeste com custeio externo....	4.57
Tabela 4.75: Indicadores da oferta do Câmpus São Miguel do Oeste.....	4.57
Tabela 4.76: Oferta de vagas do Câmpus Tubarão com custeio próprio.....	4.58
Tabela 4.77: Oferta de vagas do Câmpus Tubarão com custeio externo.....	4.58
Tabela 4.78: Indicadores da oferta do Câmpus Tubarão.....	4.59
Tabela 4.79: Oferta de vagas do Câmpus Urupema com custeio próprio.....	4.59
Tabela 4.80: Indicadores da oferta do Câmpus Urupema.....	4.60
Tabela 4.81: Oferta de vagas do Câmpus Xanxerê com custeio próprio.....	4.60
Tabela 4.82: Indicadores da oferta do Câmpus Xanxerê.....	4.61
Tabela 7.1: Tipologia de câmpus e Quadros de Referência de TAE propostos pelo GT Quadro.....	7.17
Tabela 7.2: Projeção de expansão do quadro docente.....	7.20
Tabela 7.3: Quadro de vagas de servidores técnico-administrativos.....	7.21
Tabela 12.1: LOA 2013 IFSC.....	12.4
Tabela 12.2: Projeção do Orçamento do IFSC conforme Matriz Conif.....	12.7
Tabela 12.3: Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias.....	12.8
Tabela 13.1: Cronograma geral de revisão e atualização do PDI 2015-2019 e de Construção do PDI 2020-2024.....	13.10

LISTA DE QUADROS

Quadro 6.1: Dados relativos às bibliotecas do IFSC.....	6.3
Quadro 6.2: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC.....	6.12
Quadro 11.1: Polos da UAB com oferta de cursos do IFSC.....	11.3
Quadro 11.2: Polos da Rede e-Tec Brasil com oferta de cursos do IFSC.....	11.4
Quadro 11.3: Neads do IFSC.....	11.4
Quadro 13.1: Ficha do Indicador – Modelo.....	13.11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- Assint – Coordenadoria de Assuntos Internacionais
- BPeq – Banco de Professor-Equivalente
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Cepe – Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
- Cerfead – Centro de Referência em Formação e Educação a Distância
- Certific – Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
- Codir – Colégio de Dirigentes
- Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- Consup – Conselho Superior
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CST – Cursos Superiores de Tecnologia
- CTA – Capacidade Total Anual
- CTAECH – Capacidade Total Anual Equalizada pela Carga Horária Semestral
- Dinter – Doutorado Interinstitucional
- EPCT – Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- e-Tec – Programa Escola Técnica Aberta do Brasil
- FIC – Formação Inicial e Continuada
- FOR – Cursos de formação de formadores
- IGC – Índice Geral de Cursos
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- MEC – Ministério da Educação
- Minter – Mestrado Interinstitucional
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- MTA – Matrículas Totais Anuais
- MTAECH – Matrículas Totais Anuais Equalizadas pela Carga Horária Semestral
- NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas



Nead – Núcleo de Educação a Distância
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
OUT – Outros cursos FIC e superiores
PAEVS – Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social
PAT – Plano Anual de Trabalho
PCCTAE – Plano de Carreira dos servidores Técnico-administrativos em Educação
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PET – Programa de Educação Tutorial
PNE – Pessoas com necessidades específicas
PNE – Plano Nacional de Educação
POCV – Plano de Oferta de Cursos e Vagas
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PQI – Plano de Qualificação Institucional
Procaed – Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Educacional
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSAE – Programa de Segurança Alimentar do Estudante
QRSTAE – Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação
RAP – Relação aluno-professor
RAPc – Relação aluno-professor medida pela capacidade
RAPm – Relação aluno-professor medida pelas matrículas
RDP – Regulamento Didático Pedagógico
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal
SiBI/IFSC – Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior



TEC – Cursos técnicos

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UG-R – Unidades Gestoras Responsáveis

VTA – Vagas de Ingresso Totais Anuais

VTAECH – Vagas de Ingresso Totais Anuais Equalizadas pela Carga Horária Semestral

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL.....	1.1
1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	1.1
1.2 HISTÓRICO.....	1.2
1.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	1.6
Missão.....	1.6
Visão.....	1.6
Valores.....	1.6
1.4 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS.....	1.6
1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	1.8
1.5.1 Ensino.....	1.9
Níveis.....	1.9
Modalidades de oferta.....	1.10
Eixos tecnológicos.....	1.10
As áreas do conhecimento.....	1.10
1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Assuntos Internacionais.....	1.11
1.5.3 Extensão.....	1.12

CAPÍTULO 2

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	2.1
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI.....	2.1
2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS.....	2.4
2.2.1 Concepção de educação.....	2.5
2.2.2 Concepção de educação profissional e tecnológica.....	2.5
2.2.3 Concepção de currículo.....	2.7
2.2.4 Concepção de avaliação.....	2.8
2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	2.10
2.3.1 Caracterização do ensino.....	2.10
Definição e Importância.....	2.11
Objetivos.....	2.12



Diretrizes Gerais.....	2.13
Políticas.....	2.14
2.3.2 Caracterização da extensão.....	2.15
Definição.....	2.15
Importância.....	2.16
Objetivos.....	2.17
Diretrizes Gerais.....	2.18
Políticas.....	2.19
2.3.3 Caracterização da pesquisa.....	2.20
Definição e Contexto.....	2.20
Importância.....	2.21
Objetivos.....	2.22
Diretrizes Gerais.....	2.23
Políticas.....	2.25
2.3.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.....	2.26
2.3.5 Referenciais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos.....	2.30
2.3.6 Formação de formadores.....	2.31
2.4 GESTÃO.....	2.32
2.4.1 Concepções.....	2.32
2.4.2 Relevância.....	2.34
Avaliação.....	2.35
2.4.3 Princípios.....	2.37
2.4.4 Diretrizes.....	2.38
2.4.5 Políticas.....	2.40
2.5 ASSUNTOS ESTUDANTIS.....	2.42
2.5.1 Acesso.....	2.42
2.5.2 Permanência e êxito.....	2.44
2.5.3 Pessoas com necessidades específicas.....	2.45
2.5.4 Egressos.....	2.49
CAPÍTULO 3	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	3.1

3.1 PERSPECTIVAS.....	3.2
3.1.1 Alunos e sociedade.....	3.2
3.1.2 Processos.....	3.2
3.1.3 Pessoas e conhecimento.....	3.2
3.2 TEMAS ESTRATÉGICOS.....	3.3
3.2.1 Inclusão social.....	3.3
3.2.2 Inserção profissional.....	3.4
3.2.3 Pesquisa e inovação.....	3.5
3.2.4 Intervenção político-social.....	3.5
3.2.5 Identidade e imagem institucional.....	3.6
3.3 MAPA ESTRATÉGICO.....	3.8
3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	3.9
3.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	3.11
3.6 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE.....	3.12
3.7 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS.....	3.22
3.8 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO.....	3.35

CAPÍTULO 4

PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS.....	4.1
4.1 OFERTA TOTAL DO IFSC.....	4.3
4.2 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS PRESENCIAIS.....	4.15
4.2.1 Cursos técnicos.....	4.15
4.2.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST).....	4.19
4.2.3 Bacharelados.....	4.20
4.2.4 Licenciaturas.....	4.20
4.2.5 Especializações.....	4.21
4.2.6 Mestrados.....	4.21
4.2.7 Cerfead.....	4.22
4.3 OFERTA DE EAD.....	4.23
4.3.1 Cursos FIC.....	4.23
4.3.2 Cursos técnicos.....	4.25
4.3.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST).....	4.26



4.3.4 Licenciaturas.....	4.27
4.3.5 Especializações.....	4.27
4.4 OFERTA DOS CÂMPUS.....	4.31
4.5 GLOSSÁRIO.....	4.62
CAPÍTULO 5	
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.....	5.1
5.1 INOVAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.....	5.1
CAPÍTULO 6	
PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	6.1
6.1 SITUAÇÃO ATUAL.....	6.2
6.1.1 Bibliotecas.....	6.2
6.1.2 Espaços físicos.....	6.3
Geral.....	6.4
Laboratórios.....	6.4
6.1.3 Acessibilidade.....	6.11
6.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	6.13
6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas.....	6.14
6.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus.....	6.15
6.2.3 Diretrizes para a acessibilidade.....	6.17
6.3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	6.18
CAPÍTULO 7	
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	7.1
7.1 DIRETRIZES GERAIS.....	7.1
7.1.1 Critérios de seleção e contratação.....	7.1
7.1.2 Da admissão de pessoas com deficiência.....	7.4
7.1.3 Da admissão de estrangeiros.....	7.5
7.1.4 Centro de Referência em Formação e EaD.....	7.5
7.1.5 Ambientação e Procaed.....	7.6
7.2 CORPO DOCENTE.....	7.6
7.2.1 Composição.....	7.6

7.2.2 Plano de carreira.....	7.6
7.2.3 Procedimentos para substituição de professores e recomposição do quadro.....	7.9
7.2.4 Política de qualificação.....	7.10
7.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	7.12
7.3.1 Composição.....	7.12
7.3.2 Plano de carreira.....	7.12
7.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro.....	7.15
7.3.4 Política de qualificação.....	7.17
7.4 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL.....	7.19

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	8.1
8.1 INGRESSO.....	8.1
8.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS).....	8.2
8.3 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTUDANTE.....	8.2
8.4 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO PERCURSO FORMATIVO.....	8.3
8.5 ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS.....	8.5
8.6 EGRESSOS.....	8.6

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	9.1
9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	9.1
9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus.....	9.8
9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO.....	9.9
9.2.1 Conselho Superior (Consup).....	9.9
9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir).....	9.10
9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.....	9.11
9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP).....	9.11
9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).....	9.12
9.3.3 Colegiados dos câmpus.....	9.13
9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises.....	9.15
9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI).....	9.15



9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial.....	9.15
9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES.....	9.16
9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	9.16
9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais.....	9.16
9.4.3 Comissão de Ética.....	9.16
CAPÍTULO 10	
RELAÇÕES EXTERNAS.....	10.1
10.1 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS.....	10.1
10.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	10.2
CAPÍTULO 11	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	11.1
11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFSC.....	11.1
11.2 ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	11.2
11.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	11.4
11.4 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA....	11.5
CAPÍTULO 12	
CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	12.1
12.1 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC.....	12.2
12.1.1 A estrutura de orçamento e finanças no IFSC.....	12.3
12.1.2 O orçamento do IFSC.....	12.3
12.1.3 A Matriz Conif.....	12.5
12.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO x PREVISÃO DE DESPESAS.....	12.8
12.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC.....	12.9
CAPÍTULO 13	
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	13.1
13.1 CICLO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	13.1
13.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	13.4
13.3 PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	13.7

13.3.1 Acompanhamento, avaliação e atualização do PDI.....	13.8
13.3.2 Acompanhamento dos indicadores de desempenho.....	13.11
13.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE.....	13.12
ANEXO.....	I

CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O IFSC é uma instituição pública que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense.

A Instituição é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). Possui uma reitoria e 22 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Itajaí, Joinville, Jaraguá do Sul, Lages, São José, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê.

O IFSC conta atualmente com o Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), responsável pelos programas de formação de professores e demais educadores, de gestores para o serviço público. É também papel do centro dar apoio às ofertas educativas próprias e dos câmpus do IFSC. Esse centro oferece cursos a distância e presenciais para a comunidade interna e externa, utilizando-se de metodologias inovadoras e sempre articuladas aos objetivos e metas do instituto.

Para intensificar as atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação, em articulação com o setor produtivo, o IFSC pretende implantar, nos próximos cinco anos, um Polo de Inovação, uma unidade administrativa destinada ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica.

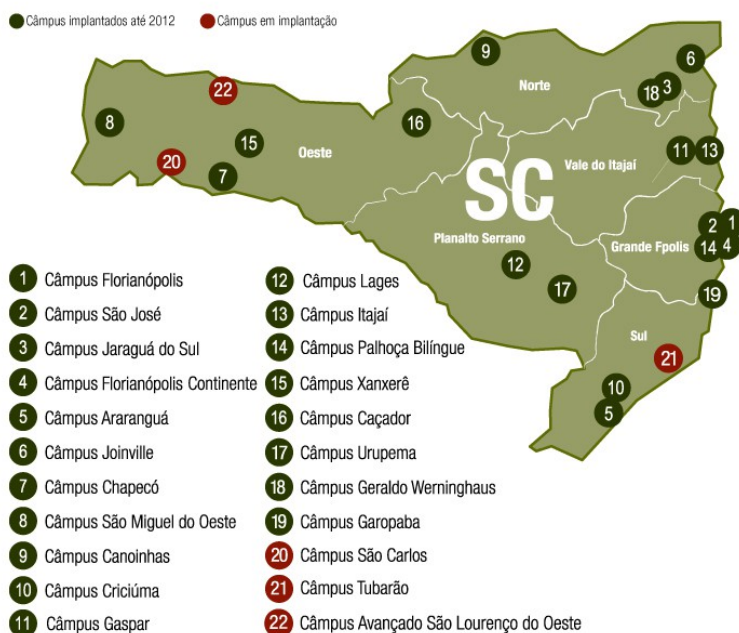


Figura 1.1: O IFSC em Santa Catarina

1.2 HISTÓRICO

Criado em Florianópolis por meio do Decreto nº 7.566/1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, o objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. Esse decreto instaurou uma rede de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo o país.

Nesse início, a instituição oferecia, além do ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Desde o começo, a atuação da escola já se voltava para atender as demandas do setor produtivo e da comunidade.

Em 1937, por meio da Lei nº 378, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (Decreto-lei nº 4.127/1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. Com isso, começou a oferecer cursos industriais básicos e cursos de mestría. A nomenclatura mudou novamente em 1965, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina.

A partir de 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina

(ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio), o que passou a ocorrer a partir de 1971, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5.692/1971).

Em 1988, a escola iniciou a oferta dos cursos de Telecomunicações e de Refrigeração e Ar Condicionado, em São José. Três anos depois, a instituição inaugurou a Unidade São José, em instalações próprias, a primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital catarinense.

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, região norte do estado. Um ano depois, passou a ser oferecido, no município de Joinville, o Curso Técnico em Enfermagem, como extensão da Unidade Florianópolis.

Em função de uma lei federal que transformou todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, um decreto presidencial de 27 de março de 2002 criou o Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC), oferecendo cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Em 2005, teve início em todo o País um processo de interiorização e de expansão das instituições federais de educação profissional e tecnológica. Até então estava em vigor a Lei nº 9649/1998, que impedia a construção de novas escolas técnicas federais sem a parceria com os estados. A revogação dessa lei foi o primeiro entrave a ser vencido pelo MEC para dar início ao atual processo de expansão, o que ocorreu em 2005 com a Lei nº 11.195.

Um ano depois, como parte dessa política de criação de novas escolas técnicas no Brasil, o CEFET/SC implantou três novas unidades de ensino, que hoje são câmpus do IFSC. Uma delas, a Unidade Continente (atual Câmpus Florianópolis-Continente), foi instalada na parte continental de Florianópolis, onde antes funcionava uma escola de gastronomia, oferecendo cursos na área de turismo e hospitalidade. As outras duas unidades foram implantadas no interior: em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, e em Joinville, no norte do estado.

Também em 2006, a instituição passou a oferecer o curso Técnico em Pesca, o primeiro em pesca marítima do país, na cidade de Itajaí, litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Florianópolis-Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET/SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Em março de 2008, uma votação que envolveu professores, servidores técnico-administrativos e estudantes do então CEFET/SC aprovou a transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto de lei que definiu a mudança foi aprovado pela Câmara Federal e pelo Senado e sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 29 de dezembro de 2008.

Em 2009, tiveram início as primeiras aulas de cursos de qualificação no Câmpus Xanxerê. No ano de 2010, o IFSC ampliou a sua atuação no estado com mais sete câmpus: Caçador, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus (localizado em Jaraguá do Sul) e Palhoça-Bilíngue – primeira escola bilíngue (libras/português) da América Latina. Já em 2011, começaram as atividades em Garopaba, Lages, São Miguel do Oeste e Urupema. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a sede própria da Reitoria do IFSC, na parte continental de Florianópolis. Com a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi anunciada pelo Governo Federal a construção do Câmpus Tubarão.

Paralelamente, cabe descrever a história da Educação a Distância (EaD) no IFSC, a qual teve início em 2000, quando a Unidade de São José ofereceu o primeiro curso básico em Refrigeração na modalidade a distância. Em 2002, a Unidade de Florianópolis ofereceu o primeiro curso Técnico em Eletrotécnica a distância e em 2009, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi iniciado o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Pública. Em 2007 o CEFET/SC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil/MEC), implantando o Curso Técnico em Informática para Internet. Atualmente, o IFSC oferta cursos em 37 polos de apoio presencial localizados em diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados brasileiros, como Rio Grande Sul, Paraná e São Paulo.



Figura 1.2: Linha do tempo do IFSC

1.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Visão

Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Valores

ÉTICA, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.

COMPROMISSO SOCIAL, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.

EQUIDADE, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.

DEMOCRACIA, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.

SUSTENTABILIDADE, pautada pela responsabilidade social e ambiental.

QUALIDADE, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais.

1.4 FINALIDADES, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Os Institutos Federais têm por finalidades e características, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São objetivos dos Institutos Federais, segundo a Lei nº 11.892/2008:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Como instituição de educação profissional e tecnológica, o IFSC tem por finalidade formar e qualificar profissionais. Além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir

para a construção de uma sociedade ética e solidária.

1.5.1 Ensino

O IFSC, conforme previsto em sua lei de criação, deverá garantir o mínimo de: 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de suas vagas para programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O IFSC possui a prerrogativa de atuar na educação básica e na educação superior, em diferentes níveis e modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento.

Níveis

- Qualificação profissional: cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.
- Educação Básica:
 - cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, incluindo ofertas de educação no campo;
 - cursos de qualificação profissional ou cursos técnicos articulados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
 - cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes, articulados ao ensino médio regular, incluindo ofertas de educação no campo.
- Educação Superior:
 - cursos de graduação:
 - cursos superiores de tecnologia;
 - bacharelados;
 - licenciaturas, incluindo ofertas de educação no campo;
 - cursos de pós-graduação:
 - *lato sensu*: aperfeiçoamentos e especializações;
 - *stricto sensu*: mestrados e doutorados.

Modalidades de oferta

- Presencial
- A Distância

Eixos tecnológicos

Para cursos técnicos e superiores de tecnologia:

- Ambiente e Saúde
- Controle e Processos Industriais
- Desenvolvimento Educacional e Social
- Gestão e Negócios
- Informação e Comunicação
- Infraestrutura
- Produção Alimentícia
- Produção Cultural e Design
- Produção Industrial
- Recursos Naturais
- Segurança
- Turismo, Hospitalidade e Lazer

As áreas do conhecimento

O IFSC oferta, além dos cursos superiores de tecnologia, cursos de engenharia e licenciaturas nas seguintes áreas do conhecimento:

- Engenharias, com os seguintes cursos:
 - Controle e Automação
 - Civil
 - Elétrica
 - Eletrônica
 - Mecatrônica
 - Telecomunicações
- Ciências exatas e da terra, com os seguintes cursos:
 - Licenciatura em Física

- Licenciatura em Química

1.5.2 Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Assuntos Internacionais

O IFSC realiza pesquisa científica e tecnológica, levando em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade. Além disso, faz a articulação com instituições de fomento e com o setor produtivo, visando ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento do campo científico e tecnológico do país.

Os programas de pós-graduação ofertados pela instituição proporcionam o estudo avançado e aplicado às necessidades da sociedade. Cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais (Minter e Dinter) são desenvolvidos em parcerias com instituições de ensino de excelência para qualificar os servidores e fortalecer a pesquisa e os programas de pós-graduação da instituição.

Os resultados alcançados com as atividades de pesquisa do IFSC são acompanhados e, em alguns casos, protegidos através das ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) para serem transferidos para o setor produtivo. O NIT também promove a disseminação da cultura de inovação, assim como articula e viabiliza a realização de projetos de PD&I em parceria com empresas e demais instituições.

Para intensificar as atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação em articulação com o setor produtivo, o IFSC pretende implantar, nos próximos 5 anos, um Polo de Inovação, uma unidade administrativa com o objetivo de atender às demandas das cadeias produtivas por PD&I e à formação profissional para os setores de base tecnológica.

O IFSC, por meio da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (Assint), apoia e implementa acordos de cooperação com organismos e instituições de ensino internacionais, bem como implanta e acompanha programas para mobilidade internacional, com o objetivo de viabilizar o intercâmbio de estudantes e servidores da instituição. Cabe à Assint recepcionar alunos e representantes de instituições de ensino estrangeiras e incentivar a política de ensino de línguas na instituição.

1.5.3 Extensão

A Extensão é um processo educativo e um instrumento de articulação da instituição com os diversos atores da sociedade. As atividades de extensão visam à expansão da ciência e tecnologia a fim de contribuir para o fortalecimento do conhecimento científico, cultural e tecnológico.

O aluno, ao participar das atividades extensionistas, tem a oportunidade de interagir com o ambiente profissional, ampliando as oportunidades de inserção no mercado profissional, de atuar de forma transformadora na comunidade, aprender com a prática, conhecer sobre sua profissão, desenvolver habilidades artísticas e culturais e ampliar a sua formação profissional e cidadã.

CAPÍTULO 2

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

O Projeto Pedagógico Institucional é o documento que manifesta o ideal de educação, que registra o processo de construção da identidade institucional e que dá suporte para a avaliação das ações educativas programadas pela instituição. Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006 traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, contendo nesse documento o Projeto Pedagógico da Instituição – PPI.

Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

Para o ensino profissional, a Lei nº 9.394/1996 pode ser considerada um marco,

pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005)¹.

A educação profissional, na Lei nº 9.394/1996, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se a atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais”.

Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/1997 – que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional – pelo Decreto nº 5.154/2004. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

- I – Formação inicial e continuada de trabalhadores.
- II – Educação profissional técnica de nível médio.
- III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”.

Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 5773/2006, que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e

1 CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

cursos superiores de graduação, o Decreto nº 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

Destacam-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionados à educação indígena e quilombola, além de resoluções e pareceres de 2011 relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.

Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais.

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão” e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012, p.70)².

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009)³.

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos:

2 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

3 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001)⁴.

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

O PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa a orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para a elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, através de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição, e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.

4 VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Politico-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

2.2.1 Concepção de educação

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais”(LIBÂNEO, 2003, p. 68)⁵.

A educação é um fenômeno social, "portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas" (LIBÂNEO, 2003, p. 68)⁶. Essa concepção deve ser vivenciada nas relações estabelecidas por todos os participantes da comunidade acadêmica, tanto em sala de aula, em ambientes de pesquisa e extensão, como em qualquer outra situação educacional na Instituição.

Diante da concepção apresentada, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, contribui com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

2.2.2 Concepção de educação profissional e tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007)⁷. Entende-se que o trabalho como

5 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

6 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

7 SILVEIRA, Zuleide. Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo**

princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13)⁸, sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho. Nessa concepção, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser garantida.

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador,

histórico. In: A organização do trabalho didático na História da Educação: **Anais da VII Jornada do HISTEDBR**. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2013.

8 SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

2.2.3 Concepção de currículo

Conforme a Resolução 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, o currículo apresenta caráter político-pedagógico e é um instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas. De acordo com Masetto (2012, p.77)⁹, o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes linhas teórico-metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação nos fundamentos educativos do IFSC, buscamos aprimorar como proposta um currículo interdisciplinar, que atende ao desenvolvimento das competências traçadas a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais, visando a promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o aluno como uma totalidade.

9 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a construção do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: professores, servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

2.2.4 Concepção de avaliação

Avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades na ação educativa, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. A avaliação não deve ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social, mas de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p.134)¹⁰. A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada. A avaliação vista por esse prisma se torna impulsionadora do processo de construção do conhecimento. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Sendo assim, quando temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem não se dá de forma linear. Porém, uma base bem

¹⁰ LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.).

Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de sala de aula, replanejar o calendário escolar, buscar alternativas.

A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177)¹¹. Portanto, se o aluno participa e dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode, então, dar-se de maneira concomitante ao ensino.

A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26)¹². Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

A avaliação como ato diagnóstico e como processo contínuo deve ter por objetivo a inclusão, subsidiando ações que viabilizem tanto o domínio técnico como o domínio dos demais aspectos relevantes à formação do cidadão. O diagnóstico visa a apreciar atos, situações e pessoas, para então tomar decisões conscientes em relação ao que se está buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

11 ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p.177-195.

12 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita, e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

2.3.1 Caracterização do ensino

O ensino é o processo de socializar, discutir e apropriar-se de saberes construídos historicamente para então dar a eles um ressignificado. Tem, portanto, caráter reflexivo, implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Nesse processo estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar, ao mesmo tempo, o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, que idealmente deve se constituir um cidadão. Relações entre os diversos saberes devem se estabelecer, produzindo assim novos saberes, que por sua vez promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e

da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem é uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Essas necessidades servem como referência para a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC sustentam-se nos seguintes princípios:

- respeito às diferenças de qualquer natureza;
- inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Definição e Importância

O Ensino está articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Associado aos demais processos educativos, necessita garantir sua identidade e sua singularidade, que se

referem ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Referenciado na aprendizagem, o ensino organiza-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, construindo competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos. No entanto, essas competências não podem se desvincular do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégias de ação.

O ensino deve considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como as suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

Assim, o ensino precisa considerar a aprendizagem, garantindo, além da atividade didática, a atividade pedagógica. Em outras palavras, não basta que haja ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.

Objetivos

No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, o papel da instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que a destaca das outras instituições educativas e a identifica com características peculiares, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e sociais.

A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade regular de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada através de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes, e assim sucessivamente.

Diretrizes Gerais

As diretrizes do ensino no IFSC estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, mas apresentam peculiaridades que o identificam e o desafiam ao longo da sua consolidação.

A oferta proporcional de matrículas, conforme dispositivos legais, bem como o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, com o objetivo de fazer o melhor uso dos recursos públicos, faz o IFSC dimensionar suas práticas, planos e projetos a fim de ir além do cumprimento das metas e inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos. O objetivo é desempenhar as atividades de ensino e de gestão em direção à concepção de educação prevista neste documento, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as particularidades de cada oferta educativa.

Outra diretriz de ensino é a harmonização de currículos. Entende-se por harmonização a busca de uma identidade institucional, garantindo o atendimento às necessidades locais e regionais de profissionalização. Esse processo deve considerar as discussões dos perfis profissionais e de carga horária.

As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e

tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para a oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a identidade institucional.

Políticas

Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. O entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O Instituto se define como instituição educativa, com capacidade de garantir educação continuada, tanto em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão.

Ao longo da vigência deste PDI, o IFSC ainda estará em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos advindos dessas atividades. Nesse sentido, algumas políticas orientam o seu planejamento:

- consolidação da oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades, garantindo condições objetivas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas através da estrutura física e de materiais adequados;
- construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de processos, sistemas e métodos;
- implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;
- ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando os processos de ensino, comprometendo-se com o êxito na aprendizagem;
- fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva, planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;

- incentivo à Educação a Distância como uma das práticas de ensino da Instituição, sendo a EaD uma das opções que atenda a uma determinada demanda;
- participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica;
- ampliação de acervo bibliográfico;
- implantação e manutenção permanente da infraestrutura de laboratórios;
- ampliação de programas que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade;
- garantia de ingresso, permanência e êxito do aluno na instituição.

Uma importante política deste instituto é a articulação com outras instituições da Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, crucial para o desenvolvimento do Brasil.

2.3.2 Caracterização da extensão

Definição

Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociais e comunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013)¹³.

O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional para além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, processo esse que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

13 SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44)¹⁴.

Importância

As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultural. Também serve de instrumento para inserção do egresso no mundo do trabalho e manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando o acesso a informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, com o objetivo de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão institucional. O resultado das ações efetivas de extensão contribuem para as transformações sociais, econômicas e políticas, proporcionando benefícios, tais como os relacionados a seguir.

- Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social.
- Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus.
- Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região.
- Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e a inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica.

14 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, gerando emprego e renda.
- Oferta ao educador de uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia, e ao estudante de uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

Objetivos

As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. São objetivos da extensão:

- contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências, além de preparar o aluno para sua inserção no mundo do trabalho;
- buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde projetos de concepção até mecanismos que inter-relacionem os saberes;
- incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
- elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão;
- articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão

com natureza de inovação tecnológica.

Diretrizes Gerais

Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da instituição sejam disponibilizados aos diferentes segmentos da sociedade.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes, nas quais se baseia a extensão, são:

- estimular participação do aluno em atividades de extensão, através do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC, articulando diferentes áreas do conhecimento;
- incentivar a inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;
- possibilitar o contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC;
- promover uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao esporte;
- sensibilizar os alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional;
- ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania;
- fomentar e apoiar programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independentemente da área de formação.

Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

- proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias e a formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados;
- fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão;
- incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais

- produtos de extensão;
- promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais;
 - apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
 - fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada;
 - fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e de ações que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias;
 - apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão. Do ponto de vista da sociedade, a extensão tem as seguintes diretrizes:
 - propor e desenvolver ações, promovendo o desenvolvimento regional;
 - promover a troca de saberes para a promoção de ações em parceria, incentivando a produção e a disseminação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional;
 - atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa;
 - promover e apoiar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade;
 - apoiar e desenvolver projetos sociais de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Políticas

São políticas de extensão:

- fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo;
- estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão como atividade institucional;

- ampliar a participação dos servidores e discentes nas atividades de extensão;
- fomentar a integração das atividades por meio do desenvolvimento de programas de extensão.

2.3.3 Caracterização da pesquisa

Definição e Contexto

Segundo a Resolução 086/2011/Cepe, “a pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica.” A pesquisa torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social.

O fomento à pesquisa e à inovação é realizado por meio da valorização dos grupos de pesquisa, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos. Nesse contexto tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, visando à melhoria e à consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) promove a articulação e a viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, e realiza programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual.

Na área de Assuntos Internacionais, alunos realizam intercâmbios em diferentes países através do programa Ciência sem Fronteiras, promovido pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

A implementação de vários Dinter e Minter nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IFSC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a Rede Federal e a comunidade.

A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

Importância

O Brasil tem crescido em média 5% ao ano no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo. Esse crescimento contribui para a redução da pobreza, para o crescimento da classe média, para a ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres e alcançaram a classe média, para o aumento da renda média, entre outras mudanças no país. Um efeito visível é a transformação nos hábitos dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

Nesse contexto, no entanto, o país vive um deficit de profissionais com formação técnica e tecnológica, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Institucional e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que deve mudar com a ampliação dos Institutos Federais¹⁵.

A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação.

O país tem percebido isso e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Polos de Inovação, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) e outras ações governamentais

15 <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1052418&tit=Apagao-de-engenheiros-no-Brasil>

que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão.

É nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou fundamento em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, seja servidor ou aluno, participar do processo da pesquisa.

Para regulamentar as diversas atividades que envolvem a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo Cepe (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão), estabelecendo os procedimentos necessários para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras.

A missão do IFSC reforça o compromisso do IFSC com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que é corroborado pela lei de criação dos Institutos Federais. Portanto, esse aspecto deve ser considerado por todos os órgãos e colegiados internos.

Objetivos

O inciso VIII, do artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008 dispõe que a finalidade dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.”

Da mesma forma, de acordo com o inciso III do Art. 7º, da Lei nº 11.892/2008, são objetivos dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Está disposto nas alíneas do inciso VI do mesmo Artigo que é objetivo dos Institutos Federais ministrar: “d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e, e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC são reguladas pela Resolução nº

086/2011/Cepe, indicando que a pesquisa visa a: “I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IFSC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFSC e em conjunto com instituições públicas e privadas. II – Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão. III – Articular com o NIT parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC que têm a necessidade de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

Para tal, o conhecimento pode ir além do que é apreendido em sala de aula, utilizando a ferramenta da pesquisa aplicada para potencializar a aprendizagem dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de compartilhar com a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi desenvolvido nas pesquisas.

Considera-se que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. A pesquisa deve proporcionar ao estudante o interesse pelo processo investigativo, de forma que direcione a compreensão e a transformação de sua realidade social.

Diretrizes Gerais

Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa, além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da instituição e dos anseios da sociedade. Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes são:

- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional

constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis de ensino;

- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
 - prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
 - valorizar os conhecimentos prévios e as competências dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa;
 - incentivar a pesquisa na área da educação tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
 - promover a participação dos alunos em eventos científicos no Brasil e no exterior.
- Pensando em servidores, as principais diretrizes são:
- capacitar os servidores da Instituição para que exerçam melhor as atividades de pesquisa;
 - promover a participação dos servidores em eventos científicos no Brasil e no exterior;
 - apoiar a mobilidade de servidores, visando à participação em projetos de pesquisa no Brasil e no exterior;
 - ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
 - incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
 - aprimorar o processo de gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
 - fomentar e fortalecer os Grupos de Pesquisa;
 - fomentar e fortalecer a Pós-graduação;
 - ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais;
 - ampliar a divulgação das competências e tecnologias do IFSC;
 - ampliar o acesso a bases indexadas de conhecimento;
 - aplicar critérios e indicadores para acompanhamento e avaliação das pesquisas;
 - promover o compartilhamento e a criação de espaços físicos e equipamentos destinados à pesquisa.

Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- estabelecer e estreitar relações com instituições de diversas naturezas e órgãos de fomento;
- facilitar o processo institucional para viabilizar atividades de pesquisa com o setor produtivo;
- ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica;
- promover a transferência de tecnologia para a sociedade de maneira articulada à Extensão;
- incentivar a Proteção e a Transferência de Tecnologia.

Políticas

A consolidação da pesquisa no IFSC está pautada, principalmente, no fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, na estruturação de Cursos de Pós-Graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo por meio da formação de Grupos de Pesquisa. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo em que se provoca o diálogo interdisciplinar, graças à maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas competências. Como resultado, espera-se o aumento da produção científica e tecnológica, além do avanço nas soluções de problemas complexos, cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade. Além disso, provoca a criação de novos cursos de Pós-Graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível, que atenda atuais demandas do mercado.

Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicadas, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso se fortalece, indiretamente, a participação em eventos e as publicações em geral.

Para a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
- fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo;
- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
- disseminar a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual;
- disseminar o conhecimento produzido pelo IFSC.

A pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a oferta de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo como objetivos:

- elevar o patamar na avaliação da Capes como decorrência da qualidade dos cursos ofertados;
- tornar o IFSC uma referência em pós-graduação nos Institutos Federais;
- fomentar intercâmbios nacionais e internacionais com servidores, com o objetivo de ampliar a pós-graduação para além do âmbito do IFSC;
- ampliar a oferta de Dinter e Minter.

2.3.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o saber e a contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

O ensino vai muito além de compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado é necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinjam as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de

vida da população de regiões geograficamente delimitadas.”¹⁶

Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, pp.10-11)¹⁷. Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve ter foco no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.”

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental delas na orientação do desenvolvimento social e tecnológico do país.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

16 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010. p.14.

17 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- o vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- a qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
- o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
- o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p.40)¹⁸.

18 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

2.3.5 Referenciais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos

Os projetos pedagógicos de curso – PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa. Os PPCs devem ser elaborados e implementados para a busca do desenvolvimento de competências – conhecimentos, habilidades e atitudes – dos sujeitos, de forma coerente com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem ser construídos de forma a esboçar coerência entre os itinerários formativos e os respectivos arcos ocupacionais.

Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- cada PPC deverá conter: justificativa da oferta, perfil profissional e suas competências, apresentação e justificativa da matriz curricular (buscando a integração entre as unidades curriculares), sistema de avaliação de acordo com o nível de escolaridade;
- todos os projetos são analisados pelo Cepe para emissão de parecer de aprovação ou revisão;
- os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação deverão ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere à infraestrutura e ao corpo docente.

2.3.6 Formação de formadores

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

O apoio à educação básica é dever do IFSC, seja por meio da formação de professores, de licenciaturas ou por um conjunto de outras ações, como cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros profissionais da educação, programa de apoio à docência (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor), programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e demais áreas.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

O recentemente criado Centro de Referência em Formação e EaD deverá ofertar cursos de formação docente em EPT e gestão pública, bem como dar suporte à oferta de EaD no IFSC.

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada de seus servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos servidores.

2.4 GESTÃO

2.4.1 Concepções

A Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

Dessa forma, a Lei nº 9394/1996 não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

Ainda em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada "escola" sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para "escola" pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A "escola" torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, e implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Soberania é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população, e a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os câmpus possuem um elevado e

isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Conseqüentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão¹⁹.

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico²⁰.

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes

19 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

20 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

2.4.2 Relevância

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e

aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da Instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional ou até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

Avaliação

A avaliação institucional distingue-se como um processo de retratar, verificar, pesquisar determinada realidade de uma instituição, com o objetivo não só conhecê-la, mas também de modificá-la quando necessário. Ela está comprometida com aquilo que

se deseja alterar, partindo da avaliação autocrítica, que vai proporcionar condições de rever a sua realidade. Destaca-se a importância da promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

O IFSC, dentre as ferramentas de avaliação existentes, vem utilizando também a sistemática da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um dos instrumentos de avaliação institucional, de modo a aprimorar a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os níveis de ensino do IFSC, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e a redimensioná-los para promover as mudanças necessárias a fim de se alcançar as finalidades e metas do IFSC.

É importante considerar também a adoção, por parte do IFSC, de formas mais flexíveis de organização do trabalho, tais como estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa, tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos

elementos diferenciados que compõem a rede IFSC.

2.4.3 Princípios

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

- garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
- respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos câmpus;
- zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- respeito à pluralidade de ideias;
- integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
- promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
- incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos câmpus e na reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;
- transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

2.4.4 Diretrizes

Considerando que o IFSC prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
- institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
- criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do Instituto, sempre respeitando a autonomia e identidade dos câmpus;
- fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
- realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
- pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
- avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;
- avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;
- promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a

- utilização de indicadores de gestão;
- propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;
 - garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
 - envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC;
 - assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;
 - promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;
 - promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
 - criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
 - promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFSC;
 - promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;
 - buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
 - reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;
 - garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;
 - estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição;
 - promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do

aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;

- desenvolver um programa de formação continuada de gestores;
- desenvolver programas de formação continuada de servidores;
- possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerenciais.

2.4.5 Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Elas são consideradas os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto vem propondo políticas.

Inclusão: as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina.

Tecnologia da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFSC através de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

Segurança da Informação: desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.

Comunicação: estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer

atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

Internacionalização: desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

Responsabilidade Socioambiental: a política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.

Infraestrutura:

- gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa;
- proposição de Planos Diretores específicos para a operacionalização das políticas.

Gestão de Pessoas: a política de gestão de pessoas contempla: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos câmpus; e o fortalecimento de processos de mobilidade dos servidores.

Gestão da Informação e do Conhecimento: promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos

estratégicos relevantes para a gestão institucional.

Governança Corporativa:

- concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.

2.5 ASSUNTOS ESTUDANTIS

Segundo o Documento Referência para a Assistência Estudantil do IFSC, de 2010, “a educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente; favorecendo, assim, a formação integral com qualidade e estimulando o pensamento crítico. Para tanto, é necessário que o estudante tenha condições plenas para se desenvolver enquanto sujeito, bem como as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.”

O IFSC tem, desde a sua constituição, desenvolvido ações de inclusão. Assim, ao longo de sua história, ocorreram diferentes ações para diversos públicos, destinadas ao seu acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social foi e está sendo gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e êxito de discentes.

2.5.1 Acesso

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do

tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. Dentro desse contexto, no IFSC são ofertados dois programas: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja Técnico), na modalidade de Jovens e Adultos, que tem como objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental (Proeja FIC), que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Para garantir o acesso de diferentes públicos ao IFSC é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com

qualidade e clareza.

2.5.2 Permanência e êxito

A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, para ampliar as ações das Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes têm por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, através dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, a fim de causar um impacto positivo nas taxas de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para garantir a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados programas de assistência estudantil desde 2011. Um deles concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático.

Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como

ação programática:

- o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
- o acompanhamento docente para adaptação metodológica, buscando facilitar o processo de ensino e aprendizagem;
- o apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem;
- a prevenção e a promoção de saúde;
- o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
- a organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
- o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- o fomento da formação empreendedora;
- a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- o fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
- o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

2.5.3 Pessoas com necessidades específicas

A concepção de discentes com necessidades educacionais específicas é fundamentada na Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades. Também devem ser atendidas as crianças que vivem nas ruas, as que estão em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional

(NAÇÕES UNIDAS, 1994)²¹.

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.” Garantir uma escola inclusiva implica propostas de ação em distintos eixos: oportunizar estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso a práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas, contribuindo para a inclusão e a permanência de todos os estudantes do IFSC.

Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e consonantes com o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Esta seção se destina a tratar do atendimento aos discentes com necessidades específicas, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo diversos tipos de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e o êxito em seus cursos. Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

21 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

No Brasil, o atendimento às pessoas com necessidades específicas iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (Ines). Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e pessoas com necessidades específicas, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, que enfatizavam a ideia de "educação especial" e segregavam as pessoas com necessidades específicas. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o "tratamento especial" para os alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados", não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas; ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com "políticas especiais", sem a efetivação de uma política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional

especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com necessidades específicas.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), atualmente vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, através de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Cada câmpus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). É função desse Núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com necessidades específicas, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, e levando-se em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, o IFSC compromete-se com:

- a implementação da acessibilidade física;
- o desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
- o atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
- a garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com necessidades específicas;

- a garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com necessidades específicas;
- a busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

2.5.4 Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

- desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
- implantar o Observatório da Educação Profissional;
- garantir uma forma de diálogo com os egressos;
- desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
- fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
- fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
- criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;
- criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

CAPÍTULO 3

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Este Planejamento Estratégico orientará a ação do IFSC nos próximos cinco anos. Além disso, ele é um capítulo que norteia o restante do conteúdo do Plano de Desenvolvimento Institucional, desde o planejamento da oferta de cursos até a organização e gestão de pessoal e infraestrutura. A participação dos servidores e alunos na elaboração deste plano reforça a gestão participativa da instituição e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro do IFSC.

A estrutura multicâmpus do IFSC e as metas estabelecidas para a Rede Federal de EPCT requerem mecanismos de gestão que garantam o fortalecimento do caráter sistêmico do Instituto e a consolidação da identidade institucional. Nesse contexto, o planejamento estratégico assume um papel fundamental como ferramenta de gestão.

Durante o período de execução do PDI, o Planejamento Estratégico orientará a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, o planejamento de caráter mais tático e operacional que, vinculado ao orçamento da instituição, resulta na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico foi subsidiado por uma pesquisa acerca da metodologia e da sua utilização em instituições de ensino. A partir do aprofundamento no tema, a equipe da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional pôde delinear como a metodologia seria adaptada à realidade e às necessidades do IFSC. Buscando envolver efetivamente a comunidade acadêmica no processo de construção do Planejamento Estratégico, foram realizados debates e eventos, dentre os quais destacam-se o Seminário do Planejamento Estratégico, a Consulta Pública e os Seminários Regionais de Comunicação da Estratégia.

Este documento apresenta as perspectivas e os temas estratégicos utilizados, bem como o mapa estratégico e o detalhamento dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas do IFSC.

3.1 PERSPECTIVAS

As perspectivas representam os fatores-chave para uma visão ampliada da Instituição. Em outras palavras, cada perspectiva compreende um conjunto de objetivos estratégicos que retratam o que a Instituição pretende alcançar mediante um olhar para cada ponto de interesse. São perspectivas do Planejamento Estratégico do IFSC: Alunos e Sociedade; Processos; Pessoas e Conhecimento.

3.1.1 Alunos e sociedade

Preocupa-se em medir o quanto as escolhas estratégicas executadas pela instituição estão contribuindo para satisfazer e beneficiar os alunos e a sociedade. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para realizar nossa missão e alcançar nossa visão, como devemos ser percebidos pelos nossos alunos e pela sociedade? Para realizar nossa missão, quais benefícios devem ser gerados para alunos e sociedade?

3.1.2 Processos

Nesta perspectiva são estabelecidos objetivos voltados à melhoria dos processos existentes e à implantação de processos inovadores, nos quais a instituição deve atingir a excelência para alcançar seus objetivos. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder às seguintes perguntas: Para cumprir nossa missão, em quais processos devemos ser excelentes? No que devemos melhorar ou inovar para alcançar a nossa visão?

3.1.3 Pessoas e conhecimento

Representa as bases que a instituição deve desenvolver para gerar crescimento e melhoria a longo prazo. Abrange quatro categorias principais: capacidade dos servidores; capacidade dos sistemas de informação; clima organizacional; procedimentos organizacionais. Os objetivos estratégicos que constituem esta perspectiva devem ser capazes de responder à seguinte pergunta: Como proveremos a nossa capacidade de fazer, aprender, melhorar e inovar?

3.2 TEMAS ESTRATÉGICOS

Os temas estratégicos representam os pilares sobre os quais se executa a estratégia, extrapolando o organograma da instituição e promovendo o estabelecimento de relações de causa e efeito entre os objetivos. Assim, cada tema é constituído por um conjunto de objetivos que apresentam um encadeamento lógico e têm uma finalidade em comum: cumprir a Missão Institucional e alcançar a Visão de Futuro.

Os temas estratégicos do Planejamento Estratégico 2015/2019 do IFSC foram definidos no começo do processo de elaboração do planejamento, norteando o estabelecimento dos objetivos estratégicos nos cinco eixos: inclusão social; inserção profissional; pesquisa e inovação; intervenção político-social; identidade e imagem institucional.

O objetivo estratégico C5, “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia”, por exemplo, reforça a importância dos temas estratégicos para o crescimento da instituição, destacando que o IFSC deve implementar ações para consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

3.2.1 Inclusão social

O IFSC assume a função social de inclusão atuando em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas. Trabalha-se com a perspectiva da inclusão visando atender os diferentes públicos estratégicos, proporcionando-lhes educação formal de qualidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão.

Programas de inclusão são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. A realidade de cada sujeito e a pluralidade do coletivo devem ser consideradas.

Este tema envolve a oferta diversificada de cursos, permitindo o ingresso de diferentes públicos, ampliação das formas de acesso e acolhimento dos discentes. Os

Projetos Pedagógicos de Cursos devem ser elaborados também com base no perfil do ingressante, considerando a diversidade, as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. Nesse contexto, o processo de ingresso deve ser reestruturado a partir de uma perspectiva inclusiva, de modo que atraia potenciais alunos, identifique os perfis de quem ingressa, as peculiaridades e demandas regionais. Deve-se capacitar os servidores e criar estratégias com o objetivo de preparar os públicos para acessar os cursos da instituição.

As ações inclusivas devem facilitar, além dos processos de acesso, a permanência e o êxito dos discentes. Democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Para isso, estratégias de acompanhamento do discente são essenciais. A instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, com o objetivo de articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Através de ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender. Além disso, há o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social.

3.2.2 Inserção profissional

Deve-se identificar, regulamentar e fortalecer as ações institucionais para a inserção socioprofissional do aluno e do egresso. Além de buscar articulação e parcerias com empresas para a oferta de estágios e aumento da empregabilidade, existem muitas possibilidades de criação de alternativas laborais com o apoio do IFSC, tais como o estímulo à criação de cooperativas, incubadoras sociais e a formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

Além disso, o estímulo ao empreendedorismo, que está entre as finalidades do instituto, apresenta-se como uma dessas possibilidades. Este tema visa possibilitar a contínua troca de informações e conhecimento com o mundo do trabalho, conduzindo o aluno para a continuidade de sua formação nos diferentes níveis de ensino. A instituição deve criar estratégias de acompanhamento dos egressos para monitorar a inserção profissional de seus alunos.

3.2.3 Pesquisa e inovação

A pesquisa permeia toda a instituição e tem influência direta na qualidade do ensino, na formação integral do aluno, na qualificação dos professores, nos processos internos de gestão, no desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade. Para nos tornarmos uma instituição de excelência, devemos atentar para a necessidade de desenvolver pesquisa em todos os eixos de atuação, de forma continuada e constante. O conhecimento transforma a sociedade na medida em que a pesquisa se volta para o atendimento das demandas da sociedade.

A instituição deve promover a inovação para atingir a sociedade. Esse processo se constitui como norte para a pesquisa aplicada às demandas da sociedade. Além disso, é preciso fomentar a transferência de conhecimento e tecnologia por meio do desenvolvimento de atividades de extensão.

3.2.4 Intervenção político-social

A educação profissional, científica e tecnológica deve atuar no âmbito social, tornando-se um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais. O IFSC é uma instituição social e educacional, comprometida com a educação científica e profissional de jovens e adultos, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e ao funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa. Deve primar pela interação dos servidores do IFSC nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade, para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis.

O IFSC deve estar inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional, científica e tecnológica nacionalmente, mas com um olhar especial à comunidade na qual se insere. Deve atuar em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais. Deve buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, com o objetivo de ampliar as possibilidades de geração de emprego e renda. Os alunos devem ser formados cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade. O IFSC

deve ampliar os programas que valorizem a participação cidadã e as políticas em diferentes instâncias da sociedade. Ainda, precisa contribuir nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.

Uma importante política deste instituto é a articulação com a Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, premente para o desenvolvimento do Brasil.

3.2.5 Identidade e imagem institucional

Identidade institucional é uma expressão relacionada ao que a organização efetivamente é, faz e diz: sua estrutura, seu histórico, seu patrimônio, as atividades que desenvolve, os serviços e produtos que oferece. Já a imagem está relacionada ao que se passa no imaginário dos seus públicos, como eles percebem o comportamento da organização. É a maneira como o público entende o que a instituição está transmitindo¹.

Para Kunsch² (2003, p.174), “a construção de uma imagem positiva e de uma identidade corporativa forte passa por uma coerência entre o comportamento institucional e a sua comunicação integrada, por meio de ações convergentes da comunicação institucional, mercadológica, interna e administrativa”. Assim, o papel do IFSC como instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que o destaca das outras instituições educativas e o identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

Para isso, o IFSC deve trabalhar a imagem e reputação diante de todos os públicos estratégicos de forma a atrair os públicos demandados, com o fortalecimento das ações de relações externas, a internacionalização do IFSC, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, a harmonização dos currículos como forma de reforçar a identidade institucional, a publicação de revistas e livros e de materiais exclusivos

1 TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. Estratégias de comunicação nas empresas modernas. In: III Congresso Brasileiro de Comunicação Empresarial. São Paulo: Aberje, 1985.

2 KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4ª edição revista. São Paulo: Summus, 2003.

produzidos pelos nossos servidores e alunos. Deve ainda primar pelo reconhecimento dentro da academia com produção científica sobre EPCT baseada na nossa realidade, no que sabemos fazer.

3.3 MAPA ESTRATÉGICO



Figura 3.1: Mapa estratégico do IFSC

3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos devem ser acompanhados de indicadores, metas e iniciativas estratégicas.



Figura 3.2: Estrutura do objetivo estratégico

Indicadores: são uma definição de medida de desempenho estabelecida para obter uma maneira de avaliar em que medida uma atividade está ocorrendo ou produzindo os resultados esperados. Os indicadores possuem sempre unidades de medida associadas. Um indicador possui diversos atributos, tais como: fórmula, polaridade, fonte de dados, responsáveis e periodicidade. O detalhamento dos indicadores consta de documento próprio, complementar ao Planejamento Estratégico.

Metas: são pontos ou objetivos a serem atingidos em determinada medida e prazo. Elas quantificam e definem um prazo. Cada indicador deve apontar uma meta a ser alcançada. Em nosso planejamento estratégico, para cada indicador são apontados dois tipos de

meta: uma meta global, para 2019, e metas parciais anuais.

Iniciativas estratégicas: são as estratégias para atingir os objetivos e as metas definidas, ou seja, definem as prioridades nas quais as ações devem se pautar. As iniciativas são o elo entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho, constituindo o ponto de partida para a definição dos projetos prioritários da Instituição e de todas as suas unidades. As iniciativas são caracterizadas como:

- **autônomas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora;
- **articuladas:** projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com a reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente;
- **específicas:** projetos cadastrados e coordenados pela reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução.

As iniciativas estratégicas serão revisadas anualmente a partir de proposições das unidades gestoras.

3.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A Figura 3.3 exemplifica a forma de apresentação dos objetivos estratégicos ao longo da próxima seção, destacando os seus elementos constitutivos.

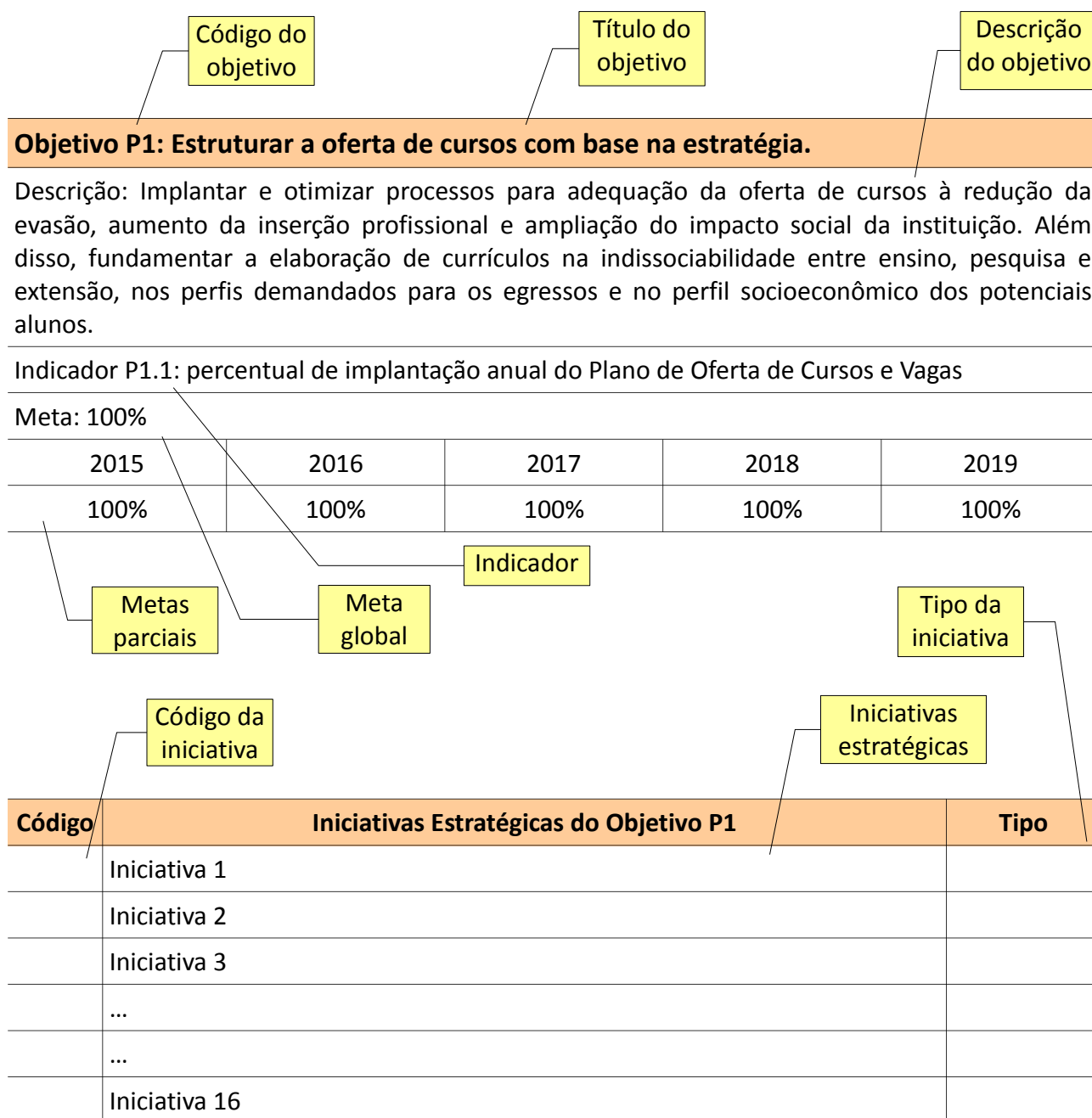


Figura 3.3: Estrutura de apresentação dos objetivos estratégicos

3.6 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA ALUNOS E SOCIEDADE

Objetivo A1: Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.

Descrição: Ampliar a efetividade do IFSC como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional.

Indicador A1.1: percentual de vagas na educação profissional técnica de nível médio

Meta: 50%³

2015	2016	2017	2018	2019
64,3%	59,4%	55,7%	53,3%	51,6%

Indicador A1.2: percentual de vagas em cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica.

Meta: 13,8%⁴

2015	2016	2017	2018	2019
6,7%	7,2%	9,5%	11%	12,4%

Indicador A1.3: percentual de vagas de ingresso disponibilizadas ao Proeja

Meta: 10%⁵

2015	2016	2017	2018	2019
6,1%	8,5%	8,7%	9,9%	10%

Indicador A1.4: número de alunos

Meta: 44.521

2015	2016	2017	2018	2019
30.238	36.718	41.242	43.622	44.521

3 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.4 do capítulo 4.

4 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.4 do capítulo 4.

5 Valor apresentado no POCV em regime pleno, conforme Tabela 4.6 do capítulo 4.

Indicador A1.5: relação entre o perfil socioeconômico dos ingressantes e o perfil socioeconômico da população catarinense

Meta: esta meta será estabelecida após modelagem do indicador e primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual, como no caso do A2.1, ou uma redução da diferença entre a meta para 2019 e a primeira medição, como no caso do A3.6, por exemplo.

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após modelagem do indicador e primeira medição.

Objetivo A2: Gerar, difundir e transferir conhecimento e tecnologia de acordo com as demandas da sociedade.

Descrição: Produzir, compartilhar e aplicar conhecimentos de tal maneira que a sociedade possa utilizá-los para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços que contribuam efetivamente para a transformação da sociedade, de forma alinhada às demandas do setor produtivo e do contexto social.

Indicador A2.1: percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa

Meta: 30%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(30-x)}{5} + x$	$2 \frac{(30-x)}{5} + x$	$3 \frac{(30-x)}{5} + x$	$4 \frac{(30-x)}{5} + x$	30%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A2.2: percentual do corpo docente participando de projetos de extensão

Meta: 30%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(30-x)}{5} + x$	$2 \frac{(30-x)}{5} + x$	$3 \frac{(30-x)}{5} + x$	$4 \frac{(30-x)}{5} + x$	30%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A2.3: pessoas atendidas por projetos de extensão

Meta: 97.240 (5% de crescimento anual)

2015	2016	2017	2018	2019
80.000	84.000	88.200	92.610	97.240

Indicador A2.4: percentual de pesquisadores/extensionistas com projetos financiados pelo IFSC que publicaram ao menos um trabalho por ano

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador A2.5: percentual de grupos de pesquisa produtivos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Objetivo A3: Proporcionar formação ampla e qualificada aos alunos.

Descrição: Proporcionar aos alunos uma formação profissional e cidadã fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão, fomentando sua participação em intercâmbios, atividades científicas, culturais e desportivas.

Indicador A3.1: percentual de alunos concluintes que participaram de projetos de pesquisa, extensão tecnológica, intercâmbios ou eventos científicos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A3.2: percentual de alunos concluintes que participaram de atividades culturais, desportivas ou artísticas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador A3.3: Índice Geral de Cursos (IGC)

Meta: 5

2015	2016	2017	2018	2019
4	4	4	5	5

Indicador A3.4: Conceito Institucional (CI)

Meta: 5

2015	2016	2017	2018	2019
n.a	n.a	n.a	n.a	5

Indicador A3.5: índice de satisfação dos egressos com a formação

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador A3.6: índice de satisfação das empresas/instituições contratantes dos egressos

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Objetivo A4: Atender às demandas dos alunos com efetividade.

Descrição: Melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Indicador A4.1: índice de satisfação dos alunos em relação à Instituição

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Objetivo A5: Fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso.

Descrição: Estabelecer as condições necessárias para garantir a qualidade do processo de formação profissional dos alunos, por meio de estágios e atividades empreendedoras, favorecendo a inserção socioprofissional do aluno e do egresso e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Indicador A5.1: percentual de egressos trabalhando na área de formação ou em áreas correlatas

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado da primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A5.2: percentual de egressos empregados

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado da primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A5.3: percentual de alunos em estágio

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A5.4: percentual de alunos participando de atividades empreendedoras

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Objetivo A6: Consolidar a imagem e a identidade institucional.

Descrição: Consolidar a imagem do IFSC como uma instituição multicâmpus com identidade única, pública, gratuita e de qualidade. Além disso, propiciar aos seus públicos estratégicos a compreensão da sua abrangência, história e valores, bem como da importância da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

Indicador A6.1: percepção dos públicos estratégicos quanto à imagem do IFSC

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Objetivo A7: Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.

Descrição: Otimizar continuamente a gestão dos processos, de modo a alcançar com efetividade as metas institucionais.

Indicador A7.1: taxa de ocupação (relação entre matrículas e capacidade)

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A7.2: percentual de alunos formados no ciclo regular

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador A7.3: relação aluno/professor

Meta: 19,37

2015	2016	2017	2018	2019
19,54	19,51	19,45	19,40	19,37

3.7 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

Objetivo P1: Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.

Descrição: Implantar e otimizar processos para a adequação da oferta de cursos, de modo a reduzir a evasão, aumentar a inserção profissional e ampliar o impacto social da instituição. Além disso, fundamentar a elaboração de currículos na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.

Indicador P1.1: percentual de implantação anual do Plano de Oferta de Cursos e Vagas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P1	Tipo
P0101	Aprimorar metodologias de elaboração de projetos (PPC, pesquisa, extensão, inovação).	Articulada
P0102	Prospectar ofertas inovadoras.	Articulada
P0103	Promover eventos que fomentem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Autônoma
P0104	Fortalecer os Projetos Integradores.	Autônoma
P0105	Revisar os PPCs para verificar a existência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Articulada
P0106	Estabelecer diretrizes para elaboração dos PPCs fundamentados na indissociabilidade entre EPE, no ajuste dos perfis demandados para os egressos e no perfil socioeconômico dos potenciais alunos.	Específica
P0107	Harmonizar PPCs considerando a identidade institucional.	Específica
P0108	Ofertar cursos demandados em parceria com outras esferas.	Articulada
P0109	Ampliar o acesso à EPCT por meio do Ensino a Distância.	Articulada
P0110	Estabelecer critérios técnicos para balizar a oferta educativa.	Específica
P0111	Fortalecer os Grupos de Pesquisa.	Articulada
P0112	Fortalecer a Pós-Graduação.	Articulada
P0113	Inserir atividades de extensão em toda oferta educativa.	Autônoma
P0114	Implementar polos de inovação.	Específica
P0115	Implantar o Centro de Referência em Formação e EaD.	Específica
P0116	Criar política para redução da evasão.	Específica

Objetivo P2: Aprimorar o processo de ingresso.

Descrição: Reestruturar o processo de ingresso em uma perspectiva inclusiva, ampliando o acesso dos públicos previstos em lei e otimizando os recursos.

Indicador P2.1: percentual de ocupação das vagas de ingresso

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
93%	94%	96%	98%	100%

Indicador P2.2: percentual de cursos com ao menos um candidato por vaga

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador P2.3: relação entre o perfil socioeconômico dos inscritos e o perfil socioeconômico da população catarinense

Meta: *esta meta será estabelecida após modelagem do indicador e da primeira medição. Entende-se que neste caso não é possível estabelecer uma meta percentual, como no caso do A2.1, ou uma redução da diferença entre a meta para 2019 e a primeira medição, como no caso do A3.6, por exemplo.*

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após modelagem do indicador e da primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P2	Tipo
P0201	Reestruturar o ingresso em uma perspectiva inclusiva.	Específica
P0202	Promover formas de ingresso que atendam às demandas dos trabalhadores.	Específica
P0203	Conceber estrutura organizacional de ingresso nos câmpus.	Específica

Objetivo P3: Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.

Descrição: Aprimorar estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas.

Indicador P3.1: índice de retenção do fluxo escolar por tipo de curso/oferta

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P3.2: índice de evasão anual por tipo de curso/oferta

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P3.3: índice de evasão total por tipo de curso/oferta

Meta: serão determinadas após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P3	Tipo
P0301	Promover o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem.	Autônoma
P0302	Promover o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem.	Autônoma
P0303	Promover o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de ensino e aprendizagem.	Autônoma
P0304	Promover o apoio psicossocial em casos de dificuldades de aprendizagem, dificuldades emocionais e afetivas.	Autônoma
P0305	Desenvolver ações de prevenção de doenças e de promoção à saúde.	Autônoma
P0306	Desenvolver estudos e ações sobre evasão e permanência.	Articulada
P0307	Organizar parcerias externas com setores de assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas.	Articulada

P0308	Fomentar a inserção dos discentes no mundo do trabalho.	Autônoma
P0309	Fomentar a formação empreendedora.	Autônoma
P0310	Promover atividades artísticas, culturais e desportivas.	Autônoma
P0311	Fomentar a formação político-social para a comunidade acadêmica.	Autônoma
P0312	Desenvolver ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.	Articulada
P0313	Fomentar ações de mobilidade discente.	Articulada
P0314	Fortalecer o programa de assistência estudantil.	Articulada

Objetivo P4: Fortalecer a internacionalização do IFSC.

Descrição: Fortalecer a internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, divulgação, produção científica e tecnológica.

Indicador P4.1: número de parcerias com instituições estrangeiras

Meta: 47

2015	2016	2017	2018	2019
35	39	42	45	47

Indicador P4.2: percentual de parcerias efetivas com instituições estrangeiras

Meta: 60%

2015	2016	2017	2018	2019
40%	45%	50%	55%	60%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P4	Tipo
P0401	Construir política de internacionalização.	Específica
P0402	Fomentar e diversificar os programas de mobilidade acadêmica internacional.	Articulada
P0403	Criar e implantar um Programa de Acolhimento de Estrangeiros.	Específica
P0404	Regulamentar os estágios internacionais.	Específica
P0405	Ampliar a divulgação interna de oportunidades de cooperação internacional.	Articulada
P0406	Criar programa de proficiência e certificação em idiomas.	Específica
P0407	Criar centro de idiomas nos câmpus.	Articulada
P0408	Organizar eventos internacionais.	Articulada
P0409	Fomentar a publicação de trabalhos em periódicos estrangeiros e eventos internacionais.	Articulada

Objetivo P5: Acompanhar egressos.

Descrição: Desenvolver ferramentas para avaliação do processo de inserção profissional dos egressos, bem como da continuidade dos estudos. Dessa forma, será possível viabilizar o replanejamento das políticas e estratégias institucionais quanto à oferta de cursos e vagas, o fortalecimento das ações de inserção e a compreensão das percepções dos egressos quanto à formação recebida.

Indicador P5.1: percentual de implantação do programa de acompanhamento de egressos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
30%	50%	80%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P5	Tipo
P0501	Desenvolver programa de acompanhamento de egressos.	Específica
P0502	Criar e implantar o Portal dos Egressos.	Específica
P0503	Criar mecanismos de comunicação com os egressos.	Articulada
P0504	Desenvolver ações sistemáticas voltadas à análise da inserção socioprofissional.	Articulada
P0505	Criar estratégias que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo.	Articulada
P0506	Fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC.	Articulada
P0507	Promover ações de socialização de egressos.	Autônoma

Objetivo P6: Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.

Descrição: Estabelecer uma relação permanente, estruturada, sistemática e pró-ativa com os públicos estratégicos do IFSC, identificando os seus perfis e monitorando seu comportamento para o atendimento de suas demandas.

Indicador P6.1: índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação do IFSC

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P6	Tipo
P0601	Implantar a Política de Comunicação.	Específica
P0602	Criar ou adequar a estrutura de Comunicação nos câmpus e na reitoria, de acordo com a Política de Comunicação.	Articulada
P0603	Construir os Planos de Comunicação nos câmpus e na reitoria, de acordo com a Política de Comunicação.	Articulada
P0604	Aprimorar os canais de relacionamento do IFSC.	Articulada

Objetivo P7: Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.

Descrição: O IFSC deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.

Indicador P7.1: número de parcerias estabelecidas

Meta: 142

2015	2016	2017	2018	2019
116	122	128	135	142

Indicador P7.2: número de cargos ou cadeiras (inserções) ocupados em órgãos e fóruns de instituições e entidades das esferas pública, privada e do terceiro setor

Meta: será determinada após primeira medição.

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P7.3: número de eventos externos promovidos pelo IFSC

Meta: dobrar o número até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P7.4: número de participações em eventos externos

Meta: crescimento de 10% até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P7	Tipo
P0701	Participar dos fóruns relacionados à educação, especialmente à EPCT.	Autônoma
P0702	Promover a criação e formalização de parcerias.	Articulada
P0703	Fomentar ações que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade.	Autônoma
P0704	Aprimorar a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de EPCT.	Específica

P0705	Fomentar a participação da comunidade externa nos órgãos colegiados do IFSC.	Autônoma
P0706	Identificar espaços de atuação do IFSC na sociedade civil organizada.	Autônoma
P0707	Compartilhar soluções com outras instituições de EPCT.	Autônoma
P0708	Ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica.	Autônoma
P0709	Desenvolver projetos de pesquisa e extensão envolvendo os professores das redes públicas de outras esferas.	Autônoma
P0710	Fomentar a participação do IFSC em editais externos.	Autônoma
P0711	Transferir conhecimento e tecnologias para a sociedade.	Autônoma
P0712	Promover eventos técnico-científicos e culturais voltados à divulgação e reconhecimento da EPCT.	Autônoma
P0713	Fomentar a participação de servidores e estudantes em eventos externos.	Autônoma
P0714	Fomentar a participação institucional em eventos.	Autônoma

Objetivo P8: Atender as pessoas com necessidades específicas.

Descrição: Aperfeiçoar e implantar processos para atendimento adequado às pessoas com necessidades específicas.

Indicador P8.1: percentual de PNE com permanência e êxito

Meta: será determinada após primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador P8.2: percentual de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
46,8%	60,1%	73,4%	86,7%	100%

Indicador P8.3: número de equipes capacitadas para atuar no atendimento educacional especializado

Meta: uma equipe por câmpus

2015	2016	2017	2018	2019
Serão estabelecidas após primeira medição.				Uma equipe por câmpus

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P8	Tipo
P0801	Garantir atendimento especializado no processo de ingresso adequado às pessoas com necessidades específicas.	Específica
P0802	Garantir o atendimento educacional especializado e atuação em rede para atender as PNE.	Articulada
P0803	Implementar a legislação relacionada à acessibilidade e à inclusão.	Articulada
P0804	Proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.	Articulada

Objetivo P9: Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.

Descrição: Garantir a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

Indicador P9.1: percentual de implantação das políticas previstas no PDI

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
20%	40%	60%	80%	100%

Indicador P9.2: percentual de colegiados, comissões e grupos de trabalho institucionais efetivos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5} + x$	$2 \frac{(100-x)}{5} + x$	$3 \frac{(100-x)}{5} + x$	$4 \frac{(100-x)}{5} + x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador P9.3: índice de participação dos servidores e alunos nos instrumentos de avaliação

Meta: ampliar em 50% até 2019

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P9	Tipo
P0901	Criar e aprimorar práticas que fortaleçam a gestão em rede.	Articulada
P0902	Estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto.	Articulada
P0903	Implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão.	Articulada
P0904	Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto.	Articulada
P0905	Formalizar metodologicamente a implantação da gestão por processos no IFSC, considerando a gestão em rede e a perspectiva do usuário.	Específica
P0906	Construir e consolidar o marco regulatório necessário à efetividade de processos e sistemas.	Específica
P0907	Consolidar as competências da reitoria, dos câmpus e dos fóruns sistêmicos, formalizando a implantação das políticas e diretrizes institucionais em rede.	Específica

Objetivo P10: Gerenciar recursos financeiros com efetividade.

Descrição: Planejar a captação, a aplicação e a execução dos recursos financeiros, de modo a maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas.

Indicador P10.1: percentual de execução de projetos e ações conforme Plano Anual de Trabalho (PAT)

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador P10.2: índice de satisfação dos servidores em relação à gestão dos processos administrativos da Instituição

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
------	------	------	------	------

Serão determinadas após primeira medição.

Indicador P10.3: percentual de execução dos recursos captados por meio de projetos

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P10	Tipo
P1001	Implementar o Programa IFSC Sustentável.	Articulada
P1002	Fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a sustentabilidade.	Autônoma
P1003	Otimizar o número de eixos tecnológicos, por câmpus, levando em conta infraestrutura, corpo docente e suporte técnico-administrativo.	Articulada
P1004	Aumentar a captação de recursos extraorçamentários.	Autônoma
P1005	Aperfeiçoar o processo de planejamento e execução orçamentária.	Articulada
P1006	Aperfeiçoar a gestão de materiais.	Articulada

Objetivo P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.

Descrição: Gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.

Indicador P11.1: percentual de implantação anual do Plano Diretor de Infraestrutura Física

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
100%	100%	100%	100%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo P11	Tipo
P1101	Consolidar a infraestrutura física e tecnológica dos câmpus e da reitoria.	Articulada
P1102	Otimizar a utilização de espaços físicos e recursos tecnológicos.	Autônoma
P1103	Aprimorar a elaboração dos Planos de Implantação e Desenvolvimento de Cursos.	Específica

3.8 OBJETIVOS DA PERSPECTIVA PESSOAS E CONHECIMENTO

Objetivo C1: Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.

Descrição: Prover um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Indicador C1.1: número de iniciativas intercâmpus

Meta: ao menos uma por semestre por área⁶

2015	2016	2017	2018	2019
Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área	Ao menos uma por semestre por área

Indicador C1.2: número de iniciativas entre áreas acadêmicas do mesmo câmpus

Meta: ao menos uma por ano, por área acadêmica

2015	2016	2017	2018	2019
Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica	Ao menos uma por ano, por área acadêmica

Indicador C1.3: índice de satisfação com os canais de relacionamento

Meta: 70%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(70-x)}{5} + x$	$2 \frac{(70-x)}{5} + x$	$3 \frac{(70-x)}{5} + x$	$4 \frac{(70-x)}{5} + x$	70%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C1	Tipo
C0101	Disponibilizar equipamentos e serviços para uso em rede.	Específica
C0102	Promover eventos de integração entre servidores.	Autônoma
C0103	Promover eventos que integrem ensino, pesquisa, extensão e gestão.	Autônoma

⁶ Para as áreas acadêmicas, serão consideradas as iniciativas regionais e institucionais; para as áreas administrativas (considerando as áreas listadas na Resolução N°02/2013/Codir) serão consideradas apenas as iniciativas institucionais.

C0104	Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e atividades em rede.	Específica
C0105	Fomentar e fortalecer atividades de pesquisa e extensão intercâmpus e intercursos.	Autônoma
C0106	Promover Fórum de Compartilhamento de Boas Práticas.	Específica
C0107	Alinhar os portais institucionais de comunicação e informação.	Específica
C0108	Disseminar práticas de gestão do conhecimento.	Articulada

Objetivo C2: Disponibilizar dados, informações e conhecimento.

Descrição: Prover a infraestrutura necessária para garantir a disponibilização de dados e informações para a produção de conhecimento. Além disso, disseminar a cultura de utilização desses dados para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais.

Indicador C2.1: número de processos mapeados e otimizados

Meta: será determinada após primeira medição.

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador C2.2: percentual de processos informatizados

Meta: 90%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(90-x)}{5}+x$	$2\frac{(90-x)}{5}+x$	$3\frac{(90-x)}{5}+x$	$4\frac{(90-x)}{5}+x$	90%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador C2.3: percentual de processos revisados

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C2	Tipo
C0201	Criar e implementar Políticas Institucionais para TI.	Específica
C0202	Criar e implementar a Política de Segurança da Informação.	Específica
C0203	Implantar Sistema Integrado de Gestão.	Específica
C0204	Conceber e implantar a Política de Gestão Documental do IFSC.	Específica
C0205	Implementar ações para garantir a disponibilização de dados, informações, conhecimento do mundo do trabalho, educação profissional e tecnológica.	Articulada

Objetivo C3: Promover a qualidade de vida no trabalho.

Descrição: Promover a atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Indicador C3.1: índice de satisfação do servidor no trabalho.

Meta: redução em 50% da diferença entre 100% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Indicador C3.2: percentual de ambientes e atividades adequados às normas de segurança do trabalho

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
$\frac{(100-x)}{5}+x$	$2\frac{(100-x)}{5}+x$	$3\frac{(100-x)}{5}+x$	$4\frac{(100-x)}{5}+x$	100%

Observação: o valor de x será obtido na primeira medição.

Indicador C3.3: índice de afastamento por motivos de saúde

Meta: redução em 50% da diferença entre 0% e o resultado obtido na primeira medição

2015	2016	2017	2018	2019
Serão determinadas após primeira medição.				

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C3	Tipo
C0301	Criar um programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho.	Específica
C0302	Implementar o programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho.	Articulada
C0303	Avaliar e padronizar os ambientes de trabalho e as atividades laborais de acordo com as normas de segurança.	Específica
C0304	Incrementar as ações preventivas em parceria com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal (SIASS).	Articulada
C0305	Incentivar a regionalização do SIASS.	Específica
C0306	Fomentar e ampliar a participação dos servidores em atividades físicas, artísticas, culturais e esportivas.	Autônoma
C0307	Fortalecer os processos de identificação dos servidores com o local de trabalho.	Autônoma

Objetivo C4: Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.

Descrição: Identificar as competências individuais e institucionais necessárias ao desenvolvimento das iniciativas relacionadas aos objetivos estratégicos e promover ações para a diminuição da lacuna de competências.

Indicador C4.1: percentual de competências mapeadas

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
80%	100%	100%	100%	100%

Indicador C4.2: diferença entre as competências existentes e as competências necessárias à execução da estratégia

Meta: a partir de 2016, redução anual de 50% da diferença

2015	2016	2017	2018	2019

Serão determinadas após primeira medição.

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C4	Tipo
C0401	Criar o Programa de Qualificação Institucional.	Específica
C0402	Implementar o Programa de Qualificação Institucional.	Articulada
C0403	Desenvolver um programa de formação continuada de gestores.	Específica
C0404	Promover formação de lideranças para o exercício da representatividade.	Articulada
C0405	Ampliar a oferta de Doutorado e Mestrado Interinstitucionais.	Específica
C0406	Criar um programa permanente de formação de professores para a EPCT.	Específica
C0407	Criar um programa de desenvolvimento de competências.	Específica
C0408	Implementar o programa de desenvolvimento de competências.	Articulada
C0409	Estruturar um banco de competências institucionais.	Específica
C0410	Realizar o mapeamento de competências.	Específica
C0411	Elaborar um programa de movimentação/remoção de servidores por competências.	Específica
C0412	Aprimorar o processo de redistribuição e concurso público.	Específica
C0413	Capacitar os docentes para a práxis educativa direcionada aos diferentes públicos atendidos.	Autônoma
C0414	Capacitar os servidores em atendimento educacional especializado.	Articulada

Objetivo C5: Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.

Descrição: Consolidar a identidade institucional e desenvolver a cultura da gestão em rede, da comunicação, da inclusão social, da inserção profissional, da pesquisa como método pedagógico e da inovação.

Indicador C5.1: grau de conhecimento da estratégia pelos servidores

Meta: 90%

2015	2016	2017	2018	2019
70%	75%	80%	85%	90%

Indicador C5.2: percentual de alinhamento do PAT com a estratégia

Meta: 100%

2015	2016	2017	2018	2019
80%	85%	90%	95%	100%

Código	Iniciativas Estratégicas do Objetivo C5	Tipo
C0501	Realizar eventos de disseminação da estratégia institucional.	Específica
C0502	Adequar os macroprocessos finalísticos e de apoio à estratégia institucional.	Específica

CAPÍTULO 4

PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

As propostas apresentadas no Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) nortearão a instituição em suas decisões acerca da oferta, da admissão de professores e da ampliação de espaço físico. O POCV será subsídio para o Cepe no cumprimento de suas competências, das quais destacam-se: analisar os projetos pedagógicos dos cursos e submetê-los ao Conselho Superior (Consup); regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas. Nesse sentido, cabe ressaltar que a criação, alteração e extinção dos cursos do IFSC são deliberações do Consup. A implantação do POCV, portanto, está condicionada às decisões do CONSUP, com o assessoramento do Cepe e prévia apreciação do Colegiado do câmpus ofertante.

Para a elaboração deste Plano, foram considerados os documentos legais norteadores da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Planejamento Estratégico do IFSC, especialmente em relação aos Objetivos Estratégicos A1-*Atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região* e A7-*Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos*, que possuem metas e indicadores intrinsecamente relacionados à oferta de vagas e número de alunos.

Assim, são premissas deste Plano que:

1. Conforme o *caput* do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o IFSC garanta:
 - a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;
 - b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica visando a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
2. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, os percentuais acima referidos observem o conceito de aluno-equivalente,

conforme regulamentação expedida pelo MEC;

3. Conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior possa ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado no item 1a, ou seja, por exclusão, com redução do índice apresentado no item 1b;
4. Assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
5. Conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a relação aluno-professor seja gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação, ajustando-se o disposto na meta 3 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, que prevê a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerados os cursos técnicos, superiores e FIC, em relação ao quadro de professores ativos na Instituição.

Este capítulo está organizado em quatro seções:

- **Oferta total do IFSC:** apresenta os dados gerais da oferta proposta no instituto;
- **Cronograma de abertura dos cursos presenciais:** apresenta o cronograma de abertura de cursos novos na modalidade presencial, com informações relativas a: semestre de abertura, câmpus ofertante, periodicidade de entrada, número de vagas por turma, local e turno da oferta. Além disso, apresenta a oferta do Cerfead, nesse caso contendo também cursos na modalidade a distância.
- **Oferta de EaD:** apresenta os cursos que serão ofertados na modalidade a distância, detalhando tipo de curso e de oferta, bem como os câmpus ofertantes e os polos nos quais acontecerá a oferta.
- **Oferta dos câmpus:** apresenta as propostas de oferta de cada um dos câmpus.
- **Glossário:** elaborado pra facilitar a compreensão de conceitos e indicadores, é apresentado ao final do capítulo, mas recomenda-se sua leitura prévia.

4.1 OFERTA TOTAL DO IFSC

Norteadas pelos objetivos e finalidades dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), bem como pelo Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Lei nº 12.513/2011), a oferta do IFSC caracteriza-se pela grande abrangência de níveis de ensino, variados tipos e modalidades de oferta e diferentes formas de custeio. Enquanto instrumento de planejamento, o Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) estrutura a oferta do IFSC e apresenta a evolução anual de seus indicadores, até o alcance das metas propostas. Esse processo não se completa necessariamente dentro do período de vigência do PDI, mas sim no ano em que todos os cursos planejados atingirem o seu regime de funcionamento pleno, ou seja, quando a primeira turma de um curso novo chegar na última fase prevista em seu Plano Pedagógico de Curso.

Os indicadores da oferta total geral do IFSC, ou seja, a somatória de todos os câmpus (total), considerando todas as modalidades e formas de custeio¹ (geral), são apresentados na Tabela 4.1.

Indicador		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	32.236	36.500	37.782	37.372	37.760	39.711
	VTAECH*	16.864	19.133	19.905	19.750	20.108	21.220
Capacidade Total Anual	CTA	47.602	54.588	59.882	61.503	62.910	64.639
	CTAECH*	31.079	35.060	39.187	41.207	42.078	43.501
Matrículas Totais Anuais	MTA	43.348	49.719	54.407	55.502	56.595	58.128
	MTAECH*	27.247	31.024	34.592	36.161	36.790	37.984
Índice de Eficiência convencional						90%	90%
Índice de Eficiência equalizado*						87%	87%

Tabela 4.1: Indicadores da Oferta Total Geral do IFSC

* indicadores equalizados pela carga horária

Os indicadores equalizados pela carga horária atendem ao conceito de aluno-equivalente requerido pela legislação, permitem um melhor dimensionamento do esforço institucional para a oferta, em termos de ocupação de docentes e disponibilidade de espaço físico, e se alinham à lógica atualmente utilizada na composição da matriz orçamentária da Rede Federal EPCT. Por sua vez, os indicadores não equalizados representam a medida real do número de vagas oferecidas e alunos matriculados, sendo

1 As tabelas 4.1 e 4.2 não incluem os dados referentes à oferta do Cerfead, como será explicado mais adiante.

os dados informados no Anuário Estatístico da Pró-Reitoria de Ensino e no Relatório de Gestão.

Os indicadores MTA e MTAECH representam as estimativas feitas em cada câmpus quanto ao número de alunos que serão matriculados em cada fase de cada curso oferecido. Para tal, considerou-se tanto a série histórica de matrículas quanto uma meta de superação, com a premissa de que as iniciativas previstas no planejamento estratégico do IFSC produzam efetivo resultado ao longo de cinco anos. O índice de eficiência acadêmica é calculado pela divisão das matrículas previstas pela capacidade, sendo esta equivalente ao hipotético número de matrículas obtidas para total preenchimento das vagas de ingresso e evasão igual a zero.

A Tabela 4.2 restringe os indicadores à oferta de cursos cujo custeio é dito “próprio”, ou seja, não considera os cursos em que os professores são externos ao quadro de docentes do IFSC ou são bolsistas vinculados a programas e editais. O planejamento em função dos indicadores de distribuição da oferta e da relação aluno-professor é viável apenas para o conjunto de cursos de “custeio próprio”, uma vez que as demais ofertas são dependentes de demandantes, programas e outros fatores externos ao IFSC. Por isso, tal como a Tabela 4.2, as tabelas de 4.4 a 4.8 apresentam dados referentes apenas à oferta de custeio próprio.

Indicador		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	18.017	22.651	24.246	23.876	23.599	24.115
	VTAECH	10.100	12.298	13.184	13.316	13.029	13.335
Capacidade Total Anual	CTA	32.204	38.613	42.723	44.944	45.731	46.705
	CTAECH	23.560	27.070	30.083	32.451	33.180	33.952²
Matrículas Totais Anuais	MTA	28.153	34.241	37.875	39.465	39.934	40.647
	MTAECH	19.869	23.210	25.876	27.700	28.140	28.658
Índice de Eficiência Acadêmica convencional						87%	87%
Índice de Eficiência Acadêmica equalizado						85%	84%

Tabela 4.2: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC, sem o Cerfead

2 Como mostrado na Tabela 4.3, a CTAECH poderá chegar a 37.349 vagas quando acrescida da oferta do Cerfead.

Indicador		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	20.102	24.936	27.051	26.681	26.404	27.320
	VTAECH	10.628	13.026	14.322	14.454	14.167	14.543
Capacidade Total Anual	CTA	34.289	41.113	46.143	49.284	50.551	52.285
	CTAECH	24.088	27.999	31.822	34.933	36.142	37.349
Matrículas Totais Anuais	MTA	30.238	36.718	41.242	43.622	44.521	46.004
	MTAECH	20.397	24.119	27.565	30.046	30.916	31.874
Índice de Eficiência Acadêmica convencional						88%	88%
Índice de Eficiência Acadêmica equalizado						86%	85%

Tabela 4.3: Indicadores da Oferta Total de Custeio Próprio do IFSC, incluindo o Cerfead

Como mostrado pela Tabela 4.4, com a total implementação deste Plano, o IFSC terá garantido 50% de sua capacidade em vagas de cursos técnicos de nível médio. A oferta de cursos técnicos (TEC) é superior a 50% em todo o período de vigência deste PDI, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 11.892/2008 e com a meta 4 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos.

Distribuição da Oferta	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Técnico (TEC)	15.541	16.626	17.734	18.633	18.652	18.675
	64,3%	59,4%	55,7%	53,3%	51,6%	50,0%
Formação de Formadores (FOR)	1.607	2.019	3.012	3.858	4.472	5.138
	6,7%	7,2%	9,5%	11,0%	12,4%	13,8%
Outros cursos FIC e superiores (OUT)	7.020	9.355	11.076	12.443	13.018	13.537
	29,0%	33,4%	34,8%	35,6%	36,0%	36,2%
Total	24.169	27.999	31.822	34.933	36.142	37.349

Tabela 4.4: Distribuição da oferta de custeio próprio medida pela CTAECH

A redução gradual do percentual de oferta de cursos técnicos, observada na Tabela 4.4, é explicada por dois fatores: 1) o aumento da oferta de cursos FIC e superiores de outras áreas (OUT), como resultado direto do estágio de desenvolvimento dos campi dos Planos de Expansão II e III; 2) o concomitante crescimento da oferta de cursos de formação de formadores (FOR), principalmente por conta da estruturação do Cerfead.

Embora a oferta de vagas voltadas à formação de formadores não atinja o mínimo de 20% previsto em lei, seu crescimento é bastante expressivo, passando dos cerca de 2% atuais para mais de 12% em 2019 e podendo atingir quase 14% com o plano em regime. Se FOR fosse aumentada em mais uma vaga para além das 5.138 previstas em

regime pleno, o percentual de TEC ficaria abaixo dos 50% legais. Com a oferta total limitada pelo total previsto para vagas de servidores docentes e técnico-administrativos, bem como pela infraestrutura capaz de ser ampliada em cinco anos nas condições orçamentárias atuais, a única forma de se aproximar ainda mais dos 20% de FOR seria o corte das ofertas categorizadas como OUT. Entretanto, dada a forte demanda por cursos superiores públicos e gratuitos nas cidades do interior do estado, e considerada a importância dos cursos FIC para o acesso de grande parte da população à educação profissional, tal corte impediria a verticalização da oferta – expressa na lei de criação dos institutos – em considerável parte dos eixos tecnológicos e câmpus.

O impacto do Cerfead nos indicadores de distribuição de oferta pode ser melhor compreendido quando se compara a Tabela 4.4 com a Tabela 4.5, a qual não considera os cursos do Centro. Com a oferta planejada pelos 22 câmpus, a capacidade de vagas em cursos de formação de formadores seria de apenas 5,1% do total do IFSC. Cabe ressaltar que parte das ofertas aqui previstas para o Cerfead poderão, na prática, resultar em vagas e matrículas computadas para os câmpus, dada a atuação dos Núcleos de Educação à Distância (ver capítulo 11) e uma vez que o Centro será responsável pela articulação de ofertas com docentes dos demais câmpus.

Distribuição da Oferta	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Técnico	15.541	16.626	17.734	18.633	18.652	18.675
	66,0%	61,4%	58,9%	57,4%	56,2%	55,0%
Formação de Formadores	998	1.090	1.273	1.376	1.510	1.741
	4,2%	4,0%	4,2%	4,2%	4,6%	5,1%
Outros cursos FIC e superiores	7.020	9.355	11.076	12.443	13.018	13.537
	29,8%	34,6%	36,8%	38,3%	39,2%	39,9%
Total	23.560	27.070	30.083	32.451	33.180	33.952

Tabela 4.5: Distribuição da oferta medida pela CTAECH, sem a oferta do Cerfead

As tabelas apresentadas daqui até o final do capítulo não incluem a oferta do Cerfead, uma vez que, até o momento, tem-se definida apenas a oferta de cursos e vagas para o primeiro semestre letivo de 2015 (mostrada na Tabela 4.20) e uma projeção preliminar que considera o limite de CTAECH igual a 3.397 vagas. Como o Centro teve sua constituição autorizada pelo CONSUP em agosto de 2013, sendo sua diretora

designada em abril de 2014 e os primeiros oito docentes nomeados entre maio e agosto de 2014, o planejamento detalhado da sua oferta está em fase de elaboração, e será incorporado ao POCV do IFSC no primeiro período de revisão do PDI, conforme apresentado no capítulo 13.

A oferta de Proeja, por sua vez, alcançará os 10% do total de vagas de ingresso anualmente oferecidas quando o plano estiver em regime pleno, conforme mostra a Tabela 4.6. Justifica-se o uso de VTA em vez de CTAECH – empregado nas tabelas anteriores – pelo texto do decreto que institui o Proeja, conforme apresentado na introdução deste capítulo. Desconsideradas as ofertas com custeio externo, já em 2018 o IFSC praticamente atingirá a meta, oferecendo 2.361 vagas para cursos Proeja-FIC e Proeja Técnico, contra as 271 oferecidas em 2013³. Este significativo crescimento deverá ser ainda maior após as revisões planejadas para o POCV durante a vigência do PDI, especialmente porque a oferta do Cerfead, que não envolve cursos do Proeja, não está computada na Tabela 4.6.

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de ingresso em cursos do Proeja	1.097	1.931	2.121	2.361	2.171	2.421
Vagas de ingresso da oferta total	18.017	22.651	24.246	23.876	23.599	24.115
% de vagas de ingresso em cursos do Proeja	6,1%	8,5%	8,7%	9,9%	9,2%	10,0%

Tabela 4.6: Oferta de cursos do Proeja medida pelas VTA

A Tabela 4.7 completa os indicadores básicos da oferta total do IFSC ao apresentar a distribuição da oferta por nível de ensino. Para a oferta de cursos técnicos, os valores são idênticos aos apresentados na Tabela 4.5, mas apenas na Tabela 4.7 pode ser observada a oferta – sem distinção entre FOR e OUT – de cursos superiores (incluindo pós-graduação) e cursos de formação inicial e continuada. Ressalta-se que o cômputo da oferta do Cerfead – centrada na formação de formadores – reduzirá o percentual de TEC, mas obrigatoriamente para um valor não inferior a 50%.

3 Referência: Anuário Estatístico da Proen 2014.

Distribuição da Oferta	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Formação Inicial e Continuada	2.635	3.751	4.066	4.051	4.049	4.098
	11%	14%	14%	12%	12%	12%
Ensino Técnico de Nível Médio	15541	16.626	17734	18633	18652	18675
	66%	61%	59%	57%	56%	55%
Ensino Superior	5.384	6.694	8.283	9.767	10.480	11.180
	23%	25%	28%	30%	32%	33%
Total	23.560	27.070	30.083	32.451	33.180	33.952

Tabela 4.7: Distribuição da Oferta pela CTAECH por nível de ensino

Além dos percentuais da sua oferta para vagas em cursos técnicos, na formação de formadores e na educação de jovens e adultos, o IFSC tem como um de seus indicadores estratégicos a relação aluno-professor (RAP). A Tabela 4.8 apresenta a relação aluno-professor medida pelas matrículas (RAP_m), que é obtida por meio da divisão do total de matrículas equalizadas previstas (MTAECH) para a oferta de custeio próprio pelo número de docentes necessário para a implantação das ofertas. Uma vez que MTAECH depende de estimativas, que podem não ser confirmadas ou variar significativamente conforme o tipo de curso, apresenta-se também a relação aluno-professor medida pela capacidade (RAP_c). Embora não seja o indicador requisitado pela legislação, a RAP_c permite uma melhor avaliação do esforço institucional (em termos de espaço físico e carga horária docente) para a realização de determinadas ofertas, em especial os cursos de baixa carga horária equalizada (como os FICs) e aquelas que, apesar dos relativamente baixos índices de eficiência acadêmica previstos, são consideradas imprescindíveis ao cumprimento da missão da instituição.

Como mostra a Tabela 4.8, a RAP_m planejada aumenta continuamente até o regime pleno, mas não alcança a proporção 20:1 exigida pelo Termo de Acordo de Metas e Compromissos. Entretanto, como o PNE 2014-2024 define que para cursos de graduação a meta é de 18, é necessário corrigir a meta para a RAP_m do IFSC. Assim, considerando o percentual de cursos superiores medido pela capacidade equalizada (para que a estimativa de matrículas não interfira no cálculo), obtém-se a RAP_m pela equação abaixo:

$$RAP_m = \frac{18 \times CTAECH_{superiores}}{CTAECH_{total}} + 20 \times \left(1 - \frac{CTAECH_{superiores}}{CTAECH_{total}}\right)$$

Com essa correção, a partir de 2017 a RAPm do IFSC fica bastante próxima da meta, a qual é ultrapassada quando o plano entrar em regime pleno.

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
MTAECH total	19.869	23.210	25.876	27.700	28.140	28.658
CTAECH total	23.560	27.070	30.083	32.451	33.180	33.952
Docentes previstos	1.090	1.243	1.355	1.436	1.466	1.471
RAPm planejada (MTAECH/docentes)	18,23	18,67	19,10	19,29	19,20	19,48
RAPc planejada (CTAECH/docentes)	21,61	21,78	22,20	22,60	22,63	23,08
CTAECH em cursos superiores	22,85%	24,73%	27,53%	30,10%	31,58%	32,93%
Meta corrigida para a RAPm	19,54	19,51	19,45	19,40	19,37	19,34
RAPm obtida menos meta corrigida	-1,31	-0,83	-0,35	-0,11	-0,17	0,14

Tabela 4.8: Relação aluno-professor para a oferta total de custeio próprio

O quantitativo de docentes necessários à execução da oferta planejada foi obtido pela identificação da demanda de professores em cada câmpus e área de atuação, conforme Projetos Pedagógicos de Cursos correntes no IFSC ou de cursos de outras instituições, como referência para cursos novos. Foi considerada uma média semanal de 14 horas-aula em atividades de sala de aula como referência, em consonância com a Resolução nº 23/2014/CONSUP, que dispõe sobre a distribuição de atividades docentes.

O número de cursos e vagas que serão ofertados nos próximos cinco anos, para cada tipo de curso, são apresentados na Tabela 4.9.

Tipo de curso	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	20	660	944	1.064	1.064	1.064	1.064
CST	30	899	1.030	1.216	1.336	1.216	1.216
Especialização	19	481	538	729	671	668	649
FIC	248	9.695	13.030	13.622	12.992	13.022	13.302
Licenciatura	9	152	184	274	274	274	274
Mestrado Profissional	3	30	30	30	68	68	68
Técnico	155	6.100	6.895	7.311	7.471	7.287	7.542
Total	484	18.017	22.651	24.246	23.876	23.599	24.115

Tabela 4.9: Número de cursos e VTA da oferta de custeio próprio, planejados até 2019, com detalhamento do tipo de curso

A Tabela 4.10 detalha esses quantitativos de cursos por tipo de oferta, além do tipo de curso, e vagas por ano e no regime pleno de funcionamento.

Tipo de curso/oferta	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Bacharelado	20	660	944	1.064	1.064	1.064	1.064
CST	30	899	1.030	1.216	1.336	1.216	1.216
Especialização	22	481	538	729	671	668	649
FIC	250	9.877	13.244	13.926	13.334	13.364	13.644
Proeja-Concomitante	34	702	1.397	1.507	1.627	1.557	1.697
Proeja-Integrado	7	65	204	204	204	204	234
Regular	209	8.928	11.429	11.911	11.161	11.261	11.371
Licenciatura	10	152	184	274	274	274	274
Mestrado Profissional	3	30	30	30	68	68	68
Técnico	155	6.100	6.895	7.311	7.471	7.287	7.542
Concomitante	43	1.355	1.687	1.811	1.887	1.811	1.887
Integrado	38	1.320	1.568	1.568	1.568	1.568	1.568
Proeja-Concomitante	6	80	80	200	240	200	200
Proeja-Integrado	8	250	250	210	290	210	290
Subsequente	60	3.095	3.310	3.522	3.486	3.498	3.597
Total	490	18.017	22.651	24.246	23.876	23.599	24.115

Tabela 4.10: Número de cursos e VTA da oferta de custeio próprio, planejados até 2019, com detalhamento do tipo de curso e tipo de oferta

A Tabela 4.11 apresenta a capacidade do IFSC, nos próximos anos, considerando a oferta proposta.

Tipo de curso/oferta	N. cursos	CTA 2015	CTA 2016	CTA 2017	CTA 2018	CTA 2019	Regime pleno
Bacharelado	20	1.700	2.608	3.568	4.376	4.984	5.632
CST	30	2.717	3.096	3.629	4.164	4.126	4.126
Especialização	19	630	851	1.007	1.100	1.071	1.056
FIC	248	10.829	14.564	15.788	15.577	15.839	16.121
Proeja-Concomitante	34	822	1.939	2.484	2.704	2.744	2.764
Proeja-Integrado	7	215	364	503	610	580	610
Regular	207	8.968	11.469	11.951	11.241	11.301	11.411
Licenciatura	9	764	732	790	924	1.078	1.200
Mestrado Profissional	3	60	60	60	98	136	136
Técnico	155	16.208	17.414	18.611	19.647	19.631	19.690
Concomitante	43	3.435	3.424	3.768	4.184	4.264	4.264
Integrado	38	5.300	5.776	6.052	6.376	6.264	6.264
Proeja-Concomitante	6	160	240	320	480	480	480
Proeja-Integrado	8	655	790	820	900	860	860
Subsequente	60	6.658	7.184	7.651	7.707	7.763	7.822
Total	484	32.084	38.533	42.603	44.864	45.651	46.625

Tabela 4.11: Número de cursos e CTA da oferta de custeio próprio, planejados até 2019, com detalhamento do tipo de curso e tipo de oferta

O primeiro objetivo estratégico do IFSC, em seu planejamento para os próximos cinco anos, é “atender os potenciais alunos, considerando seus diferentes perfis e o contexto social, ambiental e econômico da sua região.” Com isso, o IFSC quer ampliar sua efetividade como instituição pública de educação profissional, científica e tecnológica, buscando ativamente o atendimento às demandas latentes e explícitas por formação profissional. Para alcançar esse objetivo, a oferta do Instituto deve ser dinâmica: ao mesmo tempo em que demandas por novos cursos são identificadas e atendidas, conforme observado na Tabela 4.12, determinados cursos entram em extinção. A Tabela 4.13 apresenta o quantitativo de cursos da oferta de custeio próprio que serão extintos ao longo dos próximos cinco anos. A ressaltar que dentre os cursos novos e extinção estão aqueles que passam por reformulação de projeto pedagógico.

Tipo de curso	N. cursos novos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Bacharelado	14	280	560	680	680	680	680
CST	18	363	638	824	864	824	824
Especialização	13	221	241	397	371	371	317
FIC	120	3.346	7.051	7.571	7.271	7.281	7.401
Licenciatura	6	152	184	274	274	274	274
Mestrado Profissional	2				38	38	38
Técnico	61	1.151	2.618	3.170	3.290	3.210	3.290
Total	234	5.513	11.292	12.916	12.788	12.678	12.824

Tabela 4.12: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio com previsão de implantação até 2019, e respectivas vagas de ingresso criadas, com detalhamento do tipo de curso.

Tipo de curso	N. cursos em extinção	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Bacharelado	1	36					
CST	5	144					
Especialização	1						
FIC	24	870	720	530	120	120	160
Licenciatura	3						
Técnico	29	805	144	32	32	32	67
Total	63	1.855	864	562	152	152	227

Tabela 4.13: Número de cursos da oferta de custeio próprio que estão ou entrarão em extinção até 2019, e respectivas vagas de ingresso extintas, com detalhamento do tipo de curso

O POCV foi proposto considerando o número de docentes que o IFSC admitirá, por

meio de concurso público, nos próximos anos. Porém, os câmpus puderam fazer a prospecção de ofertas que poderão ser implementadas caso haja a possibilidade de concursar mais professores e servidores técnico-administrativos – para além do que se tem atualmente pactuado com o MEC, bem como seja ampliada ou viabilizada a infraestrutura necessária. Dessa forma, a Tabela 4.14 apresenta a quantidade de cursos e vagas de ingresso que foram projetadas pelos câmpus a partir dessa perspectiva de expansão de suas ofertas.

Tipo de curso	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Bacharelado	11	40	284	284	324	404	444
CST	4	0	40	200	200	200	200
Especialização	16	127	100	377	410	367	437
FIC	36	520	1.030	1.230	1.250	1.490	1.615
Licenciatura	1	0	80	80	80	80	80
Mestrado Profissional	10	90	128	152	152	212	202
Técnico	26	218	756	2.778	3.092	3.052	3.052
Total	104	995	2.418	5.101	5.508	5.805	6.030

Tabela 4.14: Cursos e vagas de ingresso a serem criados para expansão da oferta de custeio próprio

A Tabela 4.15 apresenta o quantitativo planejado de vagas de ingresso para a oferta geral do IFSC, estratificado por eixo tecnológico. As vagas referentes apenas aos cursos novos, são apresentadas na Tabela 4.16.

Eixo Tecnológico	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Ambiente e Saúde	72	1.716	2.523	2.635	2.480	2.549	2.885
Controle e Processos Industriais	106	5.227	5.320	5.550	5.530	5.542	5.152
Desenvolvimento Educacional e Social	164	5.909	7.169	6.904	7.697	7.729	8.189
Gestão e Negócios	48	1.871	2.082	2.703	2.143	2.633	2.822
Informação e Comunicação	87	2.756	3.721	3.891	3.579	3.939	4.079
Infraestrutura	48	1.700	2.162	2.402	2.122	2.142	2.452
outro/n.a.	8	4.112	4.152	4.304	4.304	4.304	4.304
Produção Alimentícia	31	770	1.100	950	1.140	1.090	1.250
Produção Cultural e Design	75	3.340	2.920	2.885	2.845	2.865	3.035
Produção Industrial	34	1.045	1.231	1.255	1.221	1.115	1.226
Recursos Naturais	43	1.140	1.420	1.375	1.665	1.390	1.625
Segurança	4	144	104	184	184	184	184
Turismo, Hospitalidade e Lazer	58	2.506	2.596	2.744	2.462	2.278	2.508
Total	778	32.236	36.500	37.782	37.372	37.760	39.711

Tabela 4.15: Número de cursos e vagas de ingresso da oferta geral, por Eixo Tecnológico

Eixo Tecnológico	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Ambiente e Saúde	45	746	1.377	1.513	1.493	1.397	1.683
Controle e Processos Industriais	44	1.551	2.269	2.579	2.559	2.599	2.159
Desenvolvimento Educacional e Social	87	2.384	4.042	4.087	4.167	4.197	4.617
Gestão e Negócios	28	785	1.081	1.331	1.361	1.261	1.386
Informação e Comunicação	46	1.072	1.617	1.969	1.987	2.027	2.077
Infraestrutura	23	430	916	1.156	876	916	1.156
outro/n.a.	3	0	0	120	120	120	120
Produção Alimentícia	17	200	680	570	660	690	810
Produção Cultural e Design	31	879	469	549	549	549	739
Produção Industrial	13	140	545	575	535	465	505
Recursos Naturais	27	645	980	940	1.190	990	1.150
Segurança	1	0	0	80	80	80	80
Turismo, Hospitalidade e Lazer	21	532	722	918	972	848	978
Total	386	9.364	14.698	16.387	16.549	16.139	17.460

Tabela 4.16: Número de cursos novos da oferta de custeio próprio com previsão de implantação até 2019, e respectivas vagas de ingresso criadas, com detalhamento por Eixo Tecnológico

As vagas de ingresso da oferta geral, por eixo tecnológico, são mostradas em separado para cursos FIC, técnicos e superiores de tecnologia, respectivamente nas tabelas 4.17, 4.18 e 4.19. Embora os eixos tecnológicos tenham sido definidos pelo MEC, nos Catálogos Nacionais de Cursos, apenas para esses três tipos de curso, os demais cursos foram categorizados por similaridade nas tabelas anteriores.

Eixo Tecnológico	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Ambiente e Saúde	51	1.250	1.790	1.870	1.790	1.780	2.060
Controle e Processos Industriais	41	1.957	1.828	1.858	1.858	1.858	1.480
Desenvolvimento Educacional e Social	126	4.650	5.556	5.971	5.906	6.036	6.396
Gestão e Negócios	28	881	976	1.297	1.287	1.227	1.456
Informação e Comunicação	51	1.870	2.016	1.996	2.066	2.026	2.166
Infraestrutura	25	860	1.090	1.090	850	910	1.180
outro/n.a.	7	3.912	3.912	4.064	4.064	4.064	4.064
Produção Alimentícia	17	370	610	590	690	730	730
Produção Cultural e Design	64	2.926	2.466	2.431	2.391	2.411	2.581
Produção Industrial	20	605	680	740	670	600	640
Recursos Naturais	22	635	720	760	720	760	770
Segurança	1	40	40	40	40	40	40
Turismo, Hospitalidade e Lazer	40	2.096	2.126	2.042	1.622	1.602	1.796
Total	493	22.052	23.810	24.749	23.954	24.044	25.359

Tabela 4.17: Vagas de ingresso da oferta geral de cursos FIC, por Eixo Tecnológico

Eixo Tecnológico	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Ambiente e Saúde	10	274	406	362	422	402	462
Controle e Processos Industriais	46	2.523	2.621	2.781	2.741	2.753	2.741
Desenvolvimento Educacional e Social	2	32	32	32	32	32	32
Gestão e Negócios	9	260	336	336	336	336	336
Informação e Comunicação	24	687	1.431	1.471	1.071	1.471	1.471
Infraestrutura	18	776	992	1.112	1.072	1.112	1.072
Produção Alimentícia	9	280	290	160	290	160	320
Produção Cultural e Design	7	286	286	286	286	286	286
Produção Industrial	12	360	431	395	431	395	466
Recursos Naturais	16	390	640	480	720	480	720
Segurança	3	104	64	144	144	144	144
Turismo, Hospitalidade e Lazer	11	330	350	506	510	470	506
Total	167	6.302	7.879	8.065	8.055	8.041	8.556

Tabela 4.18: Vagas de ingresso da oferta geral de cursos técnicos, por Eixo Tecnológico

Eixo Tecnológico	N. cursos	VTA 2015	VTA 2016	VTA 2017	VTA 2018	VTA 2019	Regime pleno
Ambiente e Saúde	4	116	116	152	152	152	152
Controle e Processos Industriais	4	216	136	176	176	176	176
Gestão e Negócios	6	690	480	780	480	780	780
Informação e Comunicação	8	95	170	280	280	280	280
Infraestrutura	1	24	0	0	0	0	0
Produção Alimentícia	4	120	160	160	160	160	160
Produção Cultural e Design	4	128	168	168	168	168	168
Produção Industrial	1	80	80	80	80	80	80
Turismo, Hospitalidade e Lazer	4	80	120	120	290	170	170
Total	36	1.549	1.430	1.916	1.786	1.966	1.966

Tabela 4.19: Vagas de ingresso da oferta geral de cursos superiores de tecnologia, por Eixo Tecnológico

4.2 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS PRESENCIAIS

Nesta seção é apresentado o cronograma de abertura dos cursos novos presenciais, por tipo de curso: técnicos, Cursos Superiores de Tecnologia (CST), bacharelados, licenciaturas, especializações e mestrados. Nestes quadros, não é apresentada a oferta do Cerfead, a qual está organizada em um único quadro, com detalhamento do tipo de curso e de oferta, ao final desta seção, na tabela 20. Na oferta do Cerfead, tem-se também cursos na modalidade a distância.

4.2.1 Cursos técnicos

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Tipo de Oferta	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2015/1	Itajaí	Integrado	Mecânica	Semestral	40	Itajaí	Matutino
2015/1	Gaspar	Integrado	Informática	Semestral	40	Gaspar	Vespertino
2015/1	Palhoça-Bilíngue	Integrado	Comunicação visual (turma para alunos ouvintes)	Anual	36	Palhoça-Bilíngue	Vespertino
2015/1	Palhoça-Bilíngue	Integrado	Comunicação visual (turma para alunos surdos)	Anual	40	Palhoça-Bilíngue	Vespertino
2015/1	São José	Integrado	Refrigeração e climatização	Semestral	32	São José	Vespertino
2015/1	Criciúma	Proeja-Concomitante	Instalador e eletricista predial	Diferenciada	40	Criciúma	Noturno
2015/1	Garopaba	Subsequente	Administração	Eventual	30	Imbituba/Garopaba	Noturno
2015/1	Garopaba	Subsequente	Guia de turismo	Bianual	40	Garopaba	Noturno
2015/1	Gaspar	Subsequente	Administração	Semestral	40	Gaspar	Noturno
2015/1	São José	Subsequente	Refrigeração e climatização	Semestral	32	São José	Noturno
2015/1	São Miguel do Oeste	Concomitante	agropecuária	Anual	40	São Miguel do Oeste	Noturno
2015/1	Xanxerê	Concomitante	Mecânica	Anual	40	Xanxerê	Noturno

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Tipo de Oferta	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2015/2	Araranguá	Concomitante	Programação de jogos digitais	Semestral	32	Araranguá	Matutino
2015/2	São Carlos	Concomitante	Edificações	Semestral	40	Palmitos/São Carlos	Vespertino
2015/2	São Lourenço do Oeste	Subsequente	Informática para internet	Semestral	40	São Lourenço do Oeste	Vespertino
2015/2	Caçador	Concomitante	Recursos humanos	Bianual	40	Caçador	Noturno
2015/2	Chapecó	Proeja-Integrado	Eletromecânica	Semestral	40	Chapecó	Noturno
2015/2	Florianópolis	Subsequente	Eletrônica	Semestral	40	Florianópolis	Noturno
2015/2	Garopaba	Subsequente	Cozinha	Anual	30	Laguna	Noturno
2015/2	Itajaí	Subsequente	Mecânica	Semestral	40	Itajaí	Noturno
2015/2	Itajaí	Subsequente	Recursos pesqueiros	Semestral	40	Itajaí	Noturno
2015/2	Jaraguá do Sul	Subsequente	Têxtil – beneficiamento	Semestral	35	Jaraguá do Sul	Noturno
2015/2	São Carlos	Concomitante	Aquicultura	Semestral	40	São Carlos	Noturno
2015/2	São Lourenço do Oeste	Subsequente	Vendas	Semestral	40	São Lourenço do Oeste	Noturno
2015/2	São Miguel do Oeste	Proeja-Integrado	Agricultura	Outro	40	São Miguel do Oeste	Noturno
2015/2	São Miguel do Oeste	Subsequente	Mecânica	Anual	32	São Miguel do Oeste	Noturno
2015/2	Tubarão	Concomitante	Informática	Semestral	40	Tubarão	Noturno
2015/2	Tubarão	Subsequente	Informática para internet	Anual	40	Tubarão	Noturno
2016/1	Caçador	Integrado	Administração	Anual	40	Caçador	Matutino
2016/1	Caçador	Integrado	Informática	Anual	40	Caçador	Matutino
2016/1	Canoinhas	Integrado	Alimentos	Anual	40	Canoinhas	Matutino
2016/1	Canoinhas	Integrado	Edificações	Anual	40	Canoinhas	Matutino
2016/1	Gaspar	Integrado	Química	Semestral	40	Gaspar	Matutino

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Tipo de Oferta	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2016/1	Geraldo Werninghaus	Subsequente	Mecatrônica	Semestral	40	Jaraguá do Sul	Matutino
2016/1	Jaraguá do Sul	Proeja-Integrado	Certific ⁴ vestuário	Anual	35	Jaraguá do Sul	Matutino
2016/1	Jaraguá do Sul	Subsequente	Certific vestuário	Anual	35	Jaraguá do Sul	Matutino
2016/1	São Miguel do Oeste	Integrado	Agropecuária	Bianual	40	São Miguel do Oeste	Matutino
2016/1	Xanxerê	Integrado	Informática	Anual	40	Xanxerê	Matutino
2016/1	Criciúma	Integrado	Química	Anual	40	Criciúma	Vespertino
2016/1	Garopaba	Concomitante	Administração	Anual	36	Garopaba	Vespertino
2016/1	Garopaba	Concomitante	Controle ambiental	Anual	36	Garopaba	Vespertino
2016/1	Lages	Concomitante	Informática para internet	Anual	40	Lages	Vespertino
2016/1	Xanxerê	Integrado	Alimentos	Anual	40	Xanxerê	Vespertino
2016/1	Caçador	Concomitante	Eletromecânica	Anual	40	Caçador	Noturno
2016/1	Garopaba	Subsequente	Edificações	Eventual	30	Imbituba/Garopaba	Noturno
2016/1	São Miguel do Oeste	Subsequente	Eletromecânica	Anual	32	São Miguel do Oeste	Noturno
2016/1	Tubarão	Concomitante	Informática	Anual	40	Tubarão	Noturno
2016/1	Urupema	Concomitante	Fruticultura	Bianual	40	Urupema	Noturno
2016/2	Garopaba	Subsequente	Panificação e confeitaria	Semestral	30	Laguna	Matutino
2016/2	Itajaí	Proeja-Integrado	Pescador especializado	Bianual	40	Itajaí	Matutino
2016/2	São José	Integrado	Telecomunicações	Semestral	32	São José	Matutino
2016/2	Canoinhas	Concomitante	Manutenção e suporte em informática	Anual	40	Canoinhas	Vespertino
2016/2	Criciúma	Concomitante	Edificações	Anual	36	Criciúma	Vespertino
2016/2	Garopaba	Subsequente	Biotechnology	Eventual	30	Imbituba/Garopaba	Noturno

4 Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada.

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Tipo de Oferta	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2016/2	São Lourenço do Oeste	Subsequente	Agronegócio	Semestral	40	São Lourenço do Oeste	Noturno
2016/2	São Miguel do Oeste	Concomitante	Edificações	Semestral	40	São Miguel do Oeste	Noturno
2017/1	São Miguel do Oeste	Integrado	Edificações	Anual	40	São Miguel do Oeste	Matutino
2017/1	São Miguel do Oeste	Integrado	Mecânica	Bianual	40	São Miguel do Oeste	Matutino
2017/1	Canoinhas	Concomitante	Informática para internet	Anual	40	Canoinhas	Vespertino
2017/1	Geraldo Werninghaus	Proeja-Concomitante	Eletrotécnica	Anual	40	Jaraguá do Sul	Vespertino
2017/1	Chapecó	Subsequente	Eletroeletrônica	Semestral	40	Chapecó	Noturno
2017/1	Chapecó	Subsequente	Segurança do trabalho	Semestral	40	Chapecó	Noturno
2017/1	Florianópolis-Continente	Proeja-Concomitante	Hotelaria	Anual	40	Florianópolis	Noturno
2017/1	Florianópolis-Continente	Subsequente	Sommelier	Anual	40	Florianópolis	Noturno
2017/1	Tubarão	Concomitante	Edificações	Semestral	40	Tubarão	Noturno
2017/1	Tubarão	Concomitante	Eletrotécnica	Semestral	40	Tubarão	Noturno
2017/2	Joinville	Proeja-Concomitante	Saúde comunitária	Diferenciada	40	Joinville	Vespertino
2018/1	Florianópolis-Continente	Subsequente	Nutrição e dietética	Diferenciada	40	Florianópolis	Vespertino

4.2.2 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2015/1	Urupema	Viticultura e enologia	Anual	40	Urupema	Vespertino
2015/1	Araranguá	Design de moda	Anual	36	Araranguá	Noturno
2015/1	Canoinhas	Alimentos	Anual	40	Canoinhas	Noturno
2015/1	São Miguel do Oeste	Alimentos	Anual	40	São Miguel do Oeste	Noturno
2015/2	Palhoça-Bilíngue	Produção multimídia	Anual	32	Palhoça-Bilíngue	Vespertino
2015/2	Gaspar	Análise e desenvolvimento de sistemas	Semestral	35	Gaspar	Noturno
2015/2	Gaspar	Processos gerenciais	Semestral	40	Gaspar	Noturno
2015/2	Joinville	Gestão hospitalar	Semestral	40	Joinville Centro	Noturno
2016/1	Urupema	Alimentos	Anual	40	Urupema	Matutino
2016/1	Canoinhas	Análise e desenvolvimento de sistemas	Anual	40	Canoinhas	Noturno
2016/1	Florianópolis-Continente	Gestão de turismo	Anual	40	Florianópolis	Noturno
2016/1	Gaspar	Design de moda	Anual	40	Gaspar	Noturno
2017/1	Garopaba	Análise e desenvolvimento de sistemas	Anual	30	Garopaba	Matutino
2017/1	Lages	Processos químicos	Anual	40	Lages	Matutino
2017/1	Caçador	Gestão da tecnologia da informação	Semestral	40	Caçador	Noturno
2017/1	Garopaba	Biotechnologia	Anual	36	Garopaba	Noturno
2017/1	Tubarão	Análise e desenvolvimento de sistemas	Anual	40	Tubarão	Noturno

4.2.3 Bacharelados

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2015/1	Criciúma	Engenharia Mecatrônica	Anual	40	Criciúma	Matutino
2015/1	Lages	Ciência da Computação	Anual	40	Lages	Matutino
2015/1	Xanxerê	Engenharia Mecânica	Anual	40	Xanxerê	Noturno
2015/2	Geraldo Werninghaus	Engenharia Elétrica	Semestral	40	Jaraguá do Sul	Matutino
2015/2	São Miguel do Oeste	Agronomia	Anual	40	São Miguel do Oeste	Matutino
2015/2	Itajaí	Engenharia Elétrica	Semestral	40	Itajaí	Vespertino
2016/1	Caçador	Engenharia de Produção	Anual	40	Caçador	Noturno
2016/1	Joinville	Engenharia Elétrica	Anual	40	Joinville	Noturno
2016/1	Lages	Engenharia Mecânica	Anual	40	Lages	Noturno
2016/2	Joinville	Engenharia Mecânica	Anual	40	Joinville	Noturno
2017/1	Joinville	Enfermagem	Anual	40	Joinville	Matutino
2017/1	São Carlos	Engenharia Civil	Anual	40	São Carlos	Vespertino
2017/1	São Lourenço do Oeste	Ciência da Computação	Anual	40	São Lourenço do Oeste	Noturno

4.2.4 Licenciaturas

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2015/1	Jaraguá do Sul	Física	Semestral	40	Jaraguá do Sul	Matutino
2015/1	Araranguá	Física	Anual	40	Araranguá	Noturno
2015/1	São José	Química	Anual	32	São José	Noturno
2016/2	São José	Ciências Naturais	Anual	32	São José	Vespertino
2017/1	Criciúma	Química	Anual	40	Criciúma	Noturno

4.2.5 Especializações

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2015/2	Araranguá	Educação Científica e Tecnológica	Anual	40	Araranguá	Noturno
2015/2	Canoinhas	Desenvolvimento Rural Sustentável	Eventual	40	Canoinhas	Noturno
2015/2	Florianópolis	Educação Profissional e Tecnológica	Anual	20	Florianópolis	Noturno
2015/2	Garopaba	Gestão Ambiental	Anual	36	Garopaba	Noturno
2015/2	Lages	Tecnologias e Práticas Educacionais	Anual	40	Lages	Noturno
2016/1	Urupema	Fruticultura	Anual	20	Urupema	Noturno
2016/1	Xanxerê	Ciência e tecnologia de alimentos	Diferenciada	40	Xanxerê	Noturno
2017/1	Florianópolis-Continente	Gestão de Pequenas Empresas	Eventual	40	Florianópolis	Noturno
2017/2	Garopaba	Patrimônio Ambiental e Cultural	Bianual	36	Garopaba	Noturno
2018/1	Florianópolis-Continente	Gestão de Eventos	Eventual	40	Florianópolis	Noturno

4.2.6 Mestrados

Ano/ Semestre	Câmpus ofertante	Nome do curso	Periodicidade de entrada	Vagas/ Turma	Local da oferta	Turno
2018/1	Lages	Sistemas e Processos Industriais	Anual	20	Lages	Noturno
2018/1	São José	Telecomunicações	Anual	18	São José	Noturno

4.2.7 Cerfead

Conforme explicado anteriormente, o planejamento de cursos e vagas do Cerfead encontra-se em elaboração. A Tabela 4.20 apresenta a oferta definida pelo Centro para 2015, com cursos de custeio próprio ou externo, todos categorizados como FOR e no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social. A ressaltar que o Centro também trabalhará com cursos de qualificação dos servidores do IFSC e algumas ofertas pontuais de FIC Pronatec (bolsa-formação).

Curso	Tipo de curso/oferta	Modalidade	Custeio	N. vagas
Formação continuada de docentes das redes municipais (17 cursos na área)	FIC Regular	Presencial	próprio	40
Práticas para a Escola Inclusiva	FIC Regular	Presencial	próprio	100
Leitura e Formação de Leitores	FIC Regular	Presencial	próprio	125
Comunicação e Relações Interpessoais no Ensino Médio	FIC Regular	Presencial	próprio	30
Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Mestrado	Presencial	próprio	15
Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Licenciatura	EaD	próprio	200
Proeja	Especialização	EaD	UAB	200
Docência e Formação Pedagógica em Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Especialização	EaD	MEC	100
Atendimento Educacional Especializado	Especialização	EaD	MEC	550
LIBRAS	Especialização	EaD	MEC	550
Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua para Estudantes Surdos	Especialização	Presencial	MEC	50

Tabela 4.20: Oferta do Cerfead para 2015.

4.3 OFERTA DE EAD

Esta seção apresenta a oferta de educação a distância no IFSC, tanto a atual quanto a planejada para o período de implantação do POCV. Os quadros estão organizados por tipo de curso: cursos FIC, técnicos, Cursos Superiores de Tecnologia (CST), licenciaturas e especializações. A maioria das ofertas do IFSC na modalidade em EaD são realizadas por meio de programas como a UAB e o e-Tec e concentram-se no nível superior, com destaque para as especializações.

4.3.1 Cursos FIC

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
E-Tec Idiomas Espanhol	Araranguá	Araranguá	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Jaraguá do Sul	30	1	Matutino	Semestral	Novo	2014/2
		Chapecó	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Florianópolis	30	2	Vespertino/Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Gaspar	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Joinville	30	1	Matutino	Semestral	Novo	2014/2
		Garopaba	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		São Miguel do Oeste	30	1	Matutino	Semestral	Novo	2014/2
Caçador	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2		

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
E-Tec Idiomas Inglês	Chapecó	Araranguá	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Jaraguá do Sul	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Chapecó	30	2	Matutino/Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Florianópolis	30	2	Vespertino/Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Gaspar	30	2	Vespertino/Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Garopaba	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
		Joinville	30	1	Vespertino	Semestral	Novo	2014/2
		São Miguel do Oeste	30	1	Matutino	Semestral	Novo	2014/2
		Xanxerê	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2
Caçador	30	1	Noturno	Semestral	Novo	2014/2		
E-Tec Idiomas Português para estrangeiros	Araranguá	Araranguá	30	1	A definir	Semestral	Novo	a definir
Algas	Itajaí	Itajaí	40	1	Vespertino	Semestral	Expansão	2015/2
Boas Práticas para Manipuladores de Alimentos	Lages	Lages	120	1	Vespertino	Semestral	Novo	2016/1
Tópicos em Refrigeração e Climatização	São José	São José	200	1	Noturno	Semestral	Novo	2015/1

4.3.2 Cursos técnicos

Tipo de oferta	Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Subsequente	Informática para Internet	Florianópolis	Campos Novos	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
			São José	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
			Itapoá	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
			Santa Cecília	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
			Otacílio Costa	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
			Xanxerê	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Tubarão	Tubarão	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2014/2
			Laguna	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2014/2
			Joinville	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2014/2
			Canelinha	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2014/2
	A definir	Garopaba	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/2	
Guia de turismo	A definir	Lages	40	1	Noturno	Eventual	Expansão	2017/1	
Administração	A definir	Tubarão	40	1	Noturno	Anual	Expansão	2017/2	

4.3.3 Cursos Superiores de Tecnologia (CST)

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Gestão pública	Florianópolis	Palmitos	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Campos Novos	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		São José	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Foz do Iguaçu/PR	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Jales/SP	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Cachoeira do Sul/RS	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Caçador	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2015/2
		Garopaba	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/2
Logística	Itajaí	Itajaí	50	1	Noturno	Anual	Novo	2015/1
		Joinville	50	1	Noturno	Anual	Novo	2015/1
		Laguna	50	1	Noturno	Anual	Novo	2015/1
		Itapoá	50	1	Noturno	Anual	Novo	2015/1
		Chapecó	50	1	Noturno	Anual	Novo	2015/1
		São Lourenço do Sul	50	1	Noturno	Anual	Novo	2015/1
Hotelaria	Externo	Garopaba	50	1	Vespertino	Anual	Novo	2018/1
		Lages	50	1	Noturno	Diferenciada	Expansão	2016/2

4.3.4 Licenciaturas

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Ciências exatas	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	40	A definir	A definir	Anual	Expansão	A definir
Pedagogia Bilingue	Palhoça-Bilingue	Palhoça	50	1	Noturno	Anual	Novo	2017/1
Química	Externo	Jaraguá do Sul	40	1	Matutino	Anual	Novo	2017/1

4.3.5 Especializações

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Ciências Agrárias	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	30	3	Noturno	Diferenciada	Novo	2018/1
Educação de Surdos	Externo	Araranguá	40	1	Noturno	Semestral	Novo	2016/1
Educação para a Diversidade com ênfase em EJA	Florianópolis-Continente	Campos Novos	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Palmitos	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Florianópolis	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Praia Grande	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Pouso Redondo	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Itapema	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Caçador	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/2

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja	Cerfead	Canoinhas	40	1	Vespertino	Diferenciada	Extinção	Não se aplica
		Criciúma	40	1	Vespertino	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		São Miguel do Oeste	40	1	Vespertino	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Lages	40	1	Vespertino	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Palhoça	40	1	Vespertino	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Caçador	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2015/2
		Tubarão	40	1	Vespertino	Diferenciada	Novo	2015/2
		Garopaba	50	1	Noturno	Bianual	Novo	2016/2
Ensino das Áreas Humanas	Externo	São Carlos	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/1
Ensino de Ciências	Florianópolis	Criciúma	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/2
		Florianópolis	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Tubarão	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Braço do Norte	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Caçador	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		São Miguel do Oeste	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Blumenau	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Criciúma	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	A definir
Garopaba	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/2		
Ergonomia	Externo	Jaraguá do Sul	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/1
Gestão Ambiental	Externo	Criciúma	40	2	Noturno	Diferenciada	Novo	2017/1
		Gaspar	40	1	Noturno	Bianual	Novo	2015/2

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Gestão educacional	Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	40	1	Noturno	Outro	Expansão	2016/1
Gestão em saúde	Florianópolis	Caçador	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Tubarão	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Palhoça	45	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Lages	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2015/2
		Criciúma	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	A definir
		Caçador	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/1
		São Miguel do Oeste	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	A definir
Gestão pública	Florianópolis	São Miguel do Oeste	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Joinville	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Jales/SP	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Tubarão	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		São José	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Lages	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2015/2
		Criciúma	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	A definir
		Caçador	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/1
		Gaspar	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2015/2
		São Miguel do Oeste	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	A definir

Nome do curso	Câmpus ofertante	Locais de oferta	Vagas/ Turma	N. turmas	Turno	Periodicidade de entrada	Situação	Semestre Início
Mídias na educação	Florianópolis	Florianópolis	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		São José	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Itapema	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Joinville	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Concórdia	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Palmitos	50	1	Noturno	Diferenciada	Corrente	Não se aplica
		Caçador	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/2
		Garopaba	50	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2015/2
	Jaraguá do Sul	40	1	Noturno	Diferenciada	Novo	2016/1	
Pesquisa e prática pedagógica	Gaspar	Gaspar	40	1	Noturno	Bianual	Novo	2015/1
Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica	Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	40	1	Noturno	Outro	Expansão	2016/2
Saúde da Família	Joinville	Joinville	200	1	Noturno	Anual	Expansão	2016/2
TIC aplicada à educação	Externo	Gaspar	40	1	Noturno	Bianual	Novo	2015/2

4.4 OFERTA DOS CÂMPUS

Nesta seção são apresentados, do item 4.4.1 ao 4.4.22, os principais indicadores de oferta câmpus a câmpus. Nas tabelas 4.21, 4.22, 4.23 e 4.24, apresentam-se quadros gerais dos indicadores por câmpus, não incluindo a oferta do Cerfead. As tabelas 4.21 e 4.22 apresentam apenas a oferta de custeio próprio, enquanto nas tabelas 4.23 e 4.24 é apresentada a oferta geral.

Câmpus	Capacidade (CTA)	Vagas de ingresso (VTA)	Matrículas (MTA)	Capacidade equalizada (CTAECH)	Vagas de ingresso equalizadas (VTAECH)	Matrículas equalizadas (MTAECH)
Araranguá	1.869	951	1.581	1.312	508	1.080
Caçador	1.676	1.141	1.515	1.215	685	1.072
Canoinhas	2.360	1.800	2.225	1.438	842	1.317
Chapecó	1.680	480	1.373	1.637	449	1.331
Criciúma	1.906	1.034	1.720	1.361	522	1.179
Florianópolis	8.129	3.136	7.041	7.057	2.162	5.987
Florianópolis-Continente	2.770	2.130	2.413	1.303	816	1.102
Garopaba	2.367	1.658	2.195	746	435	668
Gaspar	1.610	690	1.436	1.657	625	1.464
Geraldo Werninghaus	2.370	1.010	1.949	1.744	585	1.380
Itajaí	1.950	875	1.637	1.584	664	1.321
Jaraguá do Sul	1.565	585	1.271	1.517	523	1.228
Joinville	2.282	724	1.821	2.077	559	1.677
Lages	2.590	1.490	2.261	1.568	709	1.302
Palhoça-Bílingue	2.020	1.162	1.688	1.271	515	988
São Carlos	1.415	735	1.210	938	418	774
São José	2.456	1.170	2.184	1.725	541	1.478
São Lourenço do Oeste	880	560	775	636	338	539
São Miguel do Oeste	1.562	696	1.409	1.180	456	1.051
Tubarão	960	440	817	712	314	595
Urupema	828	668	772	491	285	419
Xanxerê	1.460	980	1.354	784	384	705
Total	46.705	24.115	40.647	33.952	13.335	28.658

Tabela 4.21: Indicadores da oferta de custeio próprio em regime pleno, por câmpus

Câmpus	TEC	FOR	OUT	Proeja
Araranguá	65%	16%	19%	4%
Caçador	46%	8%	46%	1%
Canoinhas	52%	10%	38%	9%
Chapecó	72%	0%	28%	17%
Criciúma	67%	12%	21%	1%
Florianópolis	53%	0%	47%	3%
Florianópolis-Continente	48%	0%	52%	12%
Garopaba	37%	2%	61%	14%
Gaspar	64%	1%	36%	0%
Geraldo Werninghaus	56%	0%	44%	4%
Itajaí	59%	4%	37%	7%
Jaraguá do Sul	76%	24%	0%	14%
Joinville	54%	0%	46%	5%
Lages	56%	2%	43%	1%
Palhoça-Bilíngue	31%	18%	51%	12%
São Carlos	48%	0%	52%	9%
São José	46%	19%	34%	9%
São Lourenço do Oeste	64%	1%	35%	5%
São Miguel do Oeste	57%	0%	43%	4%
Tubarão	76%	0%	24%	7%
Urupema	6%	5%	89%	4%
Xanxerê	48%	5%	47%	3%
Total	55%	5%	40%	6%

Tabela 4.22: Distribuição da oferta de custeio próprio estratificada por câmpus, medida por CTAECH

Câmpus	FIC	Técnico	CST	Bacharelado	Licenciatura	Especialização	Mestrado	Total
Araranguá	7.594	1.958	180		200	360		10292
Caçador	5.282	1.042	370	160		400		7254
Canoinhas	13.740	1.560	360			120		15780
Chapecó	775	2.000		432				3207
Criciúma	4.187	1.824		200	120	520		6851
Florianópolis	6.472	8.626	2.482	1.720		4.070	150	23520
Florianópolis-Continente	13.990	1.920	680			680		17270
Garopaba	8.213	2.302	498			566		11579
Gaspar	3.983	1.690	835			520		7028
Geraldo Werninghaus	3.470	2.600	440	360				6870
Itajaí	5.560	1.730	1.500	360		105		9255
Jaraguá do Sul	7.086	2.310			520	480		10396
Joinville	3.810	1.892	520	440				6662
Lages	13.300	2.600	120	360		1.360	40	17780
Palhoça-Bílingue	4.950	572	160		150	128		5960
São Carlos	2.165	1.080		120		120		3485
São José	5.416	1.428		352	288		36	7520
São Lourenço do Oeste	1.040	1.000		120				2160
São Miguel do Oeste	3.485	1.448	200	200		180		5513
Tubarão	2.760	1.240	120			360		4480
Urupema	3.059	80	360			80		3579
Xanxerê	5.025	680		200		120		6025
Total	125.362	41.582	8.825	5.024	1.278	10.169	226	192.466

Tabela 4.23: Número cumulativo de VTA da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por tipo de curso

Câmpus	EaD	Presencial	Total
Araranguá	2.564	7.728	10.292
Caçador	650	6.604	7.254
Canoinhas	0	15.780	15.780
Chapecó	0	3.207	3.207
Criciúma	520	6.331	6.851
Florianópolis	6.220	17.300	23.520
Florianópolis-Continente	600	16.670	17.270
Garopaba	810	10.769	11.579
Gaspar	1.000	6.028	7.028
Geraldo Werninghaus	0	6.870	6.870
Itajaí	1.500	7.755	9.255
Jaraguá do Sul	1.110	9.286	10.396
Joinville	0	6.662	6.662
Lages	2.120	15.660	17.780
Palhoça-Bilíngue	150	5.810	5.960
São Carlos	120	3.365	3.485
São José	2.000	5.520	7.520
São Lourenço do Oeste	0	2.160	2.160
São Miguel do Oeste	770	4.743	5.513
Tubarão	360	4.120	4.480
Urupema	0	3.579	3.579
Xanxerê	0	6.025	6.025
Total	20.494	171.972	192.466

Tabela 4.24: Número cumulativo de VTA da oferta geral entre 2015 e 2019 por câmpus, com detalhamento por modalidade de oferta

4.4.1 Câmpus Araranguá

O Câmpus Araranguá pretende ofertar, até 2019, 18 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.25. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Produção Industrial, Produção Cultural e Design, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	1	36	36	36	36	36	36
Especialização	Não se aplica	2	40	80	80	80	80	80
FIC	Proeja-Concomitante	3	80	240	240	240	240	240
	Regular	5	285	305	225	245	265	245
Licenciatura	Não se aplica	2	40	40	40	40	40	40
Técnico	Concomitante	3	240	240	240	240	240	240
	Integrado	2	70	70	70	70	70	70
Total		18	791	1011	931	951	971	951

Tabela 4.25: Oferta de vagas do Câmpus Araranguá com custeio próprio

A oferta prevista com custeio externo concentra-se, principalmente, nos cursos FIC, conforme Tabela 4.26.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
FIC	Mulheres Mil	2	60	120	120	120	120	120
	Não se aplica	3	120	120	120	120	120	120
	Pronatec	2	360	360	360	360	360	360
	Regular	8	378	378	403	378	378	378
Técnico	Concomitante	1	32	64	64	64	64	64
Total		16	950	1042	1067	1042	1042	1042

Tabela 4.26: Oferta de vagas do Câmpus Araranguá com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Araranguá planeja ofertar os cursos técnicos integrados em Eletrotécnica e Mecânica e uma Engenharia Têxtil.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Araranguá, serão os apresentados na Tabela 4.27.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	791	1011	931	951	971	951
	VTAECH	499,8	531,8	503,8	515,8	515,8	507,8
Capacidade Total Anual	CTA	1657	1921	1845	1869	1889	1869
	CTAECH	1339,3	1359,7	1303,7	1319,7	1319,7	1311,7
Matrículas Totais Anuais	MTA	1341	1594	1537	1581	1601	1581
	MTAECH	1041	1078,35	1051,75	1087,75	1087,75	1079,75
Relação Aluno-Professor	RAPc	23,09	22,66	21,73	22,37	22,37	22,62
	RAPm	17,95	17,97	17,53	18,44	18,44	18,62

Tabela 4.27: Indicadores da oferta do Câmpus Araranguá

4.4.2 Câmpus Caçador

O Câmpus Caçador pretende ofertar, até 2019, 24 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.28. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Produção industrial.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	0	40	40	40	40	40
CST	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	40
FIC	Proeja-Concomitante	2	0	0	70	70	30	30
	Regular	13	280	720	800	560	640	800
Técnico	Concomitante	5	115	151	115	151	115	151
	Integrado	2	0	80	80	80	80	80
Total		24	395	991	1145	941	945	1141

Tabela 4.28: Oferta de vagas do Câmpus Caçador com custeio próprio

Com custeio externo, o Câmpus Caçador pretende ofertar cursos de especialização e um CST, conforme Tabela 4.29.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	1	50	50	50	50	50	50
Especialização	Não se aplica	5	40	160	0	200	0	80
FIC	Pronatec	6	384	384	384	384	384	384
Total		12	474	594	434	634	434	514

Tabela 4.29: Oferta de vagas do Câmpus Caçador com custeio externo

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Caçador, serão os apresentados na Tabela 4.30.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	395	991	1145	941	945	1141
	VTAECH	227	623	665	605	585	685
Capacidade Total Anual	CTA	505	1066	1416	1366	1476	1676
	CTAECH	337	698	964	1034	1111,4	1215,4
Matrículas Totais Anuais	MTA	480	1046	1359	1275	1327	1515
	MTAECH	312	678	903,2	941,4	980,2	1072,2
Relação Aluno-Professor	RAPc	30,64	31,73	29,21	27,95	29,25	30,39
	RAPm	28,36	30,82	27,37	25,44	25,79	26,81

Tabela 4.30: Indicadores da oferta do Câmpus Caçador

4.4.3 Câmpus Canoinhas

O Câmpus Canoinhas pretende ofertar, até 2019, 28 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.31. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Recursos Naturais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	2	40	80	80	80	80	80
Especialização	Não se aplica	2	40	0	40	40	0	40
FIC	Proeja-Concomitante	5	70	210	170	210	260	320
	Regular	10	240	1320	1160	920	960	1080
Técnico	Concomitante	6	280	120	160	160	160	160
	Integrado	2	0	80	80	80	80	80
	Subsequente	1	40	40	40	40	40	40
Total		28	710	1850	1730	1530	1580	1800

Tabela 4.31: Oferta de vagas do Câmpus Canoinhas com custeio próprio

A oferta prevista com custeio externo concentra-se nos cursos FIC, além de um curso técnico subsequente, conforme Tabela 4.32.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
FIC	Mulheres Mil	1	180	180	180	180	180	180
	Proeja-Concomitante	1	0	30	60	60	30	60
	Pronatec	1	1380	1380	1380	1380	1380	1380
	Regular	1	0	60	60	60	60	60
Técnico	Subsequente	1	0	0	0	0	0	0
Total		5	1560	1650	1680	1680	1650	1680

Tabela 4.32: Oferta de vagas do Câmpus Canoinhas com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Canoinhas planeja ofertar um bacharelado em Agronomia.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Canoinhas, serão os apresentados na Tabela 4.33.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	710	1850	1730	1530	1580	1800
	VTAECH	464	782	774	758	766	842
Capacidade Total Anual	CTA	1055	2250	2090	2090	2140	2360
	CTAECH	794	1158	1170	1354	1374	1438
Matrículas Totais Anuais	MTA	970	2137	2008	1955	2010	2225
	MTAECH	709	1063,5	1098,3	1233,3	1252,3	1317,3
Relação Aluno-Professor	RAPc	24,81	25,73	22,94	23,75	24,11	25,23
	RAPm	22,16	23,63	21,54	21,64	21,97	23,11

Tabela 4.33: Indicadores da oferta do Câmpus Canoinhas

4.4.4 Câmpus Chapecó

O Câmpus Chapecó pretende ofertar, até 2019, 9 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.34. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Segurança.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	2	76	80	80	80	80	80
Técnico	Integrado	1	80	80	80	80	80	80
	Proeja-Integrado	2	80	80	80	80	80	80
	Subsequente	4	160	160	240	240	240	240
Total		9	396	400	480	480	480	480

Tabela 4.34: Oferta de vagas do Câmpus Chapecó com custeio próprio

Com custeio externo, o câmpus pretende ofertar, em 2015, 20 cursos FIC. Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Chapecó planeja ofertar um curso técnico integrado em Eletroeletrônica, uma licenciatura em Química e três cursos de especialização: Gestão de Manutenção; Língua Inglesa; Ensino Interdisciplinar e Práticas Docentes. Além desses, oito cursos FIC: Automação Industrial; Eletricidade; Eletrônica; Desenho Técnico-CAD; Empreendedorismo; Refrigeração Industrial; Soldagem; Usinagem.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do

Câmpus Chapecó, serão os apresentados na Tabela 4.35.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	396	400	480	480	480	480
	VTAECH	362	369,2	449,2	449,2	449,2	449,2
Capacidade Total Anual	CTA	1444	1488	1576	1584	1672	1680
	CTAECH	1321,2	1380,86	1482,46	1519,06	1642,86	1637,1
Matrículas Totais Anuais	MTA	1066	1104	1217	1263	1363	1373
	MTAECH	977,73	1025,56	1145,67	1208,27	1329,46	1331,26
Relação Aluno-Professor	RAPc	23,59	25,11	25,13	25,32	27,38	27,29
	RAPm	17,46	18,65	19,42	20,14	22,16	22,19

Tabela 4.35: Indicadores da oferta do Câmpus Chapecó

4.4.5 Câmpus Criciúma

O Câmpus Criciúma pretende ofertar, até 2019, 16 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.36. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Infraestrutura, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	40	40	40	40	40	40
FIC	Regular	7	456	576	576	576	576	598
Licenciatura	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	4
Técnico	Concomitante	1	0	36	36	36	36	36
	Integrado	3	120	120	120	120	120	120
	Proeja-Concomitante	1	40	40	40	40	40	40
	Subsequente	2	160	160	160	160	160	160
Total		16	816	972	1012	1012	1012	1034

Tabela 4.36: Oferta de vagas do Câmpus Criciúma com custeio próprio

A Tabela 4.37 apresenta os dados relativos à oferta com custeio externo do Câmpus Criciúma. Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, está planejada a oferta de um bacharelado em Engenharia Civil, uma especialização em Patologias da Construção Civil e dois cursos FIC: Auxiliar de laboratório Químico e Operador de Processo Químico Industrial.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	8	40	80	120	200	80	120
FIC	Pronatec	16	180	210	270	210	240	260
Total		24	220	290	390	410	320	380

Tabela 4.37: Oferta de vagas do Câmpus Criciúma com custeio externo

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Criciúma, serão os apresentados na Tabela 4.38.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	816	972	1012	1012	1012	1034
	VTAECH	421,53	483,13	519,13	519,13	519,13	521,88
Capacidade Total Anual	CTA	1456	1732	1648	1764	1844	1906
	CTAECH	1077,53	1269,53	1155,13	1232,73	1313,73	1361,48
Matrículas Totais Anuais	MTA	1302	1550	1531	1619	1671	1720
	MTAECH	923,13	1078,23	1033,83	1092,63	1146,18	1179,3
Relação Aluno-Professor	RAPc	23,42	23,95	20,63	22,01	22,27	23,08
	RAPm	20,07	20,34	18,46	19,51	19,43	19,99

Tabela 4.38: Indicadores da oferta do Câmpus Criciúma

4.4.6 Câmpus Florianópolis

O Câmpus Florianópolis pretende ofertar, até 2019, 54 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.39. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em sete eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Cultural e Design, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Segurança.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	4	280	320	320	320	320	320
CST	Não se aplica	7	316	292	292	292	292	292
Especialização	Não se aplica	2	50	50	50	50	50	50
FIC	Proeja-Concomitante	2	30	120	120	120	120	120
	Regular	17	889	994	1014	1014	1014	1014
Mestrado Profissional	Não se aplica	1	30	30	30	30	30	30
Técnico	Integrado	6	324	324	324	324	324	324
	Proeja-Integrado	1	60	60	60	60	60	60
	Subsequente	14	916	926	926	926	898	926
Total		54	2895	3116	3136	3136	3108	3136

Tabela 4.39: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis com custeio próprio

A oferta prevista com custeio externo abrange cursos de especialização, FIC, técnico e CST, conforme Tabela 4.40.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	1	300	0	300	0	300	300
Especialização	Não se aplica	4	570	955	385	570	955	955
FIC	Pronatec	5	100	122	122	122	122	122
Técnico	Subsequente	1	0	400	400	0	400	400
Total		11	970	1477	1207	692	1777	1777

Tabela 4.40: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Florianópolis planeja ofertar os seguintes cursos:

- Bacharelado em Design
- CST em Processos Ambientais
- Especialização em Design de Produto
- Especialização em Engenharia Legal
- Especialização em História das Artes
- Especialização Multiprofissional em Saúde
- Especialização em Proteção Radiológica
- FIC Proeja em Pedreiro de Alvenaria

- FIC em Agente Comunitário de Saúde
- Cursos FIC diversos nas áreas de artes cênicas e artes visuais
- FIC em Controle de recebimento de concreto
- FIC em Coral
- FIC em teatro – Grupo de Teatro Boca de Siri
- FIC em Instrumentos de Orquestra Intermediário
- FIC em Orquestra Experimental
- FIC Regular em Programação em linguagem C
- Mestrado profissional de Design
- Mestrado profissional de Educação Profissional e Tecnológica
- Mestrado profissional de Engenharia Civil
- Mestrado profissional de Engenharia Eletrônica
- Mestrado profissional de Inovação Tecnológica
- Mestrado profissional de Proteção Radiológica
- Mestrado profissional de Sistemas de Energia
- Mestrado profissional de Tecnologia Ambiental
- Técnico Concomitante em Programação de Jogos Digitais
- Técnico Integrado em Informática
- Técnico Integrado em Mecânica
- Técnico Integrado em Meteorologia
- Técnico Subsequente em Informática

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Florianópolis, serão os apresentados na Tabela 4.41.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	2895	3116	3136	3136	3108	3136
	VTAECH	2108,35	2160,1	2162,1	2162,1	2134,1	2162,1
Capacidade Total Anual	CTA	6661	7304	7837	8073	8061	8129
	CTAECH	5956,18	6374,13	6773,23	6993,03	6989,03	7057,03
Matrículas Totais Anuais	MTA	5890	6438	6827	6997	6985	7041
	MTAECH	5165,79	5497,86	5779,86	5936,97	5930,97	5986,97
Relação Aluno-Professor	RAPc	19,46	18,58	19,08	19,05	19,15	19,18
	RAPm	16,88	16,03	16,28	16,18	16,25	16,27

Tabela 4.41: Indicadores da oferta do Câmpus Florianópolis

4.4.7 Câmpus Florianópolis-Continente

O Câmpus Florianópolis-Continente pretende ofertar, até 2019, 41 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.42. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	3	80	120	120	240	120	120
Especialização	Não se aplica	2	0	0	40	40	0	0
FIC	Proeja-Concomitante	1	40	40	40	80	40	40
	Regular	26	1550	1630	1730	1370	1370	1570
Técnico	Proeja-Concomitante	3	40	40	80	160	80	80
	Subsequente	6	240	240	280	320	320	320
Total		41	1950	2070	2290	2210	1930	2130

Tabela 4.42: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis-Continente com custeio próprio

Além dos cursos ofertados com custeio próprio, o Câmpus Florianópolis-Continente ofertará 18 cursos com custeio externo. Na Tabela 4.43 pode-se ver que esta oferta se concentra nos cursos FIC Mulheres Mil e Pronatec.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	1	150	150	0	150	150	150
FIC	Mulheres Mil	1	20	20	20	40	40	40
	Pronatec	16	1026	1026	1026	1046	1046	1046
Total		18	1196	1196	1046	1236	1236	1236

Tabela 4.43: Oferta de vagas do Câmpus Florianópolis-Continente com custeio externo

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Florianópolis-Continente, serão os apresentados na Tabela 4.44.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	1950	2070	2290	2210	1930	2130
	VTAECH	724,4	784,4	829,8	964,33	775,8	816,2
Capacidade Total Anual	CTA	2390	2590	2810	2810	2610	2770
	CTAECH	1090,4	1180	1236,4	1422,93	1306,4	1302,8
Matrículas Totais Anuais	MTA	2132	2311	2533	2476	2243	2413
	MTAECH	938,4	1018,15	1074,8	1238,03	1094,4	1101,8
Relação Aluno-Professor	RAPc	20,57	21,85	22,90	25,41	23,33	23,26
	RAPm	17,71	18,85	19,90	22,11	19,54	19,68

Tabela 4.44: Indicadores da oferta do Câmpus Florianópolis-Continente

4.4.8 Câmpus Garopaba

O Câmpus Garopaba pretende ofertar, até 2019, 41 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.45. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	2	0	0	66	66	66	66
Especialização	Não se aplica	2	36	36	72	36	36	72
FIC	Proeja-Concomitante	3	192	217	217	217	217	217
	Proeja-Integrado	1	0	0	0	0	0	30
	Regular	27	836	1017	1089	1089	1089	1017
Técnico	Concomitante	4	0	180	180	180	180	180
	Subsequente	2	40	0	76	0	40	76
Total		41	1104	1450	1700	1588	1628	1658

Tabela 4.45: Oferta de vagas do Câmpus Garopaba com custeio próprio

Além dos cursos ofertados com custeio próprio, o Câmpus Garopaba ofertará 15 cursos com custeio externo. Na Tabela 4.46 pode-se ver que esta oferta abrange cursos de especialização, CST, FIC e Técnicos.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	2	0	50	50	100	100	100
Especialização	Não se aplica	3	50	100	50	100	50	150
FIC	Pronatec	8	315	305	305	305	305	290
Técnico	Subsequente	6	90	400	250	400	250	430
Total		19	455	855	655	905	705	970

Tabela 4.46: Oferta de vagas do Câmpus Garopaba com custeio externo

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Garopaba, serão os apresentados na Tabela 4.47.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	1104	1450	1700	1588	1628	1658
	VTAECH	216,94	276,34	414,1	351,4	374,5	435,27
Capacidade Total Anual	CTA	1206	1790	2133	2379	2373	2367
	CTAECH	277,69	387,84	547,45	683,55	706,75	745,92
Matrículas Totais Anuais	MTA	1186	1684	2034	2178	2189	2195
	MTAECH	268,78	350,99	519,2	597,43	621,73	668,09
Relação Aluno-Professor	RAPc	18,51	19,39	20,28	20,71	20,19	21,31
	RAPm	17,92	17,55	19,23	18,10	17,76	19,09

Tabela 4.47: Indicadores da oferta do Câmpus Garopaba

4.4.9 Câmpus Gaspar

O Câmpus Gaspar pretende ofertar, até 2019, 21 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.48. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Produção Cultural e Design.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	3	75	190	190	190	190	190
Especialização	Não se aplica	1	40	0	40	0	40	0
FIC	Proeja-Concomitante	1	40	0	40	0	40	40
	Regular	8	190	200	190	200	190	160
Técnico	Concomitante	3	60	60	60	60	60	60
	Integrado	4	160	160	160	160	160	160
	Subsequente	1	80	80	80	80	80	80
Total		21	645	690	760	690	760	690

Tabela 4.48: Oferta de vagas do Câmpus Gaspar com custeio próprio

Além da oferta com custeio próprio, o Câmpus Gaspar pretende ofertar 22 cursos com custeio externo (Tabela 4.49).

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	3	120	0	120	40	120	40
FIC	Mulheres Mil	6	115	115	120	120	120	120
	Não se aplica	1	0	120	120	0	120	120
	Pronatec	12	244	190	330	330	300	330
Total		22	479	425	690	490	660	610

Tabela 4.49: Oferta de vagas do Câmpus Gaspar com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Gaspar planeja ofertar um curso técnico concomitante Proeja.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Gaspar, serão os apresentados na Tabela 4.50.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	645	690	760	690	760	690
	VTAECH	502,53	626,53	641,53	626,53	641,53	625,33
Capacidade Total Anual	CTA	1305	1465	1685	1770	1720	1610
	CTAECH	1160,53	1417,53	1650,53	1776,53	1709,53	1657,33
Matrículas Totais Anuais	MTA	1126	1297	1497	1561	1526	1436
	MTAECH	994,18	1255,98	1463,58	1558,93	1508,93	1464,23
Relação Aluno-Professor	RAPc	25,23	26,75	27,51	29,61	28,49	27,62
	RAPm	21,61	23,70	24,39	25,98	25,15	24,40

Tabela 4.50: Indicadores da oferta do Câmpus Gaspar

4.4.10 Câmpus Geraldo Werninghaus

O Câmpus Geraldo Werninghaus pretende ofertar, até 2019, 11 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.51. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em dois eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Produção Industrial.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	40	80	80	80	80	80
CST	Não se aplica	1	80	80	80	80	80	80
FIC	Proeja-Concomitante	1	0	30	30	30	30	30
	Regular	4	210	300	300	300	300	300
Técnico	Proeja-Concomitante	1	0	0	40	40	40	40
	Subsequente	3	400	480	480	480	480	480
Total		11	730	970	1010	1010	1010	1010

Tabela 4.51: Oferta de vagas do Câmpus Geraldo Werninghaus com custeio próprio

Além da oferta com custeio próprio, o Câmpus Geraldo Werninghaus pretende ofertar 14 cursos FIC com custeio externo, via Bolsa-Formação.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Geraldo Werninghaus, serão os apresentados na Tabela 4.52.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	730	970	1010	1010	1010	1010
	VTAECH	437,6	554,7	584,7	584,7	584,7	584,7
Capacidade Total Anual	CTA	1402	1810	2050	2210	2290	2370
	CTAECH	1049,6	1256,1	1462,9	1607,7	1686,9	1744,1
Matrículas Totais Anuais	MTA	1238	1576	1764	1870	1912	1949
	MTAECH	896,6	1055,89	1216,62	1311,67	1353,25	1379,94
Relação Aluno-Professor	RAPc	25,60	25,12	26,60	27,72	28,12	28,59
	RAPm	21,87	21,12	22,12	22,62	22,55	22,62

Tabela 4.52: Indicadores da oferta do Câmpus Geraldo Werninghaus

4.4.11 Câmpus Itajaí

O Câmpus Itajaí pretende ofertar, até 2019, 14 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.53. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em dois eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Recursos Naturais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	40	80	80	80	80	80
Especialização	Não se aplica	1	35	0	35	35	0	35
FIC	Proeja-Concomitante	1	40	40	40	40	40	40
	Regular	4	320	320	360	360	360	360
Técnico	Integrado	1	80	80	80	80	80	80
	Proeja-Integrado	1	0	40	0	40	0	40
	Subsequente	5	190	240	240	240	240	240
Total		14	705	800	835	875	800	875

Tabela 4.53: Oferta de vagas do Câmpus Itajaí com custeio próprio

A oferta prevista com custeio externo é apresentada na Tabela 4.54. Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Itajaí planeja ofertar uma Engenharia de Pesca, um mestrado profissional em Tecnologia Ambiental, três cursos técnicos integrados: Eletroeletrônica, Oceanografia e Recursos Pesqueiros, um curso FIC Proeja em Eletroeletrônica e dois cursos FIC regulares: Algas e Cromatografia.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	2	300	300	300	300	300	300
FIC	Mulheres Mil	4	320	320	320	320	320	320
	Pronatec	5	400	400	400	400	400	400
Total		11	1020	1020	1020	1020	1020	1020

Tabela 4.54: Oferta de vagas do Câmpus Itajaí com custeio externo

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Itajaí, serão os apresentados na Tabela 4.55.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	705	800	835	875	800	875
	VTAECH	470,6	630,9	619,1	664,1	607,9	664,1
Capacidade Total Anual	CTA	990	1225	1515	1750	1835	1950
	CTAECH	663,55	965,95	1220,7	1428,55	1531,45	1583,75
Matrículas Totais Anuais	MTA	875	1116	1345	1517	1560	1637
	MTAECH	575,95	876,85	1071,33	1224,13	1283,85	1320,73
Relação Aluno-Professor	RAPc	21,40	21,95	23,03	24,21	25,11	25,96
	RAPm	18,58	19,93	20,21	20,75	21,05	21,65

Tabela 4.55: Indicadores da oferta do Câmpus Itajaí

4.4.12 Câmpus Jaraguá do Sul

O Câmpus Jaraguá do Sul pretende ofertar, até 2019, 12 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.56. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Produção Cultural e Design, Produção Industrial.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
FIC	Regular	1	0	50	50	50	50	50
Licenciatura	Não se aplica	2	80	80	80	80	80	80
Técnico	Integrado	1	70	70	70	70	70	70
	Proeja-Integrado	3	70	70	70	70	70	70
	Subsequente	5	245	280	280	280	280	315
Total		12	465	550	550	550	550	585

Tabela 4.56: Oferta de vagas do Câmpus Jaraguá do Sul com custeio próprio

A oferta prevista com custeio externo abrange cursos FIC, uma especialização e uma licenciatura, conforme Tabela 4.57.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	2	0	120	120	120	120	120
FIC	Mulheres Mil	1	352	352	384	384	384	384
	Não se aplica	2						
	Pronatec	14	995	940	965	990	990	990
Licenciatura	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	40
Total		20	1347	1412	1509	1534	1534	1534

Tabela 4.57: Oferta de vagas do Câmpus Jaraguá do Sul com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Jaraguá do Sul planeja ofertar os seguintes cursos:

- Bacharelado em Engenharia Química
- Bacharelado em Engenharia Têxtil
- CST em Produção do Vestuário
- CST em Design de Moda
- Especialização em Gestão Educacional

- Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica
- Técnico Subsequente em Produção de Moda

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Jaraguá do Sul, serão os apresentados na Tabela 4.58.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	465	550	550	550	550	585
	VTAECH	461,5	488,38	488,38	488,38	488,38	523,38
Capacidade Total Anual	CTA	1310	1403	1446	1530	1530	1565
	CTAECH	1336,25	1371,13	1397,5	1481,5	1481,5	1516,5
Matrículas Totais Anuais	MTA	1018	1151	1188	1236	1236	1271
	MTAECH	1042,5	1117,38	1144,88	1192,88	1192,88	1227,88
Relação Aluno-Professor	RAPc	24,75	25,39	25,41	24,69	24,69	26,15
	RAPm	19,31	20,69	20,82	19,88	19,88	21,17

Tabela 4.58: Indicadores da oferta do Câmpus Jaraguá do Sul

4.4.13 Câmpus Joinville

O Câmpus Joinville pretende ofertar, até 2019, 16 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.59. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em dois eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	3	0	80	120	120	120	120
CST	Não se aplica	3	160	80	80	80	80	80
FIC	Proeja-Concomitante	2	50	100	100	100	100	100
	Regular	2	40	80	80	80	80	80
Técnico	Concomitante	2	140	140	140	140	140	140
	Integrado	2	140	140	140	140	140	140
	Proeja-Concomitante	1	0	0	40	0	40	40
	Subsequente	1	48	48	24	24	24	24
Total		16	578	668	724	684	724	724

Tabela 4.59: Oferta de vagas do Câmpus Joinville com custeio próprio

A Tabela 4.60 apresenta a oferta de vagas do câmpus com custeio externo.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
FIC	Proeja-Concomitante	1	40	80	80	80	80	80
	Pronatec	13	465	415	415	390	390	390
Técnico	Concomitante	1	40	0	0	0	0	0
Total		15	545	495	495	470	470	470

Tabela 4.60: Oferta de vagas do Câmpus Joinville com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Joinville planeja ofertar os seguintes cursos:

- Especialização em Engenharia Elétrica
- Especialização em Fabricação Mecânica
- Especialização em Gestão Estratégica da Saúde
- Especialização em Projetos Mecânicos
- FIC Proeja em Auxiliar Administrativo
- Técnico Concomitante em Administração

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Joinville, serão os apresentados na Tabela 4.61.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	578	668	724	684	724	724
	VTAECH	524,5	515	558,5	528,5	558,5	558,5
Capacidade Total Anual	CTA	1790	1880	1986	2002	2082	2282
	CTAECH	1745,5	1736	1792	1805,5	1876	2077
Matrículas Totais Anuais	MTA	1423	1470	1571	1602	1705	1821
	MTAECH	1384,75	1376,65	1438,15	1466,75	1560,1	1676,73
Relação Aluno-Professor	RAPc	23,59	21,70	22,12	22,02	21,81	23,08
	RAPm	18,71	17,21	17,75	17,89	18,14	18,63

Tabela 4.61: Indicadores da oferta do Câmpus Joinville

4.4.14 Câmpus Lages

O Câmpus Lages pretende ofertar, até 2019, 23 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.62. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Informação e

Comunicação, Controle e Processos Industriais, Recursos Naturais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	2	40	80	80	80	80	80
CST	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	40
Especialização	Não se aplica	2	240	280	280	280	280	280
FIC	Proeja-Concomitante	3	0	80	40	80	40	80
	Regular	6	270	510	510	510	510	510
Mestrado Profissional	Não se aplica	1	0	0	0	20	20	20
Técnico	Concomitante	5	240	240	240	240	240	240
	Subsequente	3	240	240	240	240	240	240
Total		23	1030	1430	1430	1490	1450	1490

Tabela 4.62: Oferta de vagas do Câmpus Lages com custeio próprio

Além da oferta com custeio próprio, o Câmpus Lages pretende ofertar quatro cursos FIC com custeio externo. Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o câmpus Lages planeja ofertar uma Engenharia Química e dois cursos técnicos: Concomitante em Redes de Computadores e Subsequente em Vendas.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Lages, serão os apresentados na Tabela 4.63.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	1030	1430	1430	1490	1450	1490
	VTAECH	560,5	656,5	690,5	708,5	702,5	708,5
Capacidade Total Anual	CTA	1710	2190	2350	2450	2550	2590
	CTAECH	1081,5	1233,5	1351,5	1443,5	1531,5	1567,5
Matrículas Totais Anuais	MTA	1468	1953	2079	2169	2235	2261
	MTAECH	897,26	1049,46	1145,86	1221,76	1283,56	1302,46
Relação Aluno-Professor	RAPc	27,73	28,03	27,03	23,28	23,20	25,70
	RAPm	23,01	23,85	22,92	19,71	19,45	21,35

Tabela 4.63: Indicadores da oferta do Câmpus Lages

4.4.15 Câmpus Palhoça-Bilíngue

O Câmpus Palhoça-Bilíngue pretende ofertar, até 2019, 24 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.64. O câmpus não planejou oferta com custeio externo, nem na perspectiva de expansão. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de

graduação concentram-se em dois eixos tecnológicos: Desenvolvimento Educacional e Social, Produção Cultural e Design.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	1	32	32	32	32	32	32
Especialização	Não se aplica	1	0	32	32	0	32	32
FIC	Proeja-Integrado	4	65	140	140	140	140	140
	Regular	11	800	800	800	800	800	800
Licenciatura	Não se aplica	1	0	0	50	50	50	50
Técnico	Integrado	4	76	76	76	76	76	76
	Subsequente	2	32	32	32	32	32	32
Total		24	1005	1112	1162	1130	1162	1162

Tabela 4.64: Oferta de vagas do Câmpus Palhoça-Bilíngue com custeio próprio

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Palhoça-Bilíngue, serão os apresentados na Tabela 4.65.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	1005	1112	1162	1130	1162	1162
	VTAECH	398,75	464,6	514,6	505	514,6	514,6
Capacidade Total Anual	CTA	1399	1558	1759	1848	1930	2020
	CTAECH	733,45	850,9	1042,75	1124,2	1179	1270,6
Matrículas Totais Anuais	MTA	1251	1394	1537	1572	1630	1688
	MTAECH	601,9	713	853,3	894	929,25	987,95
Relação Aluno-Professor	RAPc	19,30	21,27	23,17	23,92	23,12	25,41
	RAPm	15,84	17,83	18,96	19,02	18,22	19,76

Tabela 4.65: Indicadores da oferta do Câmpus Palhoça-Bilíngue

4.4.16 Câmpus São Carlos

O Câmpus São Carlos pretende ofertar, até 2019, 15 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.66. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em dois eixos tecnológicos: Infraestrutura e Recursos Naturais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	40
FIC	Proeja-Concomitante	2	40	40	80	80	80	80
	Regular	10	225	345	345	345	345	375
Técnico	Concomitante	2	120	240	240	240	240	240
Total		15	385	625	705	705	705	735

Tabela 4.66: Oferta de vagas do Câmpus São Carlos com custeio próprio

A oferta com custeio externo é apresentada na Tabela 4.67.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	1	0	40	40	0	40	40
FIC	Mulheres Mil	2	0	60	60	60	60	60
Total		3	0	100	100	60	100	100

Tabela 4.67: Oferta de vagas do Câmpus São Carlos com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus São Carlos planeja ofertar os seguintes cursos FIC Regulares: Aquicultor – novos cultivos para a aquicultura; Criador de peixes em tanque rede; Inglês aplicado a serviços turísticos; Inseminador artificial de animais; Pedreiro de Alvenaria; Piscicultor.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus São Carlos, serão os apresentados na Tabela 4.68.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	385	625	705	705	705	735
	VTAECH	204	348	405,6	405,6	405,6	417,6
Capacidade Total Anual	CTA	385	785	1145	1225	1265	1415
	CTAECH	204	456	711,6	771,3	807,3	937,9
Matrículas Totais Anuais	MTA	385	765	1035	1095	1120	1210
	MTAECH	204	442,5	635,1	679,88	702,38	774,13
Relação Aluno-Professor	RAPc	12,75	17,54	22,95	24,10	24,46	26,05
	RAPm	12,75	17,02	20,49	21,25	21,28	21,50

Tabela 4.68: Indicadores da oferta do Câmpus São Carlos

4.4.17 Câmpus São José

O Câmpus São José pretende ofertar, até 2019, 21 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.69. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Informação e Comunicação.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	64	64	64	64	64	64
CST	Não se aplica	1	0	0	0	0	0	0
FIC	Proeja-Integrado	1	0	64	64	64	64	64
	Regular	6	792	952	1112	1112	1112	712
Licenciatura	Não se aplica	3	32	64	64	64	64	64
Mestrado Profissional	Não se aplica	1	0	0	0	18	18	18
Técnico	Integrado	4	160	128	128	128	128	128
	Subsequente	4	152	120	120	120	120	120
Total		21	1200	1392	1552	1570	1570	1170

Tabela 4.69: Oferta de vagas do Câmpus São José com custeio próprio

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus São José planeja ofertar uma Engenharia Mecânica, um Mestrado Profissional em Termologia e três cursos técnicos: Integrado em Multimídia; Integrado em Telecomunicações e Subsequente em Telecomunicações. Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus São José, serão os apresentados na Tabela 4.70.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	1200	1392	1552	1570	1570	1170
	VTAECH	600,56	661,36	693,36	701,46	701,46	541,46
Capacidade Total Anual	CTA	2304	2580	2732	2774	2824	2456
	CTAECH	1688,64	1803,72	1799,72	1822,22	1853,05	1725,05
Matrículas Totais Anuais	MTA	2066	2321	2497	2534	2565	2184
	MTAECH	1453,53	1553,32	1581,27	1602,37	1619,05	1478,05
Relação Aluno-Professor	RAPc	20,35	20,04	20,22	20,02	19,51	18,16
	RAPm	17,51	17,26	17,77	17,61	17,04	15,56

Tabela 4.70: Indicadores da oferta do Câmpus São José

4.4.18 Câmpus São Lourenço do Oeste

O Câmpus São Lourenço do Oeste pretende ofertar, até 2019, oito cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.71. O câmpus não planejou oferta com custeio externo, nem na perspectiva de expansão. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Gestão e Negócios, Recursos Naturais, Informação e Comunicação.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	40
FIC	Proeja-Concomitante	1	0	80	80	80	80	80
	Regular	3	80	160	160	160	160	200
Técnico	Subsequente	3	80	200	240	240	240	240
Total		8	160	440	520	520	520	560

Tabela 4.71: Oferta de vagas do Câmpus São Lourenço do Oeste com custeio próprio

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus São Lourenço do Oeste, serão os apresentados na Tabela 4.72.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	160	440	520	520	520	560
	VTAECH	92	246	322	322	322	338
Capacidade Total Anual	CTA	160	520	680	760	800	880
	CTAECH	92	326	472	548	584	636
Matrículas Totais Anuais	MTA	160	500	635	690	715	775
	MTAECH	92	306	430,75	482,75	505,25	539,25
Relação Aluno-Professor	RAPc	11,50	27,17	29,50	28,84	29,20	31,80
	RAPm	11,50	25,50	26,92	25,41	25,26	26,96

Tabela 4.72: Indicadores da oferta do Câmpus São Lourenço do Oeste

4.4.19 Câmpus São Miguel do Oeste

O Câmpus São Miguel do Oeste pretende ofertar, até 2019, 33 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.73. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em quatro eixos tecnológicos: Infraestrutura, Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais, Recursos Naturais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	40	40	40	40	40	40
CST	Não se aplica	1	40	40	40	40	40	40
Especialização	Não se aplica	2	0	0	0	90	90	0
FIC	Proeja-Concomitante	1	40	0	40	0	40	0
	Proeja-Integrado	1	0	0	0	0	0	0
	Pronatec	3	180	180	180	180	180	180
	Regular	13	257	292	262	172	172	172
Técnico	Concomitante	4	40	80	80	80	80	80
	Integrado	4	40	80	80	80	80	80
	Proeja-Integrado	1	40	0	0	40	0	40
	Subsequente	2	32	64	64	64	64	64
Total		33	709	776	786	786	786	696

Tabela 4.73: Oferta de vagas do Câmpus São Miguel do Oeste com custeio próprio

Além desses cursos, o Câmpus São Miguel do Oeste pretende ofertar 19 cursos com custeio externo, conforme Tabela 4.74.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	2	0	0	0	0	0	0
FIC	Mulheres Mil	6	90	30	30	30	0	0
	Pronatec	10	300	30	30	30	30	0
Técnico	Concomitante	1	0	80	0	80	0	80
Total		19	390	140	60	140	30	80

Tabela 4.74: Oferta de vagas do Câmpus São Miguel do Oeste com custeio externo

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus São Miguel do Oeste, serão os apresentados na Tabela 4.75.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	709	776	786	786	786	696
	VTAECH	377,95	441,45	454,55	496,3	458,3	455,8
Capacidade Total Anual	CTA	1299	1358	1512	1632	1652	1562
	CTAECH	821,83	901,53	1078,48	1230,38	1188,95	1180,45
Matrículas Totais Anuais	MTA	1193	1268	1389	1478	1504	1409
	MTAECH	749,98	836,1	982,13	1101,51	1061,61	1050,62
Relação Aluno-Professor	RAPc	22,83	20,49	22,47	24,13	23,31	23,15
	RAPm	20,83	19,00	20,46	21,60	20,82	20,60

Tabela 4.75: Indicadores da oferta do Câmpus São Miguel do Oeste

4.4.20 Câmpus Tubarão

O Câmpus Tubarão pretende ofertar, até 2019, 16 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.76. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Informação e Comunicação, Infraestrutura, Controle e Processos Industriais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	1	0	0	40	40	40	40
FIC	Proeja-Concomitante	3	40	40	120	120	120	120
	Regular	8	480	0	0	0	0	0
Técnico	Concomitante	4	40	120	280	280	280	280
Total		16	560	160	440	440	440	440

Tabela 4.76: Oferta de vagas do Câmpus Tubarão com custeio próprio

Além desses cursos, o Câmpus Tubarão pretende ofertar 40 cursos com custeio externo, conforme Tabela 4.77.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Especialização	Não se aplica	1	40	80	80	80	80	80
FIC	Mulheres Mil	4	0	0	0	0	0	0
	Pronatec	34	1360	0	0	0	0	0
Técnico	Subsequente	1	40	40	40	40	40	40
Total		40	1440	120	120	120	120	120

Tabela 4.77: Oferta de vagas do Câmpus Tubarão com custeio externo

Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o Câmpus Tubarão planeja ofertar duas engenharias: Elétrica e Civil, dois cursos técnicos: concomitante em Edificações e Proeja em Eletrotécnica, e ainda dois cursos FIC Proeja: Partida e Proteção de Motores Elétricos e Sistemas Pneumáticos.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Tubarão serão os apresentados na Tabela 4.78.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	560	160	440	440	440	440
	VTAECH	122	110	314	314	314	314
Capacidade Total Anual	CTA	560	200	520	840	960	960
	CTAECH	122	150	394	623,2	711,6	711,6
Matrículas Totais Anuais	MTA	560	190	494	731	816	817
	MTAECH	122	140	368	535,94	594,94	595,48
Relação Aluno-Professor	RAPc	24,40	16,67	17,91	20,10	20,93	21,56
	RAPm	24,40	15,56	16,73	17,29	17,50	18,04

Tabela 4.78: Indicadores da oferta do Câmpus Tubarão

4.4.21 Câmpus Urupema

O Câmpus Urupema pretende ofertar, até 2019, 14 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.79. O câmpus não planejou oferta na perspectiva de expansão. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em dois eixos tecnológicos: Produção Alimentícia e Recursos Naturais.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
CST	Não se aplica	2	40	80	80	80	80	80
Especialização	Não se aplica	1	0	20	20	20	20	20
FIC	Proeja-Concomitante	2	0	80	0	80	0	80
	Regular	7	428	448	448	448	448	448
Técnico	Concomitante	2	0	40	0	40	0	40
Total		14	468	668	548	668	548	668

Tabela 4.79: Oferta de vagas do Câmpus Urupema com custeio próprio

Além desses cursos, o Câmpus Urupema pretende ofertar três cursos FIC com custeio externo, via Bolsa-Formação.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Urupema, serão os apresentados na Tabela 4.80.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	468	668	548	668	548	668
	VTAECH	178,4	285,4	237,4	285,4	237,4	285,4
Capacidade Total Anual	CTA	616	708	788	828	828	828
	CTAECH	282,2	339,4	453,4	491,4	503,4	491,4
Matrículas Totais Anuais	MTA	540	698	705	772	727	772
	MTAECH	222,65	325,9	381,1	419,1	408,6	419,1
Relação Aluno-Professor	RAPc	17,64	18,86	20,61	21,37	21,89	21,37
	RAPm	13,92	18,11	17,32	18,22	17,77	18,22

Tabela 4.80: Indicadores da oferta do Câmpus Urupema

4.4.22 Câmpus Xanxerê

O Câmpus Xanxerê pretende ofertar, até 2019, 25 cursos com custeio próprio, conforme a Tabela 4.81. Os cursos planejados na perspectiva de expansão não foram considerados nesta tabela. Dentre os cursos apresentados, os técnicos e os de graduação concentram-se em três eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Produção Alimentícia, Informação e Comunicação.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	N. cursos	2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Bacharelado	Não se aplica	1	40	40	40	40	40	40
Especialização	Não se aplica	1	0	40	40	0	40	40
FIC	Proeja-Concomitante	1	40	80	80	80	80	80
	Regular	16	120	230	520	670	640	700
Técnico	Concomitante	2	80	40	40	40	40	40
	Integrado	2	0	80	80	80	80	80
	Subsequente	2	40	0	0	0	0	0
Total		25	320	510	800	910	920	980

Tabela 4.81: Oferta de vagas do Câmpus Xanxerê com custeio próprio

Além desses cursos, o Câmpus Xanxerê pretende ofertar 18 cursos FIC com custeio externo. Na perspectiva de expansão, com custeio próprio, o câmpus planeja ofertar um curso FIC Proeja de Mecânica e três cursos técnicos: concomitante em Informática, concomitante em Refrigeração e Climatização e integrado em Mecânica.

Considerando a oferta planejada, os indicadores anuais, no regime pleno do Câmpus Xanxerê, serão os apresentados na Tabela 4.82.

Indicadores		2015	2016	2017	2018	2019	Regime pleno
Vagas de Ingresso Totais Anuais	VTA	320	510	800	910	920	980
	VTAECH	145,2	259,7	342,2	360,35	372,35	383,75
Capacidade Total Anual	CTA	600	790	1200	1390	1400	1460
	CTAECH	385,2	454,7	623,2	738,35	772,35	783,75
Matrículas Totais Anuais	MTA	483	678	1093	1294	1294	1354
	MTAECH	295,95	370,83	557,25	672,35	693,6	705
Relação Aluno-Professor	RAPc	14,82	16,84	18,88	20,51	20,87	21,18
	RAPm	11,38	13,73	16,89	18,68	18,75	19,05

Tabela 4.82: Indicadores da oferta do Câmpus Xanxerê

4.5 GLOSSÁRIO

Este glossário tem como referência os Anuários Estatísticos da PROEN/IFSC, desenvolvidos pela Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas, e as definições acordadas pela Comissão Temática do POCV para elaboração da planilha de registro das informações.

Aluno-equivalente. É o número de alunos corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

Capacidade. Em relação a um curso, é o número de vagas de ingresso multiplicado pelo número de fases simultaneamente oferecidas, desconsideradas turmas especiais e pendências. A capacidade seria equivalente ao número de alunos que um curso teria se todas as suas vagas de ingresso fossem preenchidas e não houvesse evasão até o início da última fase.

Capacidade total anual (CTA). É o total da capacidade prevista para o primeiro semestre somado ao número de vagas de ingresso oferecidas no segundo semestre.

Capacidade total anual equalizada pela carga horária semestral (CTAECH). É o total da capacidade equalizada pela carga horária semestral prevista para o primeiro semestre somado ao número de vagas de ingresso equalizadas pela carga horária semestral oferecidas no segundo semestre.

Custeio. Diz respeito à forma como a maior parte dos gastos referentes ao curso são financiados, fundamentalmente quanto ao quadro de pessoal. Pode ser de dois tipos:

- **próprio:** cursos em que a carga horária prevista nos Planos Pedagógicos de Cursos é distribuída nos Planos de Atividades Docentes dos professores do quadro do IFSC;
- **externo:** cursos financiados – total ou parcialmente – por programas como Bolsa-Formação (Pronatec), e-Tec, UAB e Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-

SUS), ou quando um parceiro externo é responsável pela contratação dos professores;

Observação: não se aplica a classificação “parceria” a cursos em que a instituição parceira é responsável por ministrar a formação geral e o IFSC a específica, mas nesse caso a carga horária de responsabilidade do parceiro não é computada para fins de dimensionamento do quadro de professores do IFSC.

Eixo tecnológico. É a categorização da oferta dos cursos de acordo com a futura área de atuação do egresso. Para este documento, os cursos foram associados a eixos tecnológicos com base nos guias:

- Cursos FIC: usou-se o Guia Pronatec de Cursos FIC.
- Cursos Técnicos: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Cursos Superiores de Tecnologia: usou-se o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- Bacharelados e Mestrado Profissional: usou-se o correspondente tecnológico.
- Licenciaturas: usou-se o eixo Desenvolvimento Social e Educacional.
- Especializações: usou-se o correspondente tecnológico ou educacional.

Equalização pela carga horária semestral. Resultado obtido pela multiplicação da variável considerada por um fator de equalização. O fator de equalização é característico de cada fase. É igual à divisão da carga horária nominal da fase considerada por 400 horas (4 horas por dia letivo em 100 dias letivos por semestre).

Expansão. Cursos a serem ofertados caso haja viabilidade de ampliação de infraestrutura e quadro de pessoal durante a vigência do PDI, à medida que sejam redistribuídos ao IFSC novas vagas de docentes e servidores técnico-administrativos e/ou que haja recursos suficientes para a expansão de infraestrutura para além do previsto no Capítulo 6 – Plano Diretor de Infraestrutura Física. Cursos nessa situação não contabilizam carga horária para fins de dimensionamento do quadro de docentes.

Índice de eficiência. Calculado pela divisão do número de matrículas previstas pela capacidade. Pode se referir a um curso, a um câmpus ou à totalidade da instituição, com base semestral ou anual.

Matrículas previstas. Estimativa do número médio de alunos, por turma, matriculados em cada fase de um curso. Para a primeira fase do curso, é igual ao número de vagas. Nas fases seguintes, é uma estimativa baseada no histórico do curso ou na meta desejada, de forma a obter-se uma projeção realista da relação aluno-professor (RAP). Considera-se como matriculado o aluno que frequentou pelo menos um dia as aulas no semestre de referência, incluindo ingressantes, trancados, desistentes, cancelados, formados e integralizados. Quando a referência é o ano, em vez do semestre, o número total de matrículas previstas de um curso equivale à soma das matrículas previstas em todas as fases oferecidas primeiro semestre letivo mais o número de vagas oferecidas no segundo.

Matrículas totais anuais (MTA). É o total de matrículas previstas para o primeiro semestre somado ao número de vagas de ingresso oferecidas no segundo semestre.

Matrículas totais anuais equalizadas pela carga horária semestral (MTAECH). É o total de matrículas equalizadas pela carga horária semestral previstas para o primeiro semestre somado ao número de vagas de ingresso equalizadas pela carga horária semestral oferecidas no segundo semestre.

Modalidade. Refere-se à modalidade da oferta, ou seja, a forma de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou a distância.

Professores Ativos. De acordo com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), do quadro de professores ativos na instituição fazem parte os docentes efetivos não aposentados, cedidos (a outros órgãos) ou requisitados (cedidos ao IFSC por outros órgãos).

Referenciais para distribuição da oferta. Percentuais apresentados na legislação que orientam a atuação do Instituto. A Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 8º, estabelece que no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir: o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e, o mínimo de 20% de suas vagas para ministrar em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O Decreto nº 5.840/2006, por sua vez, dispõe no parágrafo 1º do artigo 2º que no mínimo 10% do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Regime Pleno. Período no qual todos os cursos “correntes” ou “novos” estarão implantados, ou seja, com todas as suas fases já tendo sido ofertadas pelo menos uma vez, periodicamente, e em funcionamento, bem como com todos os cursos “em extinção” não tendo mais turmas em período regular.

Relação Aluno-Professor (RAP). É o resultado da divisão do número de alunos pelo número de professores do grupo considerado (curso, câmpus, instituto, etc.). Pode ser calculada de quatro formas diferentes: 1) pela consideração de “aluno” como capacidade equalizada pela carga horária semestral, 2) pela capacidade não equalizada (dita forma convencional de cálculo), 3) pelo número de matrículas previstas equalizadas pela carga horária semestral ou 4) pelo número de matrículas previstas não equalizadas (convencional). Em todos os casos, o denominador é sempre o número de professores efetivos do quadro do grupo considerado. Neste Plano, o cálculo da RAP não computa cursos cujo custeio não seja classificado como “próprio”.

Tipo de curso. Forma de categorização transversal que diferencia os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Neste documento, as seguintes categorias são utilizadas: Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico, Curso Superior de Tecnologia (CST), Licenciatura, Bacharelado, Especialização (*Lato Sensu*) e Mestrado Profissional.

Tipo de oferta. Forma de categorização transversal que diferencia as formas de ofertas dos Cursos Técnicos de Nível Médio e dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Neste documento, as seguintes categorias são utilizadas para os cursos técnicos: Integrado, Subsequente, Concomitante, Proeja – Concomitante, Proeja – Integrado. Para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) as categorias são: Concomitante – Proeja, Integrado – Proeja, Mulheres Mil, Pronatec e Regular.

Vagas de ingresso. Considera-se o número de vagas de ingresso que serão efetivamente ofertadas em cada curso, no semestre ou ano de referência.

Vagas de ingresso totais anuais (VTA). É a soma das vagas de ingresso oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano de referência.

Vagas de ingresso totais anuais equalizadas pela carga horária semestral (VTAECH). É a soma das vagas de ingresso equalizadas pela carga horária semestral oferecidas no primeiro e no segundo semestre do ano considerado.

CAPÍTULO 5

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A organização didático pedagógica do IFSC é apresentada em um documento que regula toda a atividade acadêmica do Instituto, desde a inscrição nos processos seletivos até a emissão de certificados e diplomas: o Regulamento Didático Pedagógico (RDP). Fundamentado nas leis e demais normas do sistema federal de ensino, o RDP mantém estrita consonância com a missão do IFSC e com toda sua estrutura de planejamento, administrativa, de ensino, pesquisa e extensão.

O RDP considera as características do IFSC, bem como as atuais normas e os avanços que o Instituto vem incorporando aos seus processos educativos. O processo de elaboração do atual RDP foi mais um exercício da democracia do IFSC, com ampla consulta à comunidade, apreciação pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovação pelo Conselho Superior.

Várias questões que refletem os avanços do Instituto estão presentes no RDP, agilizando e simplificando processos, definindo instâncias recursais e garantindo a identidade institucional do IFSC, preceitos de sua lei de criação. Com os demais instrumentos normativos em construção ou atualização, o IFSC garante sua identidade institucional na diversidade de práticas e ofertas por todos os seus câmpus.

A expansão do IFSC trouxe a ampliação das ofertas, desde cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação *stricto sensu*. Com essa nova realidade, a necessidade de harmonização de cursos e procedimentos educativos é premente, razão pela qual se decidiu rever o marco normativo da Instituição, padrão para legitimar a democracia pela participação de todos os segmentos, bem como garantir regra única para todo o Instituto.

5.1 INOVAÇÕES NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

O IFSC incorporará aos seus processos educativos, nos próximos anos, as seguintes inovações:



Harmonização de currículos, uma das expressões de identidade da instituição: um mesmo curso ofertado em diferentes câmpus terá o mesmo projeto pedagógico; peculiaridades locais serão respeitadas, mas o perfil de formação deverá ser o mesmo.

Estímulo à inserção de vinte por cento da carga horária de todos os cursos em atividades não presenciais: uma forma de incorporar novas tecnologias e novas práticas pedagógicas à educação. Com apoio do Centro de Referência em Formação e EaD, é uma prática que poderá em breve ser realidade em nossos cursos.

Permanência e êxito: um desafio constante na educação no que se refere a currículos, integralização, racionalização de cargas horárias, horários noturnos diferenciados, monitoria no ensino técnico, aprovação e reprovação por análise conjunta do corpo docente, validação de componentes curriculares e planos especiais de estudos. O IFSC deverá incrementar seus índices no que se refere às questões acadêmicas, com inovações curriculares e normativas.

Sistema de ingresso nos cursos técnicos: além dos exames e da análise socioeconômica, a Instituição deverá utilizar a certificação de competências e a validação de saberes para proporcionar o ingresso em seus cursos técnicos. A fim de incluir mais pessoas em vulnerabilidade social, a participação em programas como o Mulheres Mil, por exemplo, deve ser um meio para ingresso nos cursos técnicos do IFSC.

Dez por cento da carga horária de cursos técnicos e superiores para atividades de extensão, conforme o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Esta é uma ação de incentivo para que a formação cidadã vá além das atividades acadêmicas.

Construção da política e regulamento de estágio, na concepção do estágio como prática educativa supervisionada, segundo a Lei nº 11.788/2008, que reconceitua o estágio como parte da formação profissional. Uma política e seu respectivo regulamento deverá sintonizar o estágio com a missão do IFSC.

Nova abordagem do processo de ensino-aprendizagem: nossa organização didática passa a avaliar os alunos e docentes de forma coerente com os propósitos da Lei nº 10.861/2004, subsidiando o planejamento de acordo com análises mais fundamentadas e de forma mais abrangente.

Oferta de cursos de forma dual: os alunos terão parte do curso ofertado diretamente no ambiente de trabalho de uma empresa ou instituição cuja atividade-fim esteja relacionada à formação, incluindo a possibilidade de que trabalhadores da empresa com qualificação possam ministrar aulas aos nossos alunos.

Oferta de cursos técnicos ou superiores em alternância: os alunos utilizarão o tempo de trabalho como parte da carga horária regular do curso quando a atividade estiver diretamente associada à formação. Por meio de atividades orientadas e acompanhadas pelo corpo docente, os alunos serão estimulados a aplicar as competências desenvolvidas em aula nas suas atividades profissionais, bem como trazer do mundo do trabalho os desafios para serem discutidos em sala de aula. É a práxis do trabalho como princípio educativo.

Consolidação do PROEJA como oferta educativa regular: utilizar as diversas formas de oferta e metodologias inovadoras para implementar dez por cento das matrículas dos câmpus em PROEJA, oferta em alternância, validação de saberes escolares, da vida e do trabalho como parte do processo formativo ou de ingresso.

Aprimoramento da certificação de saberes: por meio de portfólios individuais, qualificar cidadãos para a certificação de saberes associados ao mundo do trabalho. Esse processo implica na construção de procedimentos e normas específicas para elaboração do processo de avaliação e validação de saberes.

CAPÍTULO 6

PLANO DIRETOR DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

Este capítulo tem relação direta com o objetivo estratégico P11: Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas. Uma das prioridades do IFSC para os próximos cinco anos é gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada.

São tratadas neste Plano questões relativas às bibliotecas, aos espaços físicos e à acessibilidade. Em primeiro lugar é apresentada a situação atual do IFSC em relação a estes três pontos:

- bibliotecas: sistema de bibliotecas, documentos norteadores, informatização do acervo, quantitativos do acervo, acesso a bases de dados, quadro atual de servidores;
- espaços físicos: levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho Espaço Físico e relação de laboratórios de cada um dos câmpus, especificando o número de postos de trabalho de cada um deles;
- acessibilidade: resultado da aplicação de *check-list* para averiguar a situação atual do Instituto em relação à acessibilidade espacial.

A segunda parte do plano apresenta diretrizes para a ampliação e a adequação da infraestrutura física, bem como diretrizes relacionadas às bibliotecas, de forma a prepará-las para atender à comunidade escolar. Neste item são apresentadas ainda as diretrizes de acessibilidade que devem ser consideradas quando da ampliação e adequação da infraestrutura física.

Por fim, é apresentado um cronograma de implantação da infraestrutura física, com a relação de obras que estão previstas para os próximos cinco anos, em consonância com a prospecção de ofertas do Instituto.

6.1 SITUAÇÃO ATUAL

6.1.1 Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas Integradas do IFSC (SiBI/IFSC), formalizado pela Resolução Cepe/IFSC nº 165, de 25 de outubro de 2011, tem por objetivo coordenar a política biblioteconômica institucional, promovendo o desenvolvimento do conjunto de Bibliotecas do IFSC. O SiBI/IFSC é composto por 19 bibliotecas distribuídas nos diversos câmpus da instituição, a saber: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça-Bilíngue, São José, São Miguel do Oeste, Urupema e Xanxerê.

Para dinamizar suas ações, desde 2013 o SiBI/IFSC é gerido por uma Coordenação Sistêmica em articulação com representações regionais, a saber: Grande Florianópolis, Planalto Serrano e Sul, Oeste, Norte e Vale do Itajaí. Nos próximos anos, o SiBI/IFSC formalizará seus procedimentos junto ao Consup, fortalecendo a atuação das bibliotecas do sistema.

Os documentos institucionais norteadores das ações do SiBI/IFSC são:

- Resolução Cepe/IFSC nº 165/2011 – Regulamento Único para o Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina;
- Resolução Cepe/IFSC nº 037/2012 – Regulamenta as normas para empréstimo de material bibliográfico aos usuários do SiBI/IFSC;
- Resolução nº 09/2012/CS – Aprova cobrança de multas no Sistema de Bibliotecas do IFSC.

O sistema de gestão de biblioteca utilizado é o SophiA, que oportuniza a consulta on-line de todo o acervo. Até dezembro de 2013, o SiBI/IFSC contava com acervo bibliográfico de 44.091 títulos, com 102.695 exemplares, e 923 títulos de periódicos, com 12.847 exemplares. Em 2013, o SiBI/IFSC realizou 83.259 empréstimos domiciliares.

O IFSC tem acesso à coleção on-line de periódicos disponibilizada pela Capes no Portal de Periódicos Capes. No mesmo formato (on-line), as Bibliotecas do SiBI/IFSC disponibilizam acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

para seus usuários.

As Bibliotecas do SiBI/IFSC têm um quadro de 62 servidores, dentre eles 29 bibliotecários, um arquivista e 19 auxiliares de biblioteca. Os horários de funcionamento das bibliotecas são organizados de forma a atender os turnos de funcionamento de cada um dos câmpus. O Quadro 6.1 apresenta os dados referentes a espaço físico, acervo e empréstimos realizados.

Câmpus/Biblioteca	Área (m ²)	Acervo				Serviço de Empréstimo Domiciliar (Quant.)
		Quant. de Títulos	Quant. de Exemplares	Quant. de Títulos de Periódicos	Quant. de Exemplares de Periódicos	
Araranguá	103,22	1940	5738	100	884	7163
Caçador	25	704	1831	23	230	345
Canoinhas	330	750	3400	15		2610
Chapecó	145	3069	7374	28	264	6285
Criciúma	377,61	2339	4140	16	796	3981
Florianópolis/Dr. Hercílio Luz	864,13	13047	33730	252	4566	22300
Florianópolis-Continente	50	2011	5385	54	734	6481
Garopaba	29,4	511	1179	15	386	644
Gaspar	277,29	2542	3353	39	309	3096
Geraldo Werninghaus	100	879	2642	11	166	3166
Itajaí	65	1144	2442	23	230	532
Jaraguá do Sul	250	3187	5888	17	175	6865
Joinville	66,24	3262	7226	252	5006	7365
Lages	305,72	1046	2393	20	136	2775
Palhoça-Bílingue	324	444	1437	8	32	479
São José	210	5601	10067	28	776	7054
São Miguel do Oeste	319,5	1165	2273	33	353	1535
Urupema	21,91	620	1036	30	293	21
Xanxerê*	57	341	1615	27	337	1206
SiBI/IFSC	-	44602	103149	991	15673	83903

* A Biblioteca do Câmpus Xanxerê está em fase de informatização e, portanto, o acervo não está registrado em sua totalidade.

Quadro 6.1: Dados relativos às bibliotecas do IFSC
Fonte: Coordenação de Bibliotecas do IFSC, abril de 2014

6.1.2 Espaços físicos

Este item apresenta os espaços físicos dos câmpus do IFSC. Ele está subdividido em duas partes: espaços físicos de forma geral (anexo I) e laboratórios.

Geral

Os dados relativos aos espaços físicos de forma geral (ver anexo I) foram coletados entre os meses de maio e outubro de 2013, pelo grupo de trabalho do Espaço Físico, e atualizados em 2014. Esse grupo foi constituído com os objetivos de elaborar uma proposta de modelo de referência de espaço físico para os câmpus, realizar um diagnóstico da estrutura física atual dos câmpus e elencar prioridades de infraestrutura.

Laboratórios

Os laboratórios do IFSC são apresentados nos quadros a seguir por câmpus, detalhando a quantidade de laboratórios e de postos de trabalho de cada um. Os laboratórios dos câmpus Itajaí, Garopaba e São Carlos estão em fase de implantação. O câmpus Tubarão ainda não possui laboratórios.

Câmpus Araranguá

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Física	2	36
Química	1	36
Biologia	1	36
Práticas de ensino	2	24
Estamparia	1	10
Costura	2	18
Computação gráfica	1	24
Mecânica	1	10
Malharia	1	10
Fios	1	10
Modelagem	2	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Fotografia	1	18
Eletrônica	1	16
Usinagem CNC	1	16
Acionamentos elétricos	1	16
Soldagem	1	16
Automação	1	16
Instalações elétricas	1	16
Pneumática	1	16
Desenho assistido por computador	1	32
Usinagem convencional	1	16

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Caçador

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Conformação e ajustagem	1	18
Soldagem	1	18
Instalações elétricas	1	18
Máquinas elétricas	1	18
Acionamentos	1	18
Automação e controle de processos de produção	1	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrônica Analógica	1	18
Física	1	18
Química	1	18
Informática	1	36
Redes de Computadores	1	18
Eletrônica Digital	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Canoinhas

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Hardware e redes	1	20
Informática 12 e 15	2	20
Informática 13 e 14	2	30
Desenho	1	20
Práticas construtivas	1	20
Materiais	1	20
Geotecnia e mecânica de solos	1	20
Processamento de carnes e vegetais	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	20
Análises químicas	1	20
Análise de alimentos	1	20
Ciências da natureza	1	20
Produção vegetal	1	20
Área de produção vegetal	1	60
Processamento de laticínios e panificação	1	20
Atividades práticas e técnicas diversas	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Chapecó

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Usinagem	1	24
CNC	1	20
Automação	1	16
Soldagem	1	23
Materiais	1	20
Controle	1	16
Solid Works	1	22
Informática 1	1	36
Informática 2	1	16
Informática 3	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Conformação e ajustagem mecânica	1	22
Sistemas hidráulicos e pneumáticos	1	20
Medidas	1	16
Robótica	1	8
Instalações elétricas	1	20
Máquinas elétricas	1	15
Comandos elétricos	1	15
Eletrônica analógica	1	18
Eletrônica digital	1	18
Ciências	1	25

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Criciúma

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática C 119	1	21
Informática C 120	1	25
Informática C 121	1	40
Videoconferência	1	40
Desenho B213 e B214	2	20
Desenho B216	1	40
Biologia	1	20
Química	1	20
Física	1	20
Matemática	1	20
Robótica	1	18

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
CLP	1	20
Controle e máquinas especiais	1	20
Automação da manufatura	1	18
Eletrônica e medidas	1	20
Hidráulica e pneumática	1	20
Topografia	1	20
Canteiro de obras	1	20
Solos e materiais	1	20
Instalações elétricas e prediais	1	10
Comandos industriais	1	18
Mecânica	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis-Continente

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	1	24
Reservas e idiomas	1	20
Videoconferência	1	40
Restaurante escola	1	44
Produção de alimentos	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Panificação	1	20
Confeitaria	1	20
Bebidas	1	25
Habilidades Básicas de Cozinha	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Garopaba

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biologia molecular e genética	1	30
Cultura de células	1	30
Bioquímica/química	1	20
Biologia celular/histologia	1	30
Parasitologia	1	30
Sala de esterilização	1	20

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Hospedagem/recepção	1	30
Ecologia	1	30
Bebidas (em análise)	1	30
Produção de alimentos (em análise)	1	30
Informática	5	25
Línguas/reservas	1	30

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Gaspar

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Gestão e negócios	1	40
Informação e comunicação	4	40
Modelagem	2	20
Costura	1	40
Máquinas de costura	1	24
Estamparia	1	25
Corte	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	40
Ambiental	1	40
Química orgânica	1	20
Química inorgânica	1	20
Físico-química	1	20
Química geral	1	20
Física	1	40

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Geraldo Werninghaus

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Metrologia	1	36
Hidráulica e pneumática	1	24
Máquinas operatrizes	1	28
Soldagem	1	20
Automação	1	20
Eletrotécnica	1	24
Acionamentos	1	12
Instalações elétricas	1	16
Máquinas elétricas	1	12

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletricidade	1	24
Projetos elétricos	1	24
Eletrônica	1	18
Informática	2	36
CNC	1	8
Programação CNC	1	25
Manutenção e conformação	1	20
Ensaio de materiais	1	15

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrônica digital	1	18
Eletrônica industrial	1	18
Pesquisa e desenvolvimento	1	18
Eficiência energética	1	36
Sistemas de potência	1	36
Circuitos elétricos	1	36
Eletromagnetismo	1	36
Recursos multimídias	1	40
Instalações elétricas	1	18
Comandos industriais	1	18
Máquinas elétricas	1	18
Manutenção eletromecânica	1	18
Medidas elétricas	1	18
Radiologia	1	26
Anatomia	1	26
Química geral	1	24
Redes de computadores	1	25
Processamento digital de sinais	1	20
Gestão em TI	1	30
Banco de dados	1	25
Tic	1	25
Processamento eletrônico de energia	1	15
Lógica discreta	2	20
Eletrônica digital	1	20
Eletrônica de potência	1	20
Microprocessadores	1	20
Sistemas em TI	1	25
Instrumentação eletrônica	1	20
Sistemas informatizados	1	25
Sistemas computacionais	1	25
Planejamento e orçamento	1	12
Pesquisa e desenvolvimento em eletrônica	1	15
Máquinas operatrizes	1	60
Automação da manufatura	1	15
Materiais	1	15
Manutenção mecânica	1	15
Física	1	24

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Metrologia	1	15
Soldagem	1	15
Simulação e instrumentação virtual	1	36
Controle e sistemas embarcados	1	18
Informática industrial	1	18
Acionamentos	1	18
Eletrônica geral	1	18
Simulação e computação	1	18
Criação	2	18
Modelagem	2	18
Fotografia	1	18
Computação gráfica	2	18
Desenvolvimento de produto	1	18
Biologia	1	24
Semiotécnica e suporte básico à vida	1	26
Imagem e oralidade	1	24
Texto – português	1	24
Arquitetura de computadores e sistemas operacionais	1	25
Matemática	1	38
Informática	1	38
Solos e tecnologia dos materiais	1	20
Técnicas construtivas (canteiro de obras)	1	20
Automação (instalação elétrica)	1	20
Instalação hidrossanitária	1	15
Automação topográfica	1	10
Geoprocessamento	1	15
Projetos	1	20
Desenho assistido por computador 1 e 2	2	10
Desenho assistido por computador 3	1	12
Desenho assistido por computador 4	1	15
Desenho assistido por computador 5	1	20
Automação de sistemas hidráulicos e pneumáticos	1	20
Físico-química	1	15
Bacteriologia	1	15
Ecotoxicologia	1	15
Educação ambiental	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Itajaí

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Circuitos elétricos	1	12
Instalações elétricas	1	20
Eletrônica	1	20
Automação	1	12
Máquinas elétricas	1	16
Projetos	1	10

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Pesquisa e monitoramento de algas nocivas e ficotoxinas	1	10
Cultivo de organismos aquáticos	1	15
Análises multidisciplinares	1	15
Agregação de valor ao pescado	1	15
Informática	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Jaraguá do Sul

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Desenho assistido	1	35
Malharia	1	35
Costura	1	35
Modelagem e corte	1	35
Beneficiamento	1	35
Estamparia	1	35
Desenvolvimento têxtil	1	35
Multiúso – desfile – eventos	1	80

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Manutenção de máquina de costura	1	35
Moulage e desenvolvimento de moda	1	35
Fotográfico e preparação de modelos	1	35
Controle de qualidade de fios e tecidos	1	35
Gravação de quadros	1	35
Biologia	1	35
Almoxarifado	1	18

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Joinville

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	2	24
Informática	2	40
Robótica	1	20
Eletrônica analógica	1	36
Instalações elétricas prediais	1	36
Automação	1	36
Soldagem	1	20
Fabricação mecânica (Usinagem e CNC)	1	52
Metrologia	1	20
Hidráulica e pneumática	1	26

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Materno infantil	1	24
Centro cirúrgico	1	24
Semiotécnica/anatomia	1	24
Clínica médica/UTI	1	24
Assepsia	1	24
Comandos e máquinas elétricas	1	36
Eletrônica digital e microcontroladores	1	36
Ensaio mecânicos e tratamento térmico materiais	1	20
Projetos mecânicos	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Lages

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microscopia	1	35
Histofisiologia	1	25
Cultura de células e tecidos	1	25
Microbiologia e imunologia	1	25
Análises ambientais, química e fisiologia vegetal	1	25
Processamento de alimentos	1	20
Área experimental	1	120
Estufa	1	30
Máquinas agrícolas	1	25
Materiais e ensaios	1	20
Metrologia	1	20
Automação industrial	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Eletrotécnica	1	20
Eletrônica geral	1	20
Soldagem	1	20
Maquinas térmicas	1	20
Hidráulica e pneumática	1	20
Ajustagem e caldeiraria	1	20
Manutenção mecânica	1	20
Usinagem	1	20
Fresagem	1	20
Desenho técnico	1	20
Laboratório de informática	4	32
Laboratório de informática	2	25
Bioquímica e biologia molecular	1	25

Câmpus Palhoça-Bilíngue

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	2	20
Multimídia	2	20
Multimídia	1	30
Tradução e interpretação	1	32
Língua e linguagem	1	32
Biologia/química	1	32

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Física/matemática	1	32
Artes e cultura geral	1	32
Expressão corporal	1	32
Filmagem/estúdio	1	32
Desenho	1	32

Câmpus São Carlos

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Materiais	1	20
Canteiro	1	20
Instalações hidráulicas	1	20
Instalações elétricas	1	20
Processamento de pescado	1	20
Pesca	1	20
Microbiologia	1	20

Data da coleta: maio de 2014

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Química	1	20
Controle de qualidade	1	20
Manutenção	1	20
Informática	4	30
Costura	1	20
Modelagem	1	20

Câmpus São José

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Meios de transmissão	1	16
Programação	1	30
Instrumentação e eletrônica	1	23
Eletrônica aplicada	1	20
Redes de computadores	1	32
Redes de computadores	1	26
Voz e imagem	1	16
Refrigeração	1	20
Informática	1	22

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Soldagem e sistemas herméticos	1	20
Condicionamento de ar	1	20
Ciências térmicas	1	20
Desenho assistido por computador	3	15
Prototipagem	1	10
Ensaio em refrigeração e climatização	1	10
Aquecimento solar	1	20
Apoio ao ensino de telecomunicações	1	32

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus São Miguel do Oeste

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biotecnologia vegetal	1	20
Fruticultura	1	40
Silvicultura	1	40
Horticultura	1	40
Plantas de lavoura	1	40
Propagação	1	30
Química e fertilidade dos solos	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Biologia e microbiologia	1	20
Bromatologia	1	20
Vegetais e panificação	1	30
Leite e derivados	1	30
Carnes e derivados	1	20
Costura	1	20
Corte e modelagem	1	30

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Urupema

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Informática	1	24

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Xanxerê

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Microbiologia	1	30
Frutas e hortaliças	1	30
Leites e derivados	1	30
Cereais, raízes e tubérculos	1	30
Análise de alimentos	1	30
Carnes e derivados	1	30

Nome do laboratório	Quant.	Postos de trab./laboratório
Soldagem	1	30
Metrologia e ensaios mecânicos	1	30
Hidráulica e pneumática	1	30
Usinagem convencional	1	30
Usinagem CNC e conformação	1	30

Data da coleta: maio de 2014

6.1.3 Acessibilidade

Para realizar o levantamento acerca da acessibilidade dos espaços físicos do IFSC, foi utilizada a *check-list* proposta por Dischinger, Ely e Borges (2009) no Manual de acessibilidade espacial para escolas, publicado pela Secretaria de Educação Especial do MEC.

Foram coletados, por meio dessa *check-list*, dados referentes a 17 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis-Continente, Garopaba, Gaspar, Geraldo Werninghaus, Lages, Palhoça-Bilíngue, São Carlos, São José, Tubarão, Urupema e Xanxerê.

O resultado do levantamento está organizado em 14 temas, apresentados no Quadro 6.2. Muitos desses temas são constituídos de subtemas, por exemplo: o tema “escadas e rampas” é constituído pelos seguintes subtemas: Escadas; Rampas; Corrimãos e grade de proteção para rampas e escadas. A média simples de adequação de cada um desses espaços é apresentada abaixo, considerando os temas e subtemas. Ao final do quadro, é apresentada a média de adequação geral, na qual são considerados todos os temas.

Temas e subtemas	Adequação média
Tema 1: Rua em frente a escola	
1.1 Atravessando a rua	22,22%
1.2 Calçada em frente à escola	46,30%
1.3 Parada de ônibus	31,48%
1.4 Estacionamento na rua	27,78%
Total do tema	31,94%
Tema 2: Do portão da escola à porta de entrada	
2.1 Caminho até a porta de entrada	58,64%
2.2 Porta de entrada	80,56%
2.3 Estacionamento da escola	76,67%
Total do tema	71,95%
Tema 3: Recepção e salas de atendimento	
3.1 Área de espera e balcão de atendimento	28,89%
3.2 Comunicação visual/tátil/auditiva	0,93%

3.3 Telefones públicos	12,96%
Total do Tema	14,26%
Tema 4: Corredores	
4.1 Corredores	48,83%
4.2 Bebedouros	56,67%
Total do tema	52,75%
Tema 5: Escadas e rampas	
5.1 Escadas	66,67%
5.2 Rampas	46,67%
5.3 Corrimãos e grade de proteção para rampas e escadas	56,35%
Total do tema	56,56%
Tema 6: Salas de aula	
Tema 7: Laboratórios e salas de artes	
Tema 8: Biblioteca	
Tema 9: Auditório	
Tema 10: Sanitários	
10.1 Geral	72,22%
10.2 Lavatórios acessíveis	62,04%
10.3 Boxes sanitários acessíveis	67,17%
10.4 Mictórios acessíveis	38,89%
Total do tema	60,08%
Tema 11: Trocador em sanitário acessível	
11.1 Maca ou mesa	0%
11.2 Chuveiro	6,25%
Total do tema	3,13%
Tema 12: Refeitório	
Tema 13: Quadra de esportes	
Tema 14: Pátios	
Adequação média geral	33,47%

Quadro 6.2: Levantamento sobre a acessibilidade no IFSC
Data da coleta: maio de 2014

6.2 DIRETRIZES PARA AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

O IFSC, com base nas suas características, finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para ampliação e adequação de sua infraestrutura física. Essas diretrizes são estabelecidas com base em diversos documentos de referência, dentre eles:

- A Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação.
- O Decreto nº 5.773/2006 que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas.
- O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, o IFSC apresenta a seguir algumas diretrizes gerais para ampliação e adequação da infraestrutura física e, nas seções seguintes, especifica as diretrizes para as bibliotecas, os espaços físicos e a acessibilidade.

- Atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal.
- Atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso possibilitando entre outros a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão.
- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes.
- Atender a toda a comunidade incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos

serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras.

- Priorizar as obras de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Obras e Engenharia.

6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas

Quanto às bibliotecas, deve-se considerar que as bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária. Porém, os bibliotecários do IFSC definem essas bibliotecas como universitárias, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes à formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais, exclusivamente, à comunidade acadêmica (alunos e servidores do IFSC).

Por estarem no status de biblioteca universitária, as Bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos câmpus e em quantidade que atenda às exigências do Sinaes. Assim, é obrigatório, para o período 2015-2019, que todas as bibliotecas do sistema contemplem em seu acervo as referidas bibliografias.

As bibliotecas do IFSC devem atender à seguinte estrutura mínima de:

- Pessoal: de acordo com o estabelecido na Resolução nº 12/2013/CDP.
- Mobiliário e equipamentos: estantes, mesas, cadeiras, computadores e sistema antifurto.
- Instrumentos e softwares atualizados: Código de Catalogação Anglo-Americano - 2ª edição (AACR2), Classificação Decimal de Dewey (CDD), Sistemas de Gerenciamento de Acervo, Acesso às Normas ABNT, Acesso ao Portal Capes.
- Acervo: obras de referência, obras literárias e bibliografia presentes nos projetos pedagógicos de cursos.

Atendendo aos critérios descritos acima, as bibliotecas do SiBI/IFSC estarão preparadas para atender à comunidade escolar nos primeiros três anos de implantação de um câmpus. Durante esse período, os câmpus deverão planejar a expansão e o crescimento da estrutura física e do acervo informacional da biblioteca, bem como do quadro de servidores, para que seja mantida a qualidade dos serviços oferecidos.

6.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus

Conforme aprovado pelo Codir (Colégio de Dirigentes)¹, com base no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Espaços², o IFSC estabeleceu uma relação de ambientes que são referência para a implantação da infraestrutura física de cada um de seus câmpus. Esses ambientes estão organizados em duas listas, conforme ordem de prioridade.

A lista abaixo apresenta os espaços prioritários, ordenados de acordo com o ranqueamento proposto pelo Grupo de Trabalho Espaços, como padrão de referência para todos os câmpus, independentemente do seu porte:

1. Lanchonete/cantina
2. Sala para o setor de tecnologia da informação e comunicação
3. Sala reservada para o diretor-geral
4. Sala para o setor de registro acadêmico
5. Depósito de materiais
6. Sala para o setor de desenvolvimento de pessoas
7. Garagem coberta para veículos oficiais
8. Sala para o setor de reprografia para alunos e comunidade
9. Sala para o setor de materiais e finanças
10. Sala para o setor de almoxarifado e patrimônio
11. Sala com computadores na biblioteca, para consulta à Internet
12. Sala para recepção
13. Auditório
14. Sala de reuniões no gabinete da direção-geral
15. Sala de convivência para servidores
16. Sala para o núcleo pedagógico
17. Sala para processamento técnico na biblioteca
18. Sala de videoconferência para ensino a distância
19. Almoxarifado de materiais de consumo
20. Sala reservada para diretor ou chefe de departamento de administração

1 Reunião do dia 07 de julho de 2014.

2 Constituído pela Portaria da Reitora n. 711, de 09 de maio de 2013.

21. Salas de estudos coletivos na biblioteca
22. Sanitários para servidores terceirizados
23. Vestiários para servidores terceirizados
24. Copa para servidores terceirizados
25. Bicicletário
26. Sala para grêmio estudantil e centro acadêmico
27. Sala para os equipamentos de processamento e armazenamento de dados
28. Sala para as coordenadorias de área, nível ou curso
29. Copa/cozinha para servidores

A lista a seguir apresenta os ambientes a serem disponibilizados como segunda prioridade, após atendidos os do padrão de referência, ordenados de acordo com o ranqueamento proposto pelo Grupo de Trabalho Espaços:

1. Sala reservada para diretor ou chefe de departamento de ensino, pesquisa e extensão
2. Sala para a coordenadoria de pesquisa
3. Área coberta para eventos (exposições, cerimônias, etc.)
4. Sala de leitura na biblioteca
5. Vestiários
6. Sala de professores coletiva
7. Antessala para secretário ou assessor da direção-geral
8. Sala para o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais
9. Sala para a secretaria escolar
10. Sala para atendimento a alunos, professores e pais no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
11. Sala para o setor de apoio didático
12. Sala para monitoria
13. Salas para grupos de pesquisa
14. Salas de aula dentro de laboratórios, com capacidade para, no máximo, 20 alunos
15. Sala para o setor de manutenção ou infraestrutura
16. Ginásio poliesportivo

17. Sala para a coordenadoria de extensão e relações externas
18. Sala principal do departamento de administração, para diversos setores
19. Salas de estudos individuais na biblioteca
20. Sala para o setor de reprografia para servidores
21. Sala de arquivo no departamento de administração
22. Sala de movimentação de patrimônio
23. Sala de reuniões com videoconferência na direção-geral
24. Sala para o setor de estágios
25. Sala para o setor de protocolo
26. Depósito de materiais esportivos
27. Banheiro no gabinete da direção-geral

De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho Espaços, a listagem e o ranqueamento referem-se à avaliação da necessidade de ambientes ou espaços específicos para cada item e não à importância de um setor ou atividade.

6.2.3 Diretrizes para a acessibilidade

A Constituição Federal de 1988 garante o direito a igualdade para todos os cidadãos brasileiros, sem discriminação. É fato notório que um grande número de brasileiros enfrenta algum tipo de dificuldade (obstáculo, barreira) para obter informações, para se deslocar e ter acesso aos serviços públicos. Dentre esses cidadãos, de acordo com o Censo 2000, há um grupo de pessoas com algum tipo de necessidade específica. Esse grupo representa 14,5% da população brasileira, percentual superior aos 10% diagnosticados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento.

Diante desse panorama, o IFSC, por meio do Departamento de Obras e Engenharia, tem licitado os projetos de novas edificações e de adaptação dos espaços físicos e reformas das edificações existentes sempre procurando promover a acessibilidade. O IFSC atua nas quatro frentes básicas de acessibilidade que compõe a acessibilidade espacial: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso.

Dentre as atividades relacionadas a fim de promover a acessibilidade, está a exigência de que os projetos sejam produzidos conforme a ABNT NBR 9050:2004 em

todas as licitações de obras e serviços de engenharia.

Ressalta-se também, dentro da concepção do projeto arquitetônico, que se procura embutir o conceito de Desenho Universal, o qual visa à criação de ambientes, espaços e objetos que minimizem as dificuldades de realização de atividades e melhorem a eficiência dos meios e mecanismos disponibilizados às pessoas com necessidades específicas. Assim, o foco é não precisar de projetos especiais e ou de adaptação para as pessoas com necessidades não usuais.

6.3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica contribuiu para o crescimento do IFSC. O grande número de câmpus aumentou as demandas de infraestrutura física, desde a necessidade de pequenas adaptações ou reformas até a ampliação de área em grandes proporções, bem como a manutenção da infraestrutura existente.

Para dar conta dessas demandas crescentes, foi criado o Plano Diretor de Obras e Engenharia, que tem por objetivo cadastrar todas as necessidades do IFSC e classificá-las segundo critérios preestabelecidos. São eles: disponibilidade orçamentária, situação do processo (projeto concluído ou a ser elaborado), irregularidades junto aos órgãos fiscalizadores (Prefeitura, Bombeiros, Vigilância Sanitária), situação de infraestrutura existente (se põe em risco a continuidade de alguns cursos ou se apenas impede a abertura de novas vagas, ou ainda se medidas para manter a segurança do usuário são necessárias), verificação da situação de regularidade do terreno para construção, tipo de obra (verifica-se a complexidade da obra, se trata-se de uma melhoria ou de um conforto).

Todos esses critérios serão aplicados às obras listadas pelos câmpus nos quadros a seguir, de forma a classificar e ordenar a execução de cada uma. Sendo assim, a execução dessas obras ocorrerá nos próximos cinco anos, conforme classificação baseada nos critérios do Plano Diretor de Obras e Engenharia.

Câmpus Araranguá

Obras	Tipo
Bloco I	Reforma
Cobertura entre blocos 2 e 3 e passagem do bloco 1 para os blocos 2 e 3; mezanino para aumento do almoxarifado no bloco 6	Construção
Estação de tratamento de água	Construção
Recepção	Construção
Campo de futebol	Construção
Pista de atletismo e caminhada	Construção
Concha acústica	Construção
Bloco I – Correção do tratamento de esgoto	Construção
Quadra poliesportiva	Construção
Prédio do setor administrativo	Construção
Estacionamento coberto para motos	Construção
Ampliação da garagem para carros oficiais e ônibus	Ampliação
Prédio para salas de aula e laboratório	Construção
Ginásio	Construção
Piscina coberta e térmica	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Caçador

Obras	Tipo
Cobertura da rampa e escadaria de acesso ao bloco II	Construção
Iluminação do estacionamento do bloco I	Adequação Espaço Físico
Auditório	Construção
Adequação dos banheiros feminino e masculino do bloco, em relação às normas vigentes de acessibilidade	Adequação Espaço Físico
Ampliação do bloco I com adequação para o canteiro de obras	Ampliação
Ginásio de esportes	Construção
Estruturação da rede lógica – cabeamento estruturado do Bloco I	Adequação Espaço Físico
Mastro/iluminação bandeiras	Construção
Bloco III	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Canoinhas

Obras	Tipo
Quadras poliesportivas	Construção
Adaptações dos laboratórios	Reforma
Cobertura entre blocos	Construção
Vidros para fechamento do hall e demais andares	Serviço
Galpão de insumos e implementos agrícolas	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Chapecó

Obras	Tipo
Novo departamento de ensino	Construção
Adequação da acessibilidade do câmpus	Adequação Espaço Físico
Implantação de rede lógica no bloco 1, caso o mesmo não seja demolido	Construção
Reestruturação da rede cabeada dos Blocos 2 e 3	Reforma
DataCenter e sala da CTIC	Construção
Garagens e sala para os terceirizados	Construção
Ginásio de esportes	Construção
Construção de auditório, novas salas de aula, laboratórios e biblioteca	Construção
Laboratórios de informática	Construção
Elevadores	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Criciúma

Obras	Tipo
Drenagem	Construção
Acesso para veículos	Construção
Quadra poliesportiva	Construção
Adaptações dos laboratórios e ampliação do canteiro de obras	Construção
Bloco 4, fábrica e cobertura da escada do bloco 3	Construção
Quadra descoberta	Construção
Isolamento dos tubos do castelo d'água	Construção
Brises	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis

Obras	Tipo
Projeto elétrico do câmpus	Projeto
Ampliação do auditório	Reforma
Campo de futebol	Reforma
Iluminação do canteiro de obras, quadras e campo de futebol	Serviço
Divisórias DAE – Laboratórios de instalações elétricas e acionamentos A e B	Serviço
Revisão de ativação do gerador	Serviço
Remanejamento de disjuntores na subestação	Serviço
Bloco de convivência - 2º piso	Obra
Nova biblioteca	Obra
Ventilação forçada para subestação	Adaptação
Esgoto da saúde	Reforma
DALTEC - Laboratório de Física (Salas AN7 à AN11)	Reforma
Projeto e obras de adequação do Bloco Central para a obtenção do Habite-se junto ao Corpo de Bombeiros	Adaptação
Miniauditório da construção civil	Reforma
Miniauditório da direção no Bloco Central	Reforma
Sala de multimídia da direção no Bloco Central	Reforma
Anel viário	Obra
Bloco Central e Ala Norte	Urbanização
Portal de inclusão do Maciço do Morro da Cruz	Construção
Restaurante Estudantil	Obra
Coordenação Pedagógica	Reforma
Bloco Comunitário	Projeto
Ginásio I	Reforma
Bicicletário	Obra
Telhado almoxarifado e manutenção	Reforma
Adaptação DASS ao novo espaço cedido pela Mecatrônica	Reforma
Sala de Convivência para servidores	Reforma
Transformar salas de professores em sala de reuniões e corredor para banheiro	Reforma
Luzes de emergência	Serviço
Pintura geral interna	Serviço
Sala professores saúde	Obra
Arquivo permanente	Reforma
Gráfica com corredor para acesso ao estacionamento Ala Norte	Reforma

Altura dos aparelhos de ar-condicionado	Projeto
Banheiro Eletrotécnica	Obra
Teatro: iluminação, piso e pintura	Reforma
Sala de Artes Visuais	Reforma
Cobertura no estacionamento de motos	Serviço
Ampliação da CTIC	Reforma
Quiosque para café no térreo do Bloco Convivência	Obra
DALTEC - Laboratório de Redação (sala AN15)	Reforma
DACC - Salas de Desenho e Coordenação do Meio Ambiente	Reforma
DACC - Laboratório CAD	Reforma
DACC - Laboratório canteiro de obras	Obra
DACC - Climatização do laboratório de Solos e Materiais	Serviço
Ambientes do curso de Agrimensura	Reforma
Centro de Design	Construção
Praça dos estudantes	Reforma
Novo auditório para eventos	Projeto
DACC - Novo bloco	Obra
Sala de instrumentos musicais	Reforma
DAE - Mezanino para o laboratório de Eletrônica Industrial	Obra
DAE - Mezanino para o laboratório de Ensaios de Máquinas Elétricas	Obra
DAE - Auditório no atual laboratório de Medidas Elétricas	Obra
DAE - Escada de acesso ao Mezanino	Obra
DAE - Laboratório de manutenção Eletromecânica	Reforma
DAE - Restauração do ambiente interno	Reforma
Salas de apoio para equipe de limpeza	Reforma e Ampliação

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Florianópolis-Continente

Obras	Tipo
Instalações sanitárias, esquadrias	Reforma
Cobertura e pintura – vagas deficientes	Adequação Espaço Físico

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Garopaba

Obras	Tipo
Instalação elétrica, cabeamento e urbanização	Serviço
Auditório	Construção
Quadra poliesportiva coberta	Construção
Implantação de sistema de energia solar com placas fotovoltaicas	Construção
Implantação de sistema de energia solar para aquecimento de água	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Gaspar

Obras	Tipo
Quadra coberta	Construção
Readequação lógica dos ambientes acadêmicos e administrativos	Adequação Espaço Físico
Elaboração de projetos e instalações para readequação dos laboratórios de Análises, Química Orgânica, Inorgânica, Físico-Química e Biologia	Adequação Espaço Físico
Execução de seis telhados	Construção
Novo bloco	Construção
Espaço de descarte de resíduos	Construção
Readequação de espaços do laboratório de vestuário (fábrica)	Adequação Espaço Físico
Revitalização e readequação do laboratório de vestuário (fábrica)	Adequação Espaço Físico
Quadras poliesportivas	Construção
Readequação da rede elétrica e lógica dos ambientes acadêmicos do câmpus	Reforma
Cobertura entre blocos	Construção
Climatização da fábrica	Adequação Espaço Físico
Novo bloco	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Itajaí

Obras	Tipo
Quadras poliesportivas	Construção
Centro Nacional de Pesquisas do Mar	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Geraldo Werninghaus

Obras	Tipo
Sistema de exaustão no laboratório de soldagem	Adequação Espaço Físico
Bloco administrativo	Construção
Sistema de prevenção a incêndios	Adequação Espaço Físico
Projeto para central de gases – Laboratório de Solda	Construção
Construção de um novo bloco de salas	Construção
Pintura do câmpus	Reforma
Revisão hidrosanitária	Adequação Espaço Físico
Bloco A, piso inferior, readaptação para salas e laboratórios	Adequação Espaço Físico
Ginásio esportivo	Construção
Estacionamento	Ampliação
Garagem de veículos oficiais, acrescentando espaço para ônibus escolar	Ampliação
Complemento da urbanização do talude posterior	Adequação Espaço Físico

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Jaraguá do Sul

Obras	Tipo
Reestruturação elétrica	Reforma
Sistema de prevenção a incêndios	Reforma
Reestruturação do cabeamento lógico	Serviço
Bloco Têxtil	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Joinville

Obras	Tipo
Mastro/iluminação bandeiras	Construção
Ginásio de esportes	Construção
Bloco vii (auditório e administrativo)	Construção
Bloco VI	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Lages

Obras	Tipo
Laboratórios	Adequação Espaço Físico
Passarelas cobertas	Construção
Almoxarifado central	Construção
Barracão de mecanização	Construção
Quiosque	Construção
Novo bloco de laboratórios	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Palhoça-Bílingue

Obras	Tipo
Mastro/iluminação bandeiras	Construção
Quadra coberta	Construção
Hotel Escola	Construção
Cantina	Adequação Espaço Físico
Centro Cultural do câmpus	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus São Carlos

Obras	Tipo
Auditório/Ginásio de esportes	Construção

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus São José

Obras	Tipo
Cobertura	Construção
Centro de convivência	Construção
Telhados	Reforma
Auditório	Construção
Laboratório de R.A.C	Construção
Manutenção da biblioteca	Reforma
Banheiro da sala dos professores	Reforma
Instalação de elevador	Serviço
Câmpus	Ampliação

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus São Miguel do Oeste

Obras	Tipo
Quadras poliesportivas	Construção
Serviços gerais de construção civil e instalações hidráulicas	Reforma
Cobertura entre blocos	Construção
Galpão de insumos e implementos agrícolas	Construção
Instalação do cromatógrafo	Serviço

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Urupema

Obras	Tipo
Cantina de vinhos	Construção
Projeto de rede elétrica estabilizada	Serviço
Adequação das salas do setor administrativo, infraestrutura de informática (CTIC) e acesso ao segundo pavimento	Adequação espaço físico
Infraestrutura para a área experimental	Construção
Adequação paisagística e arborização	Adequação espaço físico
Bloco I	Ampliação

Data da coleta: maio de 2014

Câmpus Xanxerê

Obras	Tipo
Bloco V	Construção
Correção de infiltrações no hall de entrada do Bloco I	Reforma
Novo sistema de esgoto e desativação do antigo	Construção
Projetar e executar sistema de para-raios nos blocos II, III e IV	Serviço
Bloco I	Reforma
Cisterna para aproveitar água da chuva – sustentabilidade	Construção
Urbanização do câmpus e adequação para acessibilidade	Adequação Espaço Físico

Data da coleta: maio de 2014

CAPÍTULO 7

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

7.1 DIRETRIZES GERAIS

A Gestão de Pessoas do IFSC envolve os processos relativos ao recrutamento e seleção, admissão de pessoal, movimentação de servidores, capacitação e avaliação, atenção à saúde, controle funcional e pagamento, por meio das seguintes políticas:

- a) recrutamento e seleção: o recrutamento será baseado na análise dos cargos com o objetivo de traçar o perfil do servidor que melhor se adaptaria a função específica, de acordo com as políticas de gestão de pessoas e o planejamento institucional. A seleção será realizada com base nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) verificadas em cada um dos candidatos e nas competências esperadas pela Instituição;
- b) capacitação: propor ações de desenvolvimento para os servidores, considerando as competências Institucionais e as individuais. As capacitações serão pautadas em trilhas de desenvolvimento gerais e específicas;
- c) avaliação: os programas de avaliação de desempenho dos servidores estarão pautados no acompanhamento e no desenvolvimento das competências relacionadas ao cargo de contratação, e deverão considerar as diretrizes da Política de Gestão de Pessoas instituída pelo Governo Federal. A avaliação de desempenho dos servidores fará parte da avaliação institucional;
- d) atenção à saúde: promover ações voltadas à saúde e melhoria da qualidade de vida do servidor, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- e) movimentação de servidores: traçar diretrizes para movimentação de servidores através de editais, buscando a padronização e a unificação dos processos já existentes;
- f) controle funcional e pagamento: será realizado de acordo com as normas e diretrizes vigentes.

7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação

O IFSC necessita ter um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos

em permanente processo de atualização técnica e pedagógica. Frente aos desafios e demandas para promover um processo educativo e investigativo com inclusão social e práticas pedagógicas emancipadoras, que contribuam para a identificação de problemas e suas soluções técnicas e tecnológicas de forma sustentável na região em que se situa, o IFSC vem realizando as seguintes ações: estímulo à formação e atualização dos profissionais da educação que compõem o seu quadro de pessoal; aperfeiçoamento do processo de seleção de novos servidores, sejam eles docentes ou técnico-administrativos.

Nesse sentido, sem perder de vista o disposto em Lei, o Instituto Federal de Santa Catarina possui duas formas de ingresso em seu corpo docente, seja por meio de um processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos e temporários, seja por intermédio da realização de Concurso Público de provas e títulos.

No processo seletivo simplificado, a seleção inclui prova escrita e entrevista com uma banca examinadora. No Concurso Público há diferentes etapas para aprovação de candidatos no certame. Essas etapas incluem a realização de prova objetiva, discursiva, prática de desempenho didático e de títulos.

A prova objetiva exige conhecimentos de legislação e contexto histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além dos conhecimentos pedagógicos e aqueles específicos da área objeto de inscrição no concurso.

A prova discursiva discute temas relacionados aos níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Instituto e práticas pedagógicas fundamentais no exercício da docência, exigindo do candidato a elaboração de um texto dissertativo sobre um determinado tópico de natureza pedagógica. Pretende-se, desse modo, selecionar docentes que tenham o domínio de conteúdos específicos relacionados à sua área de atuação profissional, bem como demonstrem conhecimento de metodologias e recursos didáticos. Pretende-se também verificar capacidade de síntese e clareza textual, habilidade de articulação entre os conhecimentos específicos, efetiva prática pedagógica e conhecimento da legislação pertinente, adequando a sua proposta de trabalho ao nível de ensino indicado na questão da prova.

A prova prática de desempenho didático, por sua vez, pretende selecionar aqueles candidatos com domínio não só do conhecimento específico de sua área de atuação, mas

também de saberes relacionados à prática pedagógica e efetivo desempenho didático. Os candidatos são avaliados por uma banca examinadora.

A prova de títulos, por fim, pontua a titulação do candidato, buscando valorizar tanto o seu itinerário formativo e sua experiência no magistério, quanto a sua experiência profissional não acadêmica. Ressalta-se que, em seus Concursos Públicos, a graduação tem sido o requisito mínimo de escolaridade aceito pelo IFSC para a investidura no cargo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. De acordo com a Lei nº 12.772/2012, a exigência permitida para os cargos de docente é somente Graduação, estando vetado ao IFSC exigir qualquer tipo de pós-graduação em seus Concursos Públicos e Processos Seletivos para docentes.

Para o ingresso na Carreira de Técnico-administrativo em Educação no IFSC, faz-se necessária aprovação em Concurso Público promovido pela Instituição, constituído das seguintes etapas: prova objetiva para todos os cargos e prova prática para alguns deles.

A prova objetiva avalia os conhecimentos específicos relacionados à área de atuação profissional dos candidatos, organizada de tal modo que também são cobrados conhecimentos gerais, de legislação e de Língua Portuguesa.

Quanto à prova prática, que se realiza perante uma banca examinadora, o candidato deve desenvolver atividades inerentes ao cargo objeto de sua inscrição no certame, com base em um roteiro previamente definido pela banca.

São diferentes os requisitos de escolaridade exigidos para a investidura nos cargos da Carreira de Técnico-administrativo em Educação, haja vista que são três os níveis de classificação estabelecidos para esses cargos: C, relacionado ao nível fundamental; D, referente ao nível médio e E, equivalente ao nível Superior. Destaca-se, ainda, que não somente a escolaridade mínima é requisito para ingresso na Carreira, mas também a experiência profissional, conforme define o Anexo X da Lei nº 11.233/2005.

O Codir realiza a validação da divisão de códigos de vaga entre câmpus e Reitoria. Tanto o Banco de Professor-Equivalente (BPeq) quanto o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (QRSTAE) fazem parte das discussões deste Colegiado, que aprovou recentemente, a tipagem dos câmpus, em relação ao número de servidores técnico-administrativos dos câmpus e da Reitoria.

Divididos o BPeq e o QRSTAE, as vagas desocupadas são ofertadas em remoção interna, através de editais. Caso não ocupadas pela remoção, as vagas são ofertadas aos candidatos do Concurso Público vigente.

Para o Concurso Público, os critérios de seleção dos docentes são escritos de forma democrática, com a presença dos Chefes de Ensino dos câmpus. Para os cargos técnico-administrativos são estabelecidos os critérios dispostos no Ofício nº15/2005 do MEC e na Lei nº 11.233/2005, que tratam dos requisitos necessários para ocupação desses cargos.

A seleção de servidores no IFSC está baseada nas seguintes normas e legislações: Decreto nº 7.311/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 56/2011, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do MEC; Decreto nº 7.312/2010, atualizado pela Portaria Interministerial nº 142/2011, do MPOG e MEC; Portaria 1.475/2012, do MEC; Decreto nº 6.944/2009, combinado com a Portaria Ministerial nº 450/2002, do MPOG; Portaria nº 619/2012, do MPOG; Lei nº 12.772/2012; Lei nº 8.112/1990 e suas respectivas alterações.

7.1.2 Da Admissão de Pessoas com Deficiência

Para o IFSC, Pessoas com Deficiência são aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853/1989, bem como na Súmula nº 45, da Advocacia-Geral da União (portador de visão monocular). A nomenclatura de Pessoas com Deficiência dar-se-á de acordo com o Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo Decreto nº 6.949/2009.

As Pessoas com Deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/1999, particularmente em seu Artigo 40, participam do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para aprovação e aos comandos do Decreto Federal nº 6.944/2009.

Em cumprimento ao disposto no § 2º do Artigo 5º, da Lei nº 8.112/1990, bem como na forma do Decreto nº 3.298/1999, para as Pessoas com Deficiência será reservado o percentual de até 20% das vagas existentes e das que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do concurso. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista geral de classificados.

7.1.3 Da admissão de estrangeiros

No IFSC, há a possibilidade de admissão de candidatos estrangeiros, mas somente em Concurso Público e para os cargos de docente. Para os cargos de Técnico-administrativos em Educação e nos casos de Processo Seletivo Simplificado não é permitida a admissão de candidatos estrangeiros.

Para investidura no cargo, além de outros requisitos, é necessária a nacionalidade brasileira ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, do Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no Art. 13, do Decreto nº 70.436/1972 ou, ainda, no caso de nacionalidade estrangeira, estar em conformidade com as normas e os procedimentos das Leis nº 8112/1990 e nº 9515/1997.

7.1.4 Centro de Referência em Formação e EaD

O Consup do IFSC aprovou, através da Resolução nº 08/2014/Consup, a criação do Centro de Referência em Formação e EaD.

Cabe a esse Centro de Referência fomentar, articular e encaminhar demandas de formação da área de Gestão Pública em Instituição de Ensino e demandas de Formação de Formadores, internas à instituição, em articulação com as Pró-Reitorias de Administração e de Ensino. Além disso, cabe também ao Centro de Referência fomentar, articular e encaminhar demandas de Formação de Formadores e de Gestão Pública em Instituição de Ensino externas à instituição, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.

A partir de fevereiro de 2014, é o Centro de Referência que oferta os cursos de formação aos servidores e ao público externo do IFSC, sempre em parceria com as Pró-Reitorias.

7.1.5 Ambientação e Procaed

A ambientação tem a função de situar o novo servidor na instituição, tratando de questões ligadas à história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como de processos e fluxos do IFSC. Ela é composta por momentos presenciais e a distância. Há também a Ambientação Setorial, aquela em que o servidor é recebido no seu local de trabalho e recebe os primeiros treinamentos em serviço.

Uma das grandes ações de 2013 foi o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Educacional (Procaed) do IFSC. O Procaed, Módulo EaD, tem como objetivo a formação continuada dos servidores do Instituto Federal de Santa Catarina por meio da modalidade a distância, possibilitando a construção de saberes pertinentes à sua atuação profissional e cidadã. A sua oferta se justifica pela demanda institucional de desenvolvimento permanente do servidor público, de acordo com o Decreto nº 5707/2006. Foram ofertadas, nesse primeiro módulo, 600 vagas, distribuídas nos cursos de Comportamento Humano no Trabalho, Ética na Gestão Pública, Concepção e Gestão de Projetos Públicos, Gestão de Pessoas, Novos Paradigmas na Gestão Pública e Comunicação.

7.2 CORPO DOCENTE

7.2.1 Composição

A composição do corpo docente do IFSC é bastante diversa. Em outubro de 2014, de acordo com Siape, o número de docentes efetivos é 993. Quanto à titulação, 49,3% desses professores são mestres, 25,7% doutores, 16,7% especialistas, 5,8% graduados e 2,5% pós-doutores, segundo dados do Plano Semestral de Atividades Docentes do segundo semestre de 2014.

7.2.2 Plano de carreira

O Plano de Carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disciplinado pela Lei nº 12.772/2012 e é composto de cinco classes (DI, DII, DIII, DIV e titular). As classes DI e DII têm, cada uma, dois níveis, enquanto as classes DIII e DIV têm quatro níveis cada uma. A classe titular compreende apenas um nível. Além disso, há o

Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto de um nível apenas.

O professor do IFSC, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, o IFSC poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção do regime de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em Lei.

Os docentes em regime de 20 horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da Instituição Federal de Ensino.

O desenvolvimento da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção, na forma da Lei nº 12.772/2012. Progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

Para a Progressão, os critérios a serem observados cumulativamente são:

- a) o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e;
- b) aprovação em avaliação de desempenho individual.

Já a promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

- para as Classes D II, DIII e DIV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;

- para a Classe Titular:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

O IFSC regulamentou a Promoção à Classe Titular através da Resolução Nº 05/2014/Consup. Em junho de 2014, o número de professores titulares no IFSC era 28.

Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem aos seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção:

I - de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e

II - de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Uma novidade trazida para a Carreira dos Docentes pela Lei nº 12.772/2012 foi o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). No caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o RSC.

De acordo com a legislação, o RSC poderá ser concedido pelo IFSC em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III.

A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma:

I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II - certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

No IFSC, a Resolução Nº 29/2014/Consup dispõe sobre a regulamentação da avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC aos docentes pertencentes ao Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

7.2.3 Procedimentos para Substituição de Professores e Recomposição do Quadro

No IFSC, os procedimentos relativos à contratação de professores substitutos são regidos pela Lei nº 8.745/1993; Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 94.664/1987; Lei nº 9.849/1999; Portaria Interministerial nº 164/2003; Decreto nº 4.748/2003; Decreto nº 7.312/2010; Decreto nº 7485/2011 e Lei nº 12.425/2011.

De acordo com as normas legais, tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo do IFSC, podendo ser empregada apenas nos seguintes casos: vacância, licença por motivo de afastamento do cônjuge, licença para o serviço militar, licença para o desempenho de mandato classista, afastamento para estudo ou missão no exterior, afastamento para servir em organismo internacional, afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, licença à servidora gestante, licença para tratar de interesses particulares, afastamento para servir a outro órgão ou entidade, afastamento para exercício em mandato eletivo, licença para tratamento de saúde, nomeação para ocupar cargo de direção de Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor e Diretor de câmpus. Além da legislação, o IFSC tem normas internas que tratam do assunto.

De acordo com a legislação, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos do quadro, regra que o IFSC vem observando cuidadosamente. Para a seleção de professores substitutos, o IFSC realiza, de acordo com a demanda, processos seletivos simplificados.

O tempo em que o professor substituto pode atuar na instituição depende do término do afastamento do professor efetivo, mas seu contrato não pode ultrapassar a vigência de 24 meses. O Regime de Trabalho dos professores substitutos e temporários limita-se apenas ao de 20 ou 40 horas semanais.

Para atender à expansão, o Governo Federal autorizou a contratação dos chamados professores temporários. No IFSC, há a possibilidade de contratação de 60 professores temporários, que são selecionados da mesma forma que os substitutos.

Para essa análise, o IFSC necessita de instrumentos que verifiquem a real necessidade de um professor temporário, o fator-aula dos professores existentes e a disponibilidade de códigos. Para isso, o Plano e Relatório Semestral de Atividade Docente (PR SAD) torna-se uma importante ferramenta, pois nessa planilha é possível verificar a real situação das áreas de atuação nos câmpus. Todas essas informações são compiladas no BPeq.

De acordo com o Decreto nº 8259/2014, o BPeq é constituído pela soma dos Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e dos Professores Titulares-Livres do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata a Lei nº 12.772/2012, efetivos, substitutos e visitantes, expressa na unidade professor-equivalente. Em 29 de maio de 2014, o BPeq do IFSC era igual a 2.584,22.

Com a existência do BPeq, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, etc, e havendo lista de concurso público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público. Caso não haja lista de espera, pode-se contratar professor substituto, enquanto se elabora um novo Concurso Público para ocupar definitivamente aquela vaga desocupada.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção interna. De 2013 até o primeiro semestre de 2014, quase 150 servidores foram removidos por meio dos editais de remoção. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados câmpus, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

7.2.4 Política de Qualificação

Há, no IFSC, vários incentivos à qualificação do corpo docente. As regras para afastamento para pós-graduação estão disciplinadas da Resolução nº 19/2012/CDP. O servidor do IFSC poderá afastar-se de suas funções para realizar cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as

seguintes definições:

I - O afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;

II - O afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação são fixados e compreendem: até 12 meses para especialização; até 24 meses para mestrado; até 48 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado.

Os afastamentos para pós-graduação serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFSC, de acordo com o Plano de Qualificação Institucional (PQI).

Para afastamentos integrais de docentes haverá a concessão de professor substituto apenas para aqueles classificados em edital específico. O processo de classificação com fins de concessão de afastamento integral aos docentes do IFSC inscritos em programas de Mestrado, Doutorado ou em projetos de Pós-Doutorado é divulgado semestralmente. Professores substitutos podem ser contratados, dentro de um número respectivo de vagas, disciplinado por Edital.

Além desse incentivo, há também o processo de seleção para conceder auxílio para participação em programas de pós-graduação aos servidores do IFSC inscritos em programas de Mestrado e Doutorado. O objetivo é incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa por meio de concessão de auxílio para o custeio de atividades relacionadas a participação em cursos de Mestrado e Doutorado no país, reconhecidos pela Capes.

O IFSC também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, a participação em programas de Minter e Dinter, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira.

7.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.3.1 Composição

A composição do corpo técnico-administrativo do IFSC também é bastante diversa. Há, em sua formação, servidores técnico-administrativos classificados em cinco níveis, quais sejam: Nível A (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado e ensino fundamental incompleto), Nível B (referente aos cargos com escolaridade de alfabetizado, ensino fundamental incompleto e completo), Nível C (referente aos cargos com escolaridade de ensino fundamental); Nível D (referente aos cargos com escolaridade de ensino médio); e Nível E (referente aos cargos com escolaridade de ensino superior). Em junho de 2014, de acordo com o Siape, o número de técnico-administrativos era 911. Quanto à titulação, cerca de 49,4% dos técnico-administrativos são graduados, 19,5% são especialistas, 10,2% são mestres e 0,6% são doutores¹.

7.3.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira dos servidores Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE) está disciplinado pela Lei nº 11.091/2005, atualizado pela Lei nº 12.772/2012, e é estruturado em cinco níveis, cada um com quatro classes de capacitação. Além disso, cada nível tem 16 pisos, que representam a progressão do servidor por mérito.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. Porém, a regra não se aplica à duração de trabalho estabelecida em leis especiais (Redação dada pela Lei nº 8.270/1991). Há algumas profissões que também possuem jornadas de trabalho fixadas através de acordos, legislações ou convenção coletiva de trabalho.

Há também, no IFSC, a jornada de trabalho flexibilizada, fixada pelo Decreto nº 1.590/1995, quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a 12 horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A Resolução nº 2/2014/Codir regulamenta a

¹ Dados extraídos do Siape em outubro de 2014.

jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação do IFSC.

Outra possibilidade é a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, disciplinada pela Medida Provisória nº 2.174-28/2001, na qual o servidor pode reduzir sua jornada de 40 horas semanais e oito diárias para 30 semanais e seis diárias ou 20 semanais e quatro diárias.

O desenvolvimento do servidor técnico-administrativo na carreira dá-se, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, de acordo com o Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012.

No IFSC, as regras para concessão da Progressão por Capacitação, além da Lei nº 11.091/2005, são previstas na Resolução nº 07/2013/CDP.

Entende-se por capacitação o processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Entende-se por eventos de capacitação os cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Entende-se por capacitação interna os eventos de capacitação promovidos pelo IFSC ou pelo IFSC em parceria com outra instituição.

Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em

padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.

No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vetado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas-aula. A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.

Aos servidores titulares de cargos de Nível de Classificação E, a conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerentes ao cargo do servidor, em cursos de Mestrado e Doutorado reconhecidos pelo MEC, desde que devidamente comprovada, poderá ser considerada como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional, conforme disciplinado em ato do Ministro de Estado da Educação.

A liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado está condicionada ao resultado favorável na avaliação de desempenho.

É devido o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do item b do anexo XVII da Lei nº 12.772/2012, observados os seguintes parâmetros:

- I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor implicará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e
- II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão. O Incentivo à

Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, deverão ser respeitadas as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional, cujos critérios e processos de validação dos certificados e títulos estão dispostos no Decreto nº 5824/2006. No IFSC, as regras para concessão do Incentivo à Qualificação, além da Lei nº 11.091/2005 e do Decreto nº 5824/2206, são previstas na Resolução nº 21/2012/CDP.

7.3.3 Procedimentos para recomposição do quadro

Com a existência do QRSTAE, rapidamente pode-se dar a recomposição do quadro. Caso haja exoneração, vacância, redistribuição, etc, e havendo lista de Concurso Público vigente, é possível nomear o próximo candidato do Concurso Público.

Além disso, o IFSC trabalha com a política da remoção interna. Desde 2013, foram lançados os editais de remoção nº 30/2013, 43/2013 e 16/2014, nos quais quase 150 servidores foram removidos até o fim do primeiro semestre de 2014. As novas vagas e as ocupadas que venham a vagar, na vigência dos editais, são dispostas em edital, cuja inscrição é pública aos servidores do IFSC, que têm a preferência na ocupação. Caso não haja inscrições para as vagas naqueles determinados câmpus, os candidatos do Concurso são chamados para as ocuparem.

A Resolução nº 12/2013 do CDP aprova o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos em Educação do IFSC, desenvolvido por um Grupo de Trabalho denominado GT Quadro.

A montagem dos quadros de referência se demonstrou um trabalho relativamente complexo, pois buscou-se contemplar as realidades dos diversos estágios em que se apresentam os câmpus do IFSC, dentro de um limite de vagas de TAE inferior à projeção de 45 por câmpus da expansão, que foi usada como base na elaboração do PDI vigente.

Embora com limitações, também procurou-se minimizar as distorções decorrentes das distribuições de vagas realizadas antes do Decreto nº 7.311/2010 e da Lei nº 12.677, as quais, de certa forma, privilegiaram os câmpus da pré-expansão e expansão I.

A tipologia desenvolvida pelo GT Quadro caracteriza os câmpus da seguinte forma:

- tipo VI: quadro mínimo para funcionamento completo de um câmpus, independentemente do número de alunos; não é entendido como um teto, mas sim como uma referência a ser disponibilizada o mais rapidamente possível durante o período de implantação de qualquer câmpus;
- tipo V: quadro para funcionamento completo, em dois turnos, de um câmpus com cerca de 800 alunos;
- tipo IV: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para até 1200 alunos;
- tipo III: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para pelo menos 1200 alunos, baseado nas estruturas dos câmpus do Plano de Expansão I;
- tipo II: quadro para funcionamento completo, em três turnos, de um câmpus para 1800 alunos;
- tipo I: classificação de câmpus pré-expansão que, por terem porte, estrutura e histórico peculiares, não se enquadram na tipologia de referência.

Para a elaboração do POCV deste PDI, os câmpus utilizaram os quadros de referência como teto para o número projetado de servidores técnico-administrativos.

A classificação do câmpus em um determinado tipo não lhe dá o direito de pleitear a efetivação do quantitativo de vagas planejado enquanto não houver enquadramento nos critérios de crescimento, exceção feita ao quadro do tipo VI. Assim, para que sejam repassadas ao câmpus todas as vagas previstas no tipo em que está classificado, o câmpus deverá se qualificar por critérios que serão definidos, como por exemplo, número de alunos, espaço físico e comprovação de demandas dos cursos.

O enquadramento de um câmpus na tipologia poderá ser alterado nos períodos de revisão do PDI entre 2015 e 2019, nas seguintes situações:

- se a Setec repassar novos códigos de vagas, criados por futuras leis;
- se um câmpus atingir sua meta de alunos e houver comprovadamente demanda para crescimento, desde que outro câmpus não consiga alcançar indicadores que justifiquem sua permanência no tipo inicialmente previsto;
- na situação contrária à anterior.

A Tipologia de Câmpus e Quadro de Referências de TAE proposta pelo GT Quadro

e aprovada pela Resolução nº 12/2013/CDP é apresentada na Tabela 7.1.

CARGO	NÍVEL	TIPO DE CÂMPUS				
		II	III	IV	V	VI
ADMINISTRADOR	E	3	1	1	1	1
CONTADOR	E	1	1	1	1	1
BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA	E	2	2	1	1	1
ASSISTENTE SOCIAL	E	2	1	1	1	1
PEDAGOGO-AREA	E	4	2	2	1	1
PSICOLOGO-AREA	E	2	1	1	1	1
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	3	2	2	2	1
ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	E	1	1	0	0	0
regionalizados	E	1	1	1	1	0
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO	D	22	17	13	8	7
TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	D	3	2	2	2	1
TECNICO DE LABORATORIO-AREA	D	8	8	6	4	2
ASSISTENTE DE ALUNO	C	3	3	3	3	3
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	C	2	2	3	1	1
subtotal nível	E	19	12	10	9	7
subtotal nível	D	33	27	21	14	10
subtotal nível	C	5	5	6	4	4
TOTAL GERAL		57	44	37	27	21

Tabela 7.1: Tipologia de câmpus e Quadros de Referência de TAE propostos pelo GT Quadro

Os câmpus do IFSC ficam enquadrados na tipologia da seguinte forma:

- tipo I: Florianópolis e São José;
- tipo II: Joinville;
- tipo III: Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Chapecó e Araranguá;
- tipo IV: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Geraldo Werninghaus, Lages e São Miguel do Oeste;
- tipo V: Caçador, Garopaba, Palhoça-Bilíngue, Xanxerê, Tubarão e São Carlos;
- tipo VI: Urupema.

O Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste terá quadro próprio conforme modelo definido pelo MEC, não se enquadrando na tipologia.

7.3.4 Política de Qualificação

Há, no IFSC, várias formas de fomento à qualificação do corpo técnico-administrativo. As regras para afastamento para pós-graduação estão disciplinadas da Resolução nº 19/2012/CDP. O servidor poderá afastar-se de suas funções para realizar

cursos de pós-graduação em instituições nacionais e estrangeiras, sendo assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão do respectivo cargo, desde que obedecidas as exigências contidas na presente Resolução e na legislação vigente.

O afastamento para pós-graduação poderá ser parcial ou integral, conforme as seguintes definições:

I - o afastamento parcial é aquele em que o servidor recebe liberação de até 50% da carga horária relativa ao seu regime de trabalho;

II - o afastamento integral é aquele em que o servidor recebe liberação total da carga horária de seu regime de trabalho para dedicação exclusiva à atividade de pós-graduação.

Os prazos de afastamento para pós-graduação são fixados e compreendem: até 12 meses para especialização; até 24 meses para mestrado; até 48 meses para doutorado; até 12 meses para pós-doutorado.

Os afastamentos para pós-graduação serão concedidos considerando-se a relevância da capacitação para o IFSC, de acordo com o PQI.

Além desse incentivo, há concessão de auxílio, por meio de edital, para participação de servidores em programas de Mestrado e Doutorado. O objetivo é incentivar o desenvolvimento dos servidores, auxiliando-os na realização de estudos e pesquisa.

O IFSC também possibilita aos seus servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, a participação em programas de Minter, mediante seleção por edital de responsabilidade da instituição parceira.

Além disso, há também os editais de apoio em participação de eventos. Para que se possa acelerar a qualificação, muitos técnicos têm feito “horário especial para estudante”, ou seja, o servidor pode, mediante compensação, organizar sua jornada de trabalho de 40 horas e seus horários de aula, respeitando a legislação vigente. Essa matéria está disciplinada pela Resolução nº 8/2012/CD.

O servidor também tem a opção de reduzir sua jornada de trabalho, com vencimentos proporcionais, conforme citado na seção 7.3.2.

Há outras ações das quais o IFSC incentiva seus servidores a participar. Em 2014 os servidores públicos tiveram a possibilidade de fazer dois cursos de Mestrado que

fazem parte do Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Plafor). Um deles é o Mestrado Profissional em Ciências da Computação, que estabelece as normas para o preenchimento de vagas através da Nota Técnica Informativa nº 52/2014. O Mestrado destina-se a servidores efetivos técnico-administrativos, Técnicos de Tecnologia da Informação e Analistas de Tecnologia da Informação, em um convênio Setec/UFPE.

Outro exemplo é o Mestrado Profissional em Gestão Pública, que estabelece as normas para o preenchimento de vagas através da Nota Técnica Informativa nº 19/2014, em um convênio Setec/UNB.

Por fim, o IFSC pretende ofertar, nos próximos anos, o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

7.4 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DE PESSOAL

De acordo com seu POCV, o IFSC terá, nos próximos cinco anos, um crescimento de mais de 50% no número de docentes. A Tabela 7.2 apresenta a projeção de expansão do quadro docente por câmpus e em todo o Instituto, a qual será reavaliada a cada revisão do POCV.

Câmpus	Quantidade de docentes					
	Outubro de 2014	Previsão para:				
		2015	2016	2017	2018	2019
Araranguá	54	57	59	59	59	59
Caçador	8	11	22	33	37	40
Canoinhas	25	32	45	51	57	57
Chapecó	52	56	56	59	60	60
Criciúma	37	46	53	56	56	59
Florianópolis	326	326	340	355	368	368
Florianópolis-Continente	56	53	54	54	56	56
Garopaba	15	15	20	27	33	35
Gaspar	38	46	53	60	60	60
Geraldo Werninghaus	33	41	50	55	58	61
Itajaí	24	31	44	53	59	61
Jaraguá do Sul	52	54	54	55	59	59
Joinville	69	74	80	81	82	90
Lages	29	39	44	50	58	61
Palhoça-Bílingue	24	38	40	46	48	50
São Carlos	1	16	26	31	32	36
São José	89	83	90	90	91	95
São Lourenço do Oeste	2	8	12	16	19	20
São Miguel do Oeste	25	36	44	48	51	51
Tubarão	1	5	9	22	30	33
Urupema	13	17	19	23	24	24
Xanxerê	14	26	27	33	36	37
Centro de Referência em Formação e EaD	6	10	20	25	25	25
Total	993	1120	1261	1382	1458	1497

Tabela 7.2: Projeção de expansão do quadro docente
Data da coleta: novembro de 2014

Quanto à expansão do quadro de servidores técnico-administrativos, a Tabela 7.3 apresenta sua projeção por câmpus e em todo o Instituto. De acordo com a tabela e considerando o total de 911 servidores técnico-administrativos no quadro atual, ao longo da vigência deste PDI serão admitidos ao menos 317 novos servidores.

A reposição de vacâncias referentes a cargos em extinção, em todos os níveis, não é direta, uma vez que a Lei nº 12.677/2012 não criou códigos de vaga para tal e que as suas atribuições normalmente correspondem a serviços terceirizáveis. Entretanto, na medida da disponibilidade de códigos de vaga, a Instituição pode analisar a compensação indireta com outros cargos, conforme vem sendo realizado desde a criação do QRSTAE.

Na Tabela 7.3, também constam os servidores regionais: auditores, engenheiros e jornalistas que são lotados em um dos câmpus da região que atendem. A regionalização, além de propiciar a descentralização de alguns processos, tem por princípio fundamental

possibilitar mais agilidade e eficiência no cumprimento das finalidades institucionais e atendimento das demandas da sociedade. Assim, de modo a possibilitar o atendimento das demandas dos câmpus nas áreas de auditoria, engenharia e jornalismo, teve início a implantação gradual da regionalização desses serviços, pautada nos princípios da flexibilidade, cooperação, gestão, eficiência e subsidiariedade.

Unidade Organizacional de lotação	Nível E			Nível D			Nível C			Vagas de cargos em extinção, por nível				Total Geral
	Al*	Pr**	To***	Al	Pr	To	Al	Pr	To	D	C	B	A	
Araranguá	14	-	14	27	-	27	5	-	5	-	-	-	-	46
Caçador	9	-1	8	11	1	12	6	1	7	-	-	-	-	27
Canoinhas	9	-	9	20	-	20	8	-	8	-	-	-	-	37
Chapecó	14	-1	13	24	2	26	5	1	6	-	-	-	-	45
Criciúma	10	-	10	17	1	18	8	1	9	-	-	-	-	37
Florianópolis	55	-	55	93	-	93	22	-	22	3	19	12	2	206
Florianópolis-Continente	15	-1	14	27	-	27	6	1	7	-	-	-	-	48
Garopaba	8	-	8	11	2	13	6	1	7	-	-	1	-	29
Gaspar	11	-	11	18	-	18	8	1	9	-	-	-	-	38
Geraldo Werninghaus	10	-	10	20	-	20	8	-	8	-	-	-	-	38
Itajaí	12	-	12	19	-	19	7	-	7	-	-	-	-	38
Jaraguá do Sul	18	-1	17	23	1	24	3	-	3	-	-	-	-	44
Joinville	17	-	17	27	3	30	5	1	6	-	-	-	-	53
Lages	11	-	11	16	3	19	7	1	8	-	-	-	-	38
Palhoça-Bílingue	11	-	11	13	4	17	7	-	7	-	-	-	-	35
São Carlos	2	5	7	7	5	12	2	4	6	-	-	-	-	25
São José	29	-	29	35	-	35	16	-	16	5	10	5	4	104
São Lourenço do Oeste	-	5	5	-	6	6	-	2	2	-	-	-	-	13
São Miguel do Oeste	10	-	10	19	-	19	8	-	8	-	-	-	-	37
Tubarão	3	5	8	4	7	11	3	4	7	-	-	-	-	26
Urupema	8	-1	7	8	1	9	6	-	6	-	-	-	-	22
Xanxerê	9	-1	8	11	1	12	6	1	7	-	-	-	-	27
Cerfead	2	4	6	2	2	4	-	-	0	-	-	-	-	10
Reitoria	78	7	85	76	-2	74	1	-	1	-	1	1	-	162
Regionais ²	13	2	15	-	-	0	-	-	0	-	-	-	-	15
SIASS	-	2	2	-	-	0	-	-	0	-	-	-	-	2
A definir	-	4	5	-	13	13	-	8	8	-	-	-	-	26
Total	378	28	407	528	50	578	153	27	180	8	30	19	6	1228

Tabela 7.3: Quadro de vagas de servidores técnico-administrativos

Data da coleta: agosto de 2014

*vagas alocadas no quadro da unidade organizacional (somatório das vagas ocupadas e momentaneamente livres)

**vagas previstas para incorporação ao quadro da unidade organizacional

***total de vagas já alocadas e previstas para o quadro da unidade organizacional

2 Referente aos auditores, engenheiros e jornalistas que são lotados em um dos câmpus da região a qual atendem.

CAPÍTULO 8

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico, no objetivo estratégico A4, um compromisso com o atendimento efetivo às demandas dos alunos. Esse objetivo visa melhorar e implantar processos que otimizem o tempo e a qualidade de atendimento aos alunos no que se refere às suas demandas administrativas, pedagógicas e sociais, dentro das atribuições legais do IFSC.

Ao compreender a centralidade do discente na instituição e as distintas demandas que o público atendido pelo IFSC apresenta, são desenhadas políticas de atendimento aos discentes. Essas políticas levam em consideração a diversidade de necessidades do universo de estudantes, visando auxiliar aqueles com maiores dificuldades, seja no processo de escolarização ou na presença de outras vulnerabilidades.

A perspectiva central nas políticas de atendimento aos discentes é a inclusão, sendo concebida como viver a experiência da diferença, não discriminando estudantes por sua classe, cor, deficiência, estado nutricional, orientação sexual ou outra característica da pessoa. Abaixo, descrevem-se as políticas adotadas pelo IFSC nos dias de hoje e aquelas que a instituição pretende adotar ao longo dos próximos cinco anos, no âmbito do atendimento direto ao estudante.

8.1 INGRESSO

O acesso ao IFSC é o primeiro contato do estudante com a instituição e, compreendendo a importância de atender adequadamente aos seus futuros discentes, o IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico o objetivo estratégico P2: “aprimorar o processo de ingresso”.

Uma das ações relacionadas a esse objetivo foi a qualificação da execução dos concursos vestibulares e processos seletivos. Além do aprimoramento da aplicação das provas, buscou-se garantir o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas.

É objetivo da instituição, também, trabalhar para que a forma de aplicação do

sistema de cotas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012, seja aperfeiçoada, facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante. Serão fortalecidos os processos de ingresso por análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada. Além disso, a análise socioeconômica será fomentada como forma inclusiva de ingresso aos cursos técnicos.

Pretende-se ainda, para o alcance desse objetivo estratégico, construir um documento que estabeleça as regras, princípios e fluxos de ingresso do IFSC.

8.2 PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PAEVS)

O PAEVS é um programa que existe na instituição desde 2010 e tem o objetivo de proporcionar as condições mínimas para um bom aprendizado a alunos de todas os níveis de ensino. Por meio desse programa, os estudantes têm acesso a auxílio financeiro a ser utilizado para o pagamento de suas despesas com, por exemplo, alimentação, material escolar e transporte no percurso casa-escola. Entretanto, o valor recebido varia conforme as condições financeiras apresentadas pelo estudante e sua família. De 2010 a 2013, mais de seis mil estudantes foram atendidos pelo programa. A partir dos resultados levantados pelas Avaliações da Assistência Estudantil do IFSC, realizadas em 2011 e 2013, puderam ser implementados aprimoramentos no programa, como a melhoria na sua divulgação. Constatou-se também a necessidade de ampliar a assistência estudantil na área de alimentação.

Para os próximos cinco anos, a instituição pretende fortalecer o PAEVS, que passará por uma reestruturação normativa, com a revisão de suas regras de acesso e permanência. Além disso, pretende-se qualificar o processo de avaliação do programa com os estudantes e servidores da instituição.

8.3 PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTUDANTE

O planejamento estratégico do IFSC aponta, em seu objetivo estratégico P3 (Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito), para a necessidade de ações relacionadas à segurança alimentar do estudante, com a iniciativa estratégica P0312: “desenvolver ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e

segura aos discentes”.

O Programa de Segurança Alimentar do Estudante (PSAE) está sendo criado este ano, e constitui-se em um conjunto de estratégias que defendem a garantia de oferta de uma alimentação aos estudantes, dentro de um critério de segurança alimentar e nutricional, atendendo às concepções de Direito Humano à Alimentação Adequada. O Plano de Alimentação Estudantil (PAE), o Plano Cantina Saudável e o Plano de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são partes integrantes do Programa de Segurança Alimentar do Estudante do IFSC e caracterizam-se pela universalidade do atendimento. Essa proposta tem como objetivos: contribuir para o crescimento e o desenvolvimento adequado dos estudantes; aprimorar o rendimento escolar; criar elementos pedagógicos mais positivos no âmbito da Educação em Saúde; formar hábitos alimentares mais conscientes e auxiliar na sustentabilidade ambiental do universo a que se insere esse público.

O Programa de Alimentação Estudantil do IFSC tem como base regulamentadora a Constituição Federal de 1988 (artigos 6º, 205, 208 e 211); a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25); o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (artigo 11); a Lei nº 11.947/2009; a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009; a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 465/2010; a Nota Técnica nº 02/2012 – COTAN/CGPAE/DIRAE/FNDE; a Resolução/CD/FNDE nº 67/2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, dentre outras regulamentações na área. Em consonância com o exposto na Lei, o IFSC inicia a implantação do Programa através de um projeto-piloto no Câmpus Araranguá, com a organização das infraestruturas física e de pessoal adequadas, além de ações educativas na área de saúde, alimentação e segurança alimentar.

Como objetivos para os próximos cinco anos pretende-se trabalhar na implementação efetiva do PSAE no maior número de câmpus possível, conforme a disponibilidade orçamentária, financeira, de infraestrutura e de pessoal.

8.4 PERMANÊNCIA E ÊXITO NO PERCURSO FORMATIVO

É objetivo estratégico do IFSC aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito. As ações agrupadas nesse objetivo visam aprimorar o processo

de ensino e fornecer suporte aos estudantes durante seu percurso formativo. Ao fazer isso, a instituição está desenvolvendo meios de favorecer a permanência e o êxito dos estudantes, contemplando sua diversidade.

A principal iniciativa da instituição é o fortalecimento das equipes interdisciplinares que atuam diretamente no atendimento do estudante e na orientação ao docente nos câmpus, que denominamos de Coordenadorias Pedagógicas. Nos últimos anos, diversos profissionais foram contratados para fazer parte dessas equipes, que têm como composição mínima um psicólogo, um assistente social, um pedagogo e outro profissional de nível superior do campo da educação. Além do crescimento das equipes, a Pró-reitoria de Ensino está desenvolvendo um projeto para a troca de experiências entre os servidores das Coordenadorias Pedagógicas, através de encontros regionais e com a posterior publicação das práticas exitosas. A partir desses encontros e das publicações, pretende-se trabalhar na construção dos fluxos e processos de trabalho das Coordenadorias Pedagógicas, que devem auxiliar no processo de implantação do sistema acadêmico no IFSC.

Para contribuir para a permanência e o êxito dos estudantes, a Instituição desenvolve ainda atividades de prevenção e promoção de saúde, de combate à discriminação e de valorização das diferenças entre os estudantes. Essas atividades são desenvolvidas pelos câmpus, conforme seus calendários.

A prática de atividades culturais e esportivas são compreendidas como parte da formação integral e cidadã que a instituição se propõe a ofertar aos estudantes. O IFSC realiza anualmente uma grande ação institucional nesse sentido: os Jogos do IFSC (JIFSC). Com a realização dos jogos, objetiva-se incentivar a prática desportiva, a cooperação e a interação entre os estudantes.

Além disso, são realizadas diversas ações descentralizadas nos câmpus, relacionadas a música, teatro, cinema, esporte, dentre outros. São exemplos dessas atividades: orquestras, grupos de teatro e de cinema, jogos de integração nos câmpus e atividades físicas complementares.

A inserção do estudante no mundo do trabalho também se trata de um desafio que precisa de apoio da instituição e está estabelecido no objetivo estratégico P5: “fortalecer a inserção socioprofissional do aluno e do egresso”. Nesse sentido, pretende-se

implementar, na Pró-reitoria de Ensino, uma Coordenação de Estágios, que será a articuladora institucional das questões relacionadas ao estágio. Serão responsabilidades dessa coordenação atividades como a criação e manutenção de um portal único para divulgação das vagas de estágio, o estabelecimento de parcerias com as empresas, o acompanhamento da legislação relativa ao estágio, dentre outras. Além disso, a Coordenação de Estágios trabalhará, em um primeiro momento, na construção de documentos reguladores da prática de estágio dos estudantes do IFSC e na normatização dos processos. Dessa maneira, espera-se que o atendimento aos estudantes seja qualificado e que o acesso dos alunos ao estágio e à conclusão com êxito sejam facilitados, buscando otimizar os processos da área.

8.5 ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O atendimento às pessoas com necessidades específicas é um objetivo estratégico do IFSC para os próximos cinco anos e demanda uma especialização por parte da instituição em vários âmbitos: pessoal, de infraestrutura e atitudinal. O atendimento educacional especializado será qualificado através de ações encadeadas, que serão disparadas pela Proen e deverão se estender a todo o corpo da instituição, garantindo assim sua eficácia.

A primeira ação é a sensibilização dos gestores da instituição através de atividades com o Codir, para que compreendam a importância do atendimento educacional especializado e sejam parceiros dos NAPNEs nos câmpus e na reitoria. Em paralelo, está sendo construído um projeto de formação dos servidores que realizam o atendimento aos estudantes com necessidades específicas. A formação desses servidores é crucial para a melhoria do atendimento dos discentes, o que motivou a criação da iniciativa estratégica C0414: “capacitar os servidores em atendimento educacional especializado”.

Essa iniciativa está relacionada ao objetivo estratégico C4: “promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia”. Além disso, a iniciativa orienta a criação de projetos relacionados ao tema nos câmpus e na reitoria. Com essas ações, pretende-se que haja mudanças na atitude dos servidores em relação aos estudantes com necessidades específicas, tornando o ambiente escolar um espaço acolhedor das diferenças.

Para garantir que o trabalho aconteça de forma qualificada e delimitada, será construído o Regulamento do NAPNE, conforme previsto no Regimento Geral do IFSC. Através desse documento, serão estabelecidos parâmetros gerais para o atendimento adequado dos estudantes com necessidades específicas, buscando garantir a efetividade dessas ações.

Quanto à infraestrutura, objetiva-se ampliar a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva para o atendimento às necessidades dos estudantes. Para isso, o IFSC busca o estabelecimento de parcerias com o governo federal para garantir o financiamento e a compra dos equipamentos. Também serão desenvolvidos projetos, nos próximos anos, em acessibilidade, vinculados à iniciativa estratégica P0803: “implementar a legislação relacionada à acessibilidade e inclusão”. O IFSC tem como meta alcançar o percentual de 100% de adequação da infraestrutura física às normas de acessibilidade.

8.6 EGRESSOS

De acordo com o objetivo estratégico P5, o IFSC deve implantar, nos próximos cinco anos, o programa de acompanhamento de egressos. Ao garantir uma forma de diálogo com os egressos, busca-se ter um retorno do impacto da formação dada pelo IFSC na vida profissional desses sujeitos. Além disso, procura-se fomentar sua formação continuada, incentivando o estudante a seguir seu percurso formativo completo no IFSC, desde a formação inicial e continuada, passando pelos cursos técnicos de nível médio e chegando à graduação e à pós-graduação.

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFSC é uma instituição pública federal vinculada ao MEC por meio da Setec. Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicâmpus, com proposta orçamentária anual identificada por câmpus e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura organizacional básica¹ do IFSC é composta por:

I – Órgãos Superiores da Administração:

- a) Conselho Superior, de caráter deliberativo e consultivo;
- b) Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo;

II – Órgão Executivo e de Administração Geral: Reitoria, composta pelo Reitor e cinco Pró-Reitores:

1. Pró-Reitoria de Ensino;
2. Pró-Reitoria de Administração;
3. Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas;
4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
5. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

III – Órgãos de Assessoramento:

- a) Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas:
 1. Comissão Permanente de Pessoal Docente;
 2. Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE;
- b) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- c) Comissão Própria de Avaliação.

IV – Órgão de Controle: Auditoria Interna;

V – Procuradoria Federal;

1 De acordo com o Regimento Geral do IFSC.

VI – Órgãos de atividade finalística: Diretorias-gerais dos câmpus e Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – EaD;

VII – Órgãos de Assessoramento das Diretorias-gerais dos câmpus: Colegiados dos câmpus.

Na sequência apresentam-se as estruturas que compõem a Reitoria e as Pró-Reitorias, com suas principais competências.

Compete à Reitoria:

I. A administração geral do IFSC, bem como a supervisão da execução das políticas de gestão educacional, de pessoal, orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao aperfeiçoamento, ao desenvolvimento e à excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

II. Formular as propostas orçamentárias, encaminhando-as para aprovação dos órgãos competentes;

III. Planejar as estratégias de desenvolvimento da Instituição;

IV. Coordenar e supervisionar a execução dos planos aprovados, adotando medidas para seu cumprimento e avaliação dos resultados;

V. Promover o relacionamento e o permanente intercâmbio com as instituições congêneres; e

VI. Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o IFSC.

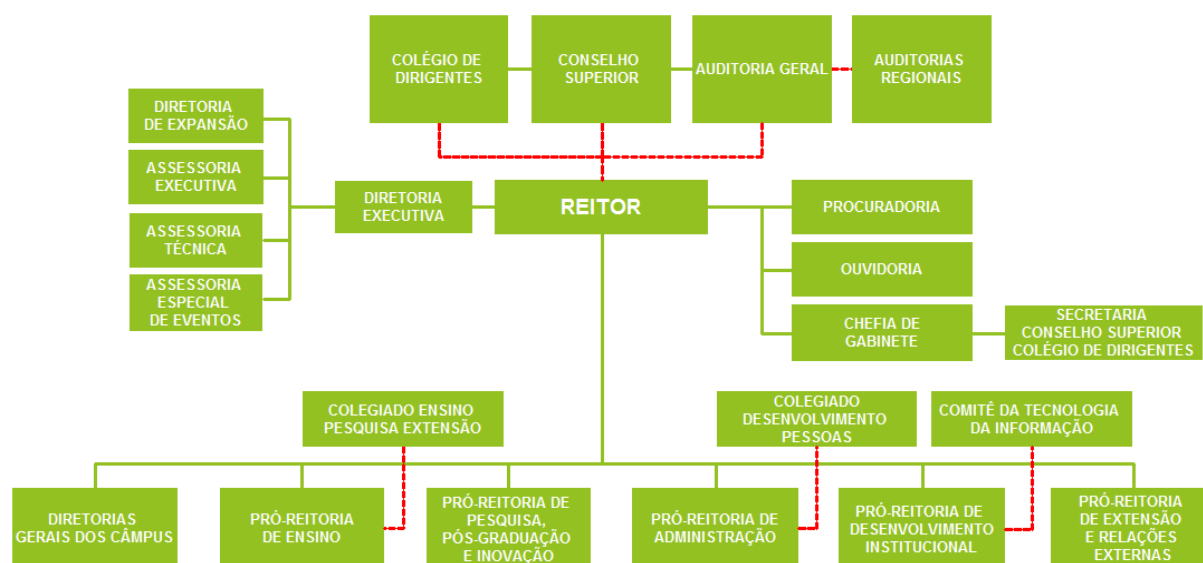


Figura 9.1: Organograma do Gabinete de Reitoria

A Pró-Reitoria de Administração é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor. Compete a essa Pró-Reitoria planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e a gestão de pessoas do IFSC, executar o planejamento nos níveis tático e operacional, elaborar os projetos de infraestrutura, executar as licitações, executar os contratos e a realização de outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias, departamentos e secretarias da Pró-Reitoria de Administração:

- Diretoria de Administração – Gerenciar os recursos institucionais, coordenando a elaboração da prestação de contas do IFSC;
- Diretoria de Gestão de Pessoas – Supervisionar a execução da política de gestão de pessoas e dos recursos alocados no orçamento de pessoal;
- Departamento de Orçamento e Execução Financeira – Coordenar a execução financeira dos recursos disponibilizados ao IFSC pelo Governo Federal;
- Departamento de Compras – Coordenar e acompanhar a execução dos processos licitatórios de aquisição de bens e serviços referentes à instituição;
- Departamento de Contratos – Elaborar, fiscalizar, supervisionar e registrar a execução dos processos de contratos e seus termos aditivos;
- Departamento de Obras e Engenharia – Acompanhar, fiscalizar e aprovar a execução

de obras e serviços da instituição;

g) Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas – Organizar e coordenar a realização de concursos públicos, além de elaborar e implementar o plano de capacitação dos servidores, supervisionando sua execução e a execução da política de gestão de pessoas a todos os servidores.

h) Secretaria do Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas – Assessorar a Pró-Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional definidas pelo Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas.



Figura 9.2: Organograma da Pró-Reitoria de Administração

À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete promover a integração entre a Reitoria e os câmpus, promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo Reitor. São competências das diretorias da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- a) Diretoria de Gestão do Conhecimento – Fomentar o desenvolvimento da cultura de compartilhamento de conhecimentos, de informações e de práticas de gestão do conhecimento e inovação no IFSC;
- b) Diretoria de Tecnologias da Informação e da Comunicação – Projetar e manter, em

conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o PDI, auxiliando no desenvolvimento e manutenção dos serviços de tecnologia da informação da instituição.



Figura 9.3: Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Às diretorias, departamentos e secretaria da Pró-Reitoria de Ensino competem:

- a) Diretoria de Desenvolvimento de Ensino – Executar as políticas e programas de desenvolvimento de ensino determinadas pela instituição e Governo Federal;
- b) Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas – Realizar o controle dos processos que envolvam operações na base de dados acadêmica, garantindo interoperabilidade e geração de indicadores que subsidiem o processo de gestão;
- c) Diretoria de Assuntos Estudantis – Planejar, implementar, supervisionar e avaliar a política de assistência estudantil do IFSC, com foco no acesso, permanência e êxito dos discentes, visando à inclusão;
- d) Departamento de Ingresso – Estabelecer procedimentos e normas para os processos de ingresso dos estudantes na instituição;
- e) Diretoria do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância – Promover a integração sistêmica com os câmpus, para a consolidação das políticas institucionais de formação de Formadores, de formação em Gestão Pública em Instituição de Ensino e de

apoio à EaD;

f) Departamento de Educação a Distância – Propor, discutir, desenvolver e manter as políticas e mecanismos para a modalidade de educação a distância;

g) Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – Assessorar a Pró-Reitoria em relação às políticas educacionais, de pesquisa e de extensão do IFSC definidas pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão.

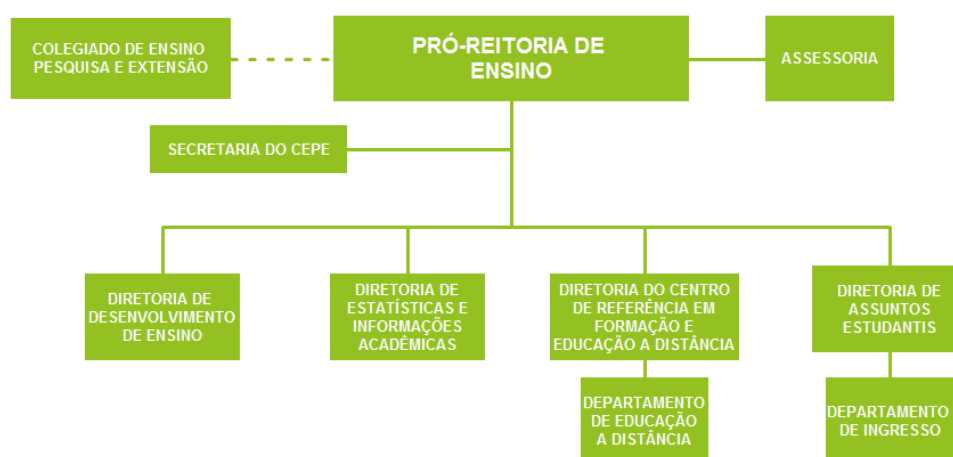


Figura 9.4: Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação compete propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-graduação, Inovação e Assuntos Internacionais homologadas pelo Consup e, a partir de orientações do Reitor, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC e do Ministério de Ciência e Tecnologia, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências da diretoria e departamento que integram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

a) Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – Assessorar o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de pesquisa e pós-graduação, colaborando, coordenando e executando as políticas de pesquisa e pós-graduação definidas pela Pró-Reitoria e pelo Cepe;

b) Departamento de Inovação e Assuntos Internacionais – Assessorar e representar a

Reitoria em questões de Inovação e Assuntos Internacionais.

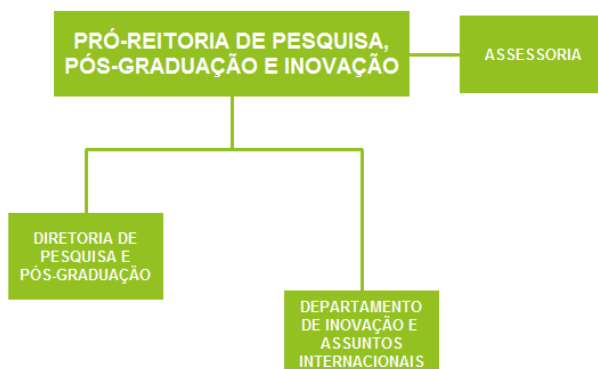


Figura 9.5: Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

À Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral, homologadas pelo Consup. Além disso, coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e, a partir de orientações do Reitor, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. São competências das diretorias e departamento da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas:

- a) Diretoria de Extensão – Elaborar, planejar e coordenar o planejamento anual da Diretoria, além de cumprir as diretrizes estabelecidas no PDI, promovendo ações que garantam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na instituição;
- b) Diretoria de Comunicação Institucional – Coordenar, elaborar e promover melhorias nas atividades de comunicação da instituição;
- c) Departamento de Marketing e Jornalismo – Coordenar a produção de jornais impressos e boletins informativos, voltados para a comunidade acadêmica e para o público externo, além de tratar de assuntos pertinentes ao marketing e ao jornalismo institucional.



Figura 9.6: Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas

9.1.1 Estrutura administrativa dos câmpus

Os câmpus do IFSC são administrados por diretores-gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos regimes estatutários e regimentais e delegações do Reitor. Sua estrutura de referência, de caráter obrigatório e independente do porte do câmpus, é composta por:

- I. Diretor-Geral e Vice Diretor-Geral²;
- II. Assessoria do Diretor-Geral;
- III. Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV. Departamento de Administração ou Diretoria de Administração;
- V. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- VI. Coordenadoria de Registro Acadêmico.

Além da estrutura acima, o regimento interno de cada câmpus deve dispor sobre as coordenações e assessorias que contemplem o atendimento aos serviços de relações externas, comunicação, extensão, estágios, pós-graduação, pesquisa e inovação, coordenação pedagógica, ingresso, secretaria acadêmica, orientação e assistência estudantil, biblioteca, Núcleo de Educação a Distância, áreas acadêmicas, níveis de ensino, tecnologia da informação e comunicação, planejamento, compras, orçamento e finanças, infraestrutura, manutenção, almoxarifado e patrimônio.

2 Para os câmpus com mais de 2.500 alunos e conforme disponibilidade de Cargo de Direção.

9.2 ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO

9.2.1 Conselho Superior (Consup)

É o órgão máximo do IFSC, com caráter consultivo e deliberativo. É composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do setor público, do MEC e do Codir do IFSC, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de assuntos relativos a políticas institucionais, orçamento anual, prestação de contas, eleições para reitor e diretores-gerais, entre outros.

São competências do Consup:

- I - zelar pela observância dos objetivos e finalidades do IFSC;
- II - homologar as diretrizes da política institucional nos planos administrativo, econômico-financeiro, de ensino, pesquisa e extensão, apresentadas pela Reitoria;
- III - submeter à aprovação do MEC o Estatuto do IFSC, assim como aprovar os seus regulamentos;
- IV - aprovar a proposta orçamentária anual e acompanhar a sua execução;
- V - deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo IFSC, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;
- VI - autorizar a alienação de bens imóveis e legados na forma da lei;
- VII - apreciar as contas da Reitoria, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade de registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária das receitas e das despesas;
- VIII - aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;
- IX - deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFSC e dos diretores-gerais dos câmpus, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
- X - deliberar sobre criação, alteração e extinção dos cursos, observada a legislação vigente;
- XI - autorizar, mediante proposta do Reitor, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infraestruturas, mantida a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de licitações;

- XII - aprovar o seu próprio Regimento Interno;
- XIII - propor a reformulação do Estatuto do IFSC, após consulta à comunidade acadêmica por meio de audiência pública, submetendo-o à aprovação pelo órgão competente do MEC;
- XIV - aprovar o Regimento Geral do IFSC e propor sua reformulação por 2/3 (dois terços) do total de seus membros, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XV - homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFSC;
- XVI - aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- XVII - constituir outros órgãos colegiados de natureza consultiva, mediante proposta apresentada pelo Reitor, conforme necessidades específicas do IFSC;
- XVIII - deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFSC levados a sua apreciação pelo Reitor.

9.2.2 Colégio de Dirigentes (Codir)

É um órgão de apoio ao processo decisório do IFSC, de caráter consultivo, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelos Diretores-gerais dos campi, sendo o ocupante do cargo de Reitor seu presidente nato. Trata de matéria administrativa, econômica, orçamentária, financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência. O calendário acadêmico e critérios para distribuição do orçamento anual são dois exemplos de assuntos que passam pelo Codir.

São competências do Codir:

- I. assessorar a Reitoria em assuntos administrativos do IFSC;
- II. apreciar e recomendar as normas e critérios para a distribuição do orçamento anual;
- III. propor ao Consup a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFSC;
- IV. expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual;
- V. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos campi e da Reitoria;
- VI. apreciar o calendário e a agenda sistêmica do IFSC;
- VII. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos,

- bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- VIII. elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Consup;
- IX. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- X. apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFSC.

9.3 ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

9.3.1 Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas (CDP)

É o órgão normativo e consultivo da Reitoria em relação à movimentação de pessoal, à aplicação de políticas para capacitação, à alocação de recursos humanos e à progressão funcional. É presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Administração. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Ensino, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o Diretor de Gestão de Pessoas, representantes dos servidores docentes (compondo a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD) e representantes dos servidores técnico-administrativos em educação (compondo a Comissão Interna de Supervisão – CIS).

São competências do CDP:

- I - estabelecer diretrizes para a gestão de pessoas;
- II - estabelecer os critérios de caráter geral para a realização de concurso público para o ingresso no IFSC e aprovar as normas específicas elaboradas pelos setores responsáveis, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes e das diretrizes de pessoal civil da União;
- III - emitir parecer sobre os processos relacionados à gestão de pessoas, como instância de recurso;
- IV - regulamentar a carreira do magistério quanto: aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho; aos limites mínimos e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas a natureza e a diversidade de funções, e ao processo de acompanhamento e avaliação das atividades docentes;
- V - regulamentar a carreira dos técnico-administrativos em educação quanto aos critérios para concessão e alteração dos regimes de trabalho e ao processo de acompanhamento

e avaliação das atividades administrativas;

VI - estabelecer normas e critérios para a avaliação do desempenho docente e dos técnico-administrativos em educação;

VII - estabelecer normas e critérios para a avaliação do estágio probatório dos docentes e dos técnico-administrativos em educação;

VIII - estabelecer normas e critérios para o afastamento dos servidores para fins de capacitação, licença capacitação e licença sabática, progressão funcional por mérito e demais direitos previstos na legislação em vigor;

IX - criar comissões para tratar de matérias específicas;

X - encaminhar ao Consup proposta de alteração do seu Regulamento.

Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

É o órgão que formula os procedimentos relativos ao pessoal docente e acompanha a execução desses procedimentos. Ela é composta por três professores do quadro permanente do IFSC que estejam no efetivo exercício.

Comissão Interna de Supervisão (CIS)

A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE foi criada pela Lei nº 11.091/2005. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira e tem a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito do IFSC, propondo à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

9.3.2 Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)

É um órgão normativo e consultivo, de assessoramento da Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão, sendo presidido pelo ocupante do cargo de Pró-Reitor de Ensino. Compõem ainda esse colegiado o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, o Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas, os diretores de ensino, extensão e pesquisa, representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores técnico-administrativos em educação e representantes dos discentes.

São competências do Cepe:

I - assessorar a Reitoria em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSC;

- II - analisar os projetos pedagógicos dos cursos do IFSC e submetê-los ao Consup;
- III - regulamentar e emitir parecer sobre os processos autorizativos de cursos e demais ofertas educativas do IFSC;
- IV - estabelecer diretrizes curriculares para oferta educativa do IFSC;
- V - emitir parecer sobre o PDI e o PPI do IFSC;
- VI - definir diretrizes para a elaboração e aprovação do calendário acadêmico do IFSC;
- VII - emitir parecer sobre recursos de processos de natureza didático-pedagógica;
- VIII - elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado e aprovado pelo Consup;
- IX - regulamentar os projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X - estabelecer diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- XI - expedir orientações para a elaboração da Organização Didático-pedagógica do IFSC;
- XII - emitir parecer sobre a Organização Didático-pedagógica dos câmpus do IFSC;
- XIII - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas deliberações;
- XIV - julgar os recursos sobre matérias de sua competência;
- XV - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de pesquisa e inovação;
- XVI - estabelecer diretrizes e emitir parecer sobre as políticas e programas de extensão e relações externas;
- XVII - coordenar a elaboração e aprovação do RDP do IFSC;
- XVIII - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de pesquisa e inovação;
- XIX - estabelecer normas e procedimentos para gestão dos processos de extensão.

9.3.3 Colegiados dos câmpus

O Colegiado do câmpus é órgão normativo e deliberativo por delegação do Consup, no âmbito do câmpus, de forma a assessorar o Diretor-geral, colaborando para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelando pela correta execução das políticas do IFSC. Os colegiados dos câmpus são presididos pelos diretores-gerais, e têm em sua composição representantes dos servidores docentes, representantes dos servidores

técnico-administrativos em educação, representantes dos discentes, representantes da sociedade civil, o Chefe do Departamento de Administração ou Diretor de Administração, quando houver, o Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando houver.

São competências dos colegiados dos câmpus:

- I. A apreciação interna e o encaminhamento ao Cepe de projetos de novos cursos e alterações dos cursos existentes;
- II. A apreciação e a aprovação do PAT do câmpus;
- III. A apreciação da proposta de calendário letivo anual, em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Cepe;
- IV. A apreciação da oferta anual de vagas do câmpus, de acordo com diretrizes expedidas pelo Cepe;
- V. A apreciação dos dados orçamentários do câmpus e a definição sobre as prioridades em função dos recursos disponíveis, convênios e editais;
- VI. A apreciação, quando solicitado ou quando se fizer necessário, de assuntos didático-pedagógicos e administrativos;
- VII. A avaliação de necessidades de servidores, a solicitação de movimentação dos mesmos e a destinação de vagas;
- VIII. A avaliação de necessidades de servidores, dimensionamento, solicitação de movimentação e destinação de vagas no âmbito do câmpus;
- IX. A apreciação das solicitações dos alunos, no que se refere às questões não previstas na Organização Didática;
- X. A apreciação de questões que prejudiquem o andamento normal das atividades do câmpus envolvendo servidores, alunos e comunidade externa;
- XI. A definição sobre linhas de pesquisa do câmpus, em conformidade com as políticas institucionais estabelecidas pelo Cepe;
- XII. A apreciação do Relatório Anual de Gestão do câmpus;
- XIII. A criação de grupos de trabalho e comissões internas;
- XIV. A apreciação de propostas de atualização do Regimento Interno do câmpus, após realização de Assembleia Geral, encaminhando-as para aprovação do Consup;

XV. A apreciação do funcionamento dos demais órgãos colegiados do câmpus.

9.3.4 Comitê Permanente de Gestão de Crises

O objetivo do comitê é gerir as situações de crise de forma a propiciar uma interação ágil e competente com os públicos estratégicos do IFSC, além de favorecer a circulação da versão oficial diante dos fatos circunstanciais que motivaram a crise. O comitê é presidido pelo ocupante do cargo de Reitor, e composto pelos ocupantes dos cargos de Diretor Executivo, Assessor Técnico do gabinete da Reitoria, Pró-Reitores, Diretor de Comunicação, Ouvidor e Diretores-gerais dos câmpus. Fazem parte também desse comitê profissionais de Relações Públicas e do Jornalismo.

9.3.5 Comitê de Tecnologia da Informação (CTI)

É um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, instituído pela portaria da Reitora nº 403/2012, em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática – SISPI. É responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos (Art.1 do Regimento do CTI).

O CTI é presidido pelo Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, tem sua Secretaria Executiva realizada pelo Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, e é constituído pelos diretores de Administração, Comunicação, Ensino, Estatísticas e Informações Acadêmicas, Extensão, Gestão do Conhecimento, Gestão de Pessoas e Pesquisa da reitoria, representando as áreas responsáveis pelas atividades finalísticas e de apoio da instituição, e dois representantes das Coordenações de Tecnologia da Informação e Comunicação ou setores equivalentes dos câmpus, indicados ou escolhidos a cada dois anos.

9.3.6 Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA)

O Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial (CLA) é uma instância de organização e funcionamento do Programa de Educação Tutorial (PET) do IFSC. Suas funções são de organização, articulação e supervisão dos Grupos PET no IFSC e desses grupos com a Secretaria de Educação Superior (Sesu). É composto pelos

tutores dos grupos PET, coordenadores dos cursos envolvidos, representantes dos estudantes bolsistas PET, representante da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e representante da Pró-Reitoria de Ensino.

9.4 COMISSÕES E NÚCLEOS PERMANENTES

9.4.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Com a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sinaes, toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação, com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A comissão é constituída por uma comissão central, composta por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na Reitoria. As comissões locais nos câmpus são compostas por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e da sociedade civil. A comissão local na Reitoria é composta por representantes dos servidores em atuação na Reitoria.

9.4.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

É responsável pelo assessoramento à Coordenadoria de Inclusão e Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, em questões relacionadas às políticas de inclusão. Dissemina a cultura da inclusão e da educação para a convivência e a aceitação da diferença no âmbito do IFSC por meio de projetos, pesquisa, assessorias e ações educacionais. Além disso, contribui para a implementação das políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. É composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, dez servidores, sendo um Coordenador indicado pela Pró-Reitoria de Ensino e por Coordenadores dos NAPNE dos câmpus escolhidos entre seus pares.

9.4.3 Comissão de Ética

Órgão integrado ao sistema de gestão da ética pública conforme o Decreto nº 6.029/2007. Atua como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade e aplica o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Público Federal (Decreto nº 1.171/1994).

CAPÍTULO 10

RELAÇÕES EXTERNAS

10.1 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

Para o cumprimento da missão institucional, o IFSC empreende esforços para fortalecer e ampliar suas relações com a comunidade através da articulação e formalização de parcerias com instituições governamentais, não governamentais e empresas.

Em seu planejamento estratégico, o IFSC estabeleceu o objetivo estratégico P7: “ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada”, compreendendo que a instituição deve participar ativamente das esferas pública, privada e do terceiro setor, atuando como agente de divulgação e de reconhecimento da EPCT.

Um dos indicadores de acompanhamento do alcance desse objetivo estratégico é o número de parcerias estabelecidas. A formalização das parcerias é um importante instrumento para aqueles que dedicam suas atividades a ações que garantem a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão e que, dessa forma, contribuem para a consecução dos objetivos do IFSC conforme a Lei nº 11.892/2008 em seu artigo 7º.

As parcerias desenvolvidas têm como uma de suas finalidades o fortalecimento das atividades de inovação, alinhando as ações institucionais com as diretrizes nacionais, que por meio de editais, vêm financiando projetos de pesquisa e extensão tecnológica que visam a alavancar a interação entre setor público e privado, assim como o desenvolvimento de mecanismos legais para impulsionar a transferência de tecnologia.

A aproximação do IFSC com os diversos atores da sociedade qualifica o ensino e impulsiona as atividades de pesquisa e de extensão, ampliando a captação de recursos financeiros e permitindo que o IFSC atenda às demandas da sociedade.

Programas especiais como, por exemplo, Proeja, Certific, Pronatec e Mulheres Mil também necessitam da articulação entre o IFSC e a sociedade a fim de garantir as ações entre os diversos setores da sociedade que atuam de forma transversal com as demais

políticas públicas e sociais, buscando potencializar e fortalecer as ações de educação, assistência social, saúde, organizações populares, movimentos sociais, entre outros.

A formalização de parcerias com as diversas instituições garante segurança nas ações planejadas, contribui para aumentar o leque de atividades, podendo ser de forma periódica ou pontual, e para incluir novos atores sociais no processo de ensino.

Termos de Cooperação Técnica e Contratos de Prestação de Serviço são exemplos de instrumentos utilizados para viabilizar a execução de projetos ou atividades de duração certa. Os Acordos de Cooperação Técnico-científica, por sua vez, destinam-se a formalizar intenções de se desenvolver futuramente projetos e ações em conjunto.

Na necessária articulação com os diversos setores da sociedade, o IFSC intervém por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, construindo processos que contribuem para o desenvolvimento local e regional, assumindo que a educação profissional e tecnológica atua atendendo o seu compromisso com o todo social.

Portanto, as relações sociais construídas com diferentes interesses e expectativas fazem com que o IFSC seja um agente estratégico na estruturação de diretrizes regionais e de formação com base nas demandas reais, contribuindo para o desenvolvimento com base nos aspectos sociais, culturais e econômicos de uma região.

10.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, “internacionalização é o processo de inclusão das dimensões do global, do internacional e do intercultural nos currículos, no processo ensino/aprendizagem, na pesquisa, na extensão e na cultura organizacional da universidade com o objetivo de proporcionar a sua comunidade uma diversidade de conceitos, ideologias e princípios gerenciais contemporâneos sem, contudo, perder de vista suas origens e suas motivações próprias.”

A internacionalização se refere a um processo de mudanças organizacionais, de inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades (RUDZKI, 1998)¹.

1 RUDZKI, R. E. **The strategic management of internationalization: towards a model of theory and practice.**

O IFSC pretende, nos próximos cinco anos, fortalecer sua internacionalização com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, realizando divulgação, produção científica e tecnológica. Esse é um dos objetivos estratégicos da instituição para os próximos cinco anos.

A internacionalização no IFSC tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de políticas e programas para integrar as dimensões internacional e intercultural. Através da internacionalização, tende-se a formalizar os benefícios da cooperação internacional, que visam a atender a toda a comunidade do IFSC.

O processo de internacionalização implica em uma série de ações, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes itens:

- mobilidade de estudantes e servidores;
- internacionalização do *curriculum*;
- oferta educativa internacional;
- duplas titulações;
- acordos interinstitucionais;
- pesquisa e pós-graduação conjuntas;
- ensino-aprendizagem de idiomas e culturas estrangeiras;
- programas de cooperação para o desenvolvimento de pesquisa, extensão e de interesses comuns entre o IFSC e as instituições parceiras.

A fim de promover tais ações, o IFSC trabalha para propor diretrizes com vistas em uma política institucional na área de cooperação internacional, ensino de idiomas e mobilidade, divulgando suas atividades em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão.

A instituição conta com uma Coordenação de Assuntos Internacionais, que a assessora e a representa em questões referentes a assuntos internacionais. A Coordenadoria também dá apoio, propõe e realiza eventos internacionais em conjunto com os câmpus, assim como recebe e apoia as demandas externas de propostas de cooperação internacional em suas diversas modalidades, emitindo, quando necessário, pareceres nos processos de acordos e convênios internacionais.

Assim sendo, o IFSC gerencia as informações referentes a programas de cooperação internacional existentes, como é o caso do Programa Ciências sem Fronteiras do Governo Federal e o Programa de Cooperação Internacional para Intercâmbio de Estudantes do IFSC – Propicie. A instituição também apoia o intercâmbio internacional de estudantes, coordenando os processos de homologação e demais procedimentos necessários a sua viabilização.

Os programas de mobilidade visam ao intercâmbio de servidores e discentes, não somente nas áreas técnicas e de pesquisa, mas também na capacitação, certificação e proficiência em idiomas. Inúmeras ações têm sido realizadas, como a criação de cursos de línguas, a participação em editais nacionais, a aplicação de testes de proficiência em idiomas e a promoção de encontros para o debate de políticas nessa área.

O IFSC dá assistência a participantes estrangeiros que se encontram em atividade na instituição, promovendo sua inserção junto aos câmpus. Em linhas gerais, o IFSC divulga e promove a conscientização da importância das atividades de cooperação internacional, enfatizando a relevância de uma experiência internacional para alunos, professores e técnicos administrativos, sempre buscando intercâmbio com instituições e agências de cooperação técnica, tecnológica, científica e cultural no exterior.

CAPÍTULO 11

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

11.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO IFSC

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Essa modalidade é regulada pelos Decretos nº 5.622/2005, nº 5.773/2006 e nº 6.303/2007, e pela Portaria Normativa nº 40/2007, republicada em 2010.

A Educação a Distância no IFSC teve início em 1999, quando o Câmpus São José ofereceu o primeiro Curso Básico de Refrigeração a distância. Em 2006, o Câmpus Florianópolis ofereceu, em parceria com as Centrais Elétricas do Sul – Eletrosul, o Curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade EaD, dando início, assim, ao Núcleo de Ensino a Distância do Câmpus Florianópolis se iniciou.

Ainda em 2006, o Câmpus Florianópolis participou do primeiro edital do Programa UAB, publicado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC (SEED/MEC), ofertando, em 2007, 300 vagas para o CST em Gestão Pública.

Em 2009, o IFSC aderiu ao Programa e-Tec Brasil, iniciando a oferta do curso Técnico de Informática para Internet. Também nesse ano, realizou o curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e em 2010 começou a ofertar as especializações em: Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências. Em 2012, foi ofertada a primeira turma do Curso de Especialização em Mídias na Educação e teve início a oferta da Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos.

O Departamento de EaD era, até 2013, subordinado a Pró-Reitoria de Ensino, mas após um longo e participativo debate em toda a instituição com o objetivo de construir um modelo de educação a distância, foi desenvolvido o conceito de Centro de Referência em Formação e EaD (Cerfead), ao qual o Departamento de EaD está vinculado. Um dos objetivos do Cerfead é fomentar a expansão da EaD no IFSC, fornecendo assessoria técnica e pedagógica na implantação dos Núcleos de Educação a Distância (Nead) e na articulação das ofertas em EaD.

Credenciado em 2014, o IFSC é o único Instituto Federal que participa do Sistema Universidade Aberta do SUS. Trata-se de um grande programa nacional de capacitação de servidores do SUS, que oferta cursos em vários níveis e modalidades, de acordo com as demandas do sistema. A oferta desses cursos, iniciada em 2014, será expandida ao longo dos próximos anos.

11.2 ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A estrutura de EaD no IFSC é composta pela diretoria de EaD, componente do Cerfead, pelos Neads, além de polos de apoio presencial em convênio com prefeituras municipais.

Conforme a Resolução nº 22/2013/Consup, o Nead é um espaço para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas à oferta dos cursos a distância de cada câmpus. Esses núcleos poderão desenvolver projetos pedagógicos de cursos e ofertá-los na modalidade EaD, de acordo com o eixo tecnológico ou competência do câmpus. Poderão, também, sediar a oferta de cursos de outros câmpus ou por meio de convênios com os programas parceiros do IFSC. O Nead é estruturado de acordo com a proposta pedagógica de cada câmpus, o qual deve oferecer infraestrutura física, de pessoal e tecnológica para o seu funcionamento, estando apto a receber recursos de fomento para a oferta em EaD.

Para oferta de seus cursos, considerado o primeiro semestre de 2014, o IFSC conta com 30 polos UAB (Quadro 11.1), oito polos e-Tec (Quadro 11.2) e 15 câmpus credenciados como Neads, com funcionamento autorizado pelo Consup (Quadro 11.3).

nº	Cidade	Mantenedor
1	ARARANGUÁ-SC	Prefeitura Municipal de Araranguá
2	BLUMENAU-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
3	BRAÇO DO NORTE-SC	Prefeitura Municipal do Braço do Norte
4	CAÇADOR-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
5	CACHOEIRA DO SUL-RS	Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul
6	CHAPECÓ-SC	Prefeitura Municipal de Chapecó
7	CAMPOS NOVOS-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
8	CONCÓRDIA-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
9	CRICIÚMA-SC	Prefeitura Municipal de Criciúma
10	FLORIANÓPOLIS-SC	Prefeitura Municipal de Florianópolis
11	FOZ DE IGUAÇU-PR	Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
12	INDAIAL-SC	Prefeitura Municipal de Indaial
13	ITAJAÍ-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
14	ITAPEMA-SC	Prefeitura Municipal de Itapema
15	JALES-SP	Prefeitura Municipal de Jales
16	JOINVILLE-SC	Prefeitura Municipal de Joinville
17	LAGUNA-SC	Prefeitura Municipal de Laguna
18	OTACÍLIO COSTA-SC	Prefeitura Municipal de Otacílio Costa
19	NOVA LONDRINA-PR	Prefeitura de Nova Londrina
20	PALHOÇA-SC	Prefeitura Municipal de Palhoça
21	PALMITOS-SC	Prefeitura Municipal de Palmitos
22	PORTO UNIÃO-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
23	POUSO REDONDO-SC	Prefeitura Municipal de Pouso Redondo
24	SÃO JOÃO DO POLESINE-RS	Prefeitura Municipal de São João do Polêsine
25	SÃO JOSÉ-SC	Prefeitura Municipal de São José
26	PRAIA GRANDE-SC	Prefeitura Municipal de Praia Grande
27	SÃO MIGUEL DO OESTE-SC	Secretaria de Desenvolvimento Regional
28	VIDEIRA-SC	Prefeitura Municipal de Videira
29	TAPEJARA-RS	Prefeitura Municipal de Tapejara
30	TIO HUGO-RS	Prefeitura Municipal de Tio Hugo

Quadro 11.1: Polos da UAB com oferta de cursos do IFSC
Data da coleta: julho de 2014

nº	Cidade	Local
1	CAMPOS NOVOS-SC	Escola Básica Municipal Paulo Blasi
2	GASPAR-SC	IFSC
3	ITAPOÁ-SC	Escola Municipal Frei Valentin
4	OTACÍLIO COSTA-SC	Escola Básica Municipal Pedro Álvares Cabral
5	SÃO JOSÉ-SC	Colégio Municipal Maria Luiza de Melo
6	SANTA CECÍLIA-SC	Centro Educacional Rogério Laurindo do Valle
7	TUBARÃO-SC	CAIC Leocildes Zandavalle
8	XANXERÊ-SC	IFSC

Quadro 11.2: Polos da Rede e-Tec Brasil com oferta de cursos do IFSC
Data da coleta: julho de 2014

nº	Câmpus	Data de credenciamento pelo Consup
1	CRICIÚMA	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
2	LAGES	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
3	PALHOÇA-BILÍNGUE	6 de dezembro de 2013 (resolução 48/2013)
4	CANOINHAS	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
5	GASPAR	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
6	SÃO MIGUEL DO OESTE	18 de fevereiro de 2014 (resolução 02/2014)
7	ARARANGUÁ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
8	CAÇADOR	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
9	CHAPECÓ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
10	FLORIANÓPOLIS	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
11	GAROPABA	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
12	ITAJAÍ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
13	JARAGUÁ DO SUL	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
14	JOINVILLE	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)
15	XANXERÊ	30 de junho de 2014 (resolução 25/2014)

Quadro 11.3: Needs do IFSC
Data da coleta: julho de 2014

11.3 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A oferta de cursos na modalidade EaD no IFSC, considerado o primeiro semestre de 2014, compreende os seguintes cursos:

- Curso Técnico em Informática para Internet (e-Tec);

- CST em Gestão Pública (UAB);
- Especialização em Educação de Jovens e Adultos (UAB);
- Especialização em Gestão em Saúde (UAB);
- Especialização em Gestão Pública (UAB);
- Especialização em Ensino de Ciências (UAB);
- Especialização em Mídias na Educação (UAB);
- Especialização em Proeja (Cerfead).

A oferta prevista para o período de vigência deste PDI é apresentada no Capítulo 4 – POCV.

11.4 CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Cerfead tem como missão desenvolver programas, projetos e procedimentos na área de formação de formadores e gestão pública e, assim, contribuir com o desenvolvimento pleno social e profissional de sua comunidade. Esse Centro vislumbra a referência nacional na área de formação de formadores e de gestão pública. Além disso, pretende dar o apoio à consolidação do uso da modalidade de educação a distância como instrumento para a ampla socialização do conhecimento e para o desenvolvimento do indivíduo em seu contexto social.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, o IFSC deverá garantir, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o mínimo de 20% de suas vagas para atender a cursos de licenciatura, bem como a programas especiais de formação pedagógica, visando formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O planejamento estratégico do IFSC estabelece como um de seus indicadores o atendimento aos percentuais de distribuição de oferta previstos nessa lei. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos “Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia”, com diversas ações relacionadas ao desenvolvimento da educação a distância na instituição.

A melhoria da qualidade do ensino constitui um dos desafios centrais da política nacional. Nesse sentido, a valorização profissional do servidor público, através de

investimentos na formação contínua, é nomeadamente uma das medidas que se considera para possibilitar o processo de “reflexão-ação” em seu contexto social e profissional. O planejamento estratégico do IFSC aponta para esse sentido, principalmente em dois de seus objetivos: “Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia”, que implica em “Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos.”

A criação do Cerfead é uma das ações do IFSC para alcançar esses objetivos. Esse Centro se estabelece dentro de um paradigma de processo formativo contínuo, potencializando o desenvolvimento de diversas habilidades, competências e a (re)construção de saberes para as comunidades interna e externa do IFSC, de modo a adotarem, em sua ação diária, políticas práticas associadas, prioritariamente, ao emprego de soluções que promovam o bem-estar do seu contexto local e regional.

Atualmente, o Cerfead é o responsável pela oferta do Curso de Pós-graduação *latu sensu* em Proeja e está em fase de elaboração dos PPCs para a oferta, via Programa e-Tec Idiomas, dos cursos de Espanhol, Inglês e Português para estrangeiros. Além disso, iniciou a capacitação dos servidores do IFSC com três ofertas de qualificação: Documentos, Memorandos e Protocolo, como parte da capacitação para implementação do novo Sistema Eletrônico de Gestão, atividade que deverá se intensificar até a total implantação do sistema, prevista para o final de 2016.

CAPÍTULO 12

CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações” (ONU, 1987¹).

A sustentabilidade é “consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade”. (CAPRA, 2006 apud ROSA, 2007²).

“Em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado”. (DINIZ DA SILVA, 2010 apud BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010³).

Em resumo, ser sustentável é não gastar ou não planejar gastar mais do que se tem ou se preveja ter, ou seja, não gerar prejuízo, proporcionando o máximo retorno possível ao investimento. Nesse sentido, o IFSC tem como objetivo estratégico “Melhorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos” de forma a otimizar continuamente a gestão dos processos e alcançar com efetividade as metas institucionais.

Para ser sustentável o IFSC precisa atender com a máxima qualidade, eficiência e responsabilidade social às necessidades dos alunos e da sociedade, para que suas despesas programadas não sejam maiores do que a previsão de receitas. Sendo assim, o IFSC estabeleceu em seu planejamento estratégico o objetivo “Gerenciar recursos financeiros com efetividade”, a fim de maximizar os resultados da instituição e otimizar o tempo de atendimento às demandas, por meio do planejamento da captação, da

1 <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>

2 ROSA, Altair. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Curitiba, 2007.

3 BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>

aplicação e da execução dos recursos financeiros.

12.1 A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NO IFSC

Considerando a complexidade de gestão da Rede IFSC e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada câmpus, é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados.

O IFSC pretende, nos próximos cinco anos, conforme estabelecido em seu planejamento estratégico, consolidar a governança institucional e a gestão em rede, garantindo a integração, inovação e efetividade do modelo de gestão institucional em rede, alinhado à otimização dos processos e estruturas implementadoras da estratégia.

A atuação conjunta da Rede IFSC tem trazido bons resultados e busca tornar ainda mais eficiente a gestão de seus processos para que o ensino ofertado seja da máxima qualidade. Por seis anos consecutivos, o IFSC obteve o melhor IGC da rede profissional e tecnológica do país. Mesmo assim, tem-se a consciência de que muito precisa ser feito e aprimorado e, principalmente, que essa avaliação positiva é resultado do esforço coletivo de servidores comprometidos e qualificados e de alunos competentes e preparados.

Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para previsão e distribuição dos recursos a cada Instituto Federal e que, principalmente, o IFSC é uma instituição pública federal com missão e valores únicos e que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento.

Sendo assim, os recursos destinados ao IFSC por meio da LOA não são de cada câmpus nem da reitoria, são do público. As decisões quanto à alocação e execução desses recursos não podem levar em consideração os interesses individuais, políticos e segmentados; é necessária uma atuação técnica e sistêmica para definição das prioridades institucionais em prol da Rede IFSC e da sua comunidade.

É necessário compreender, ainda, que cada câmpus possui especificidades quanto a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

Entender que autonomia administrativa difere de independência e soberania na atuação é primordial. A autonomia administrativa é garantida somente quando há justiça e equidade no tratamento das questões entre os envolvidos, com o estabelecimento de critérios técnicos e objetivos, visão sistêmica, estabelecimento de diretrizes e regulamentação de processos. Dessa maneira, pode-se ter transparência e unidade entre os câmpus e a reitoria para que o IFSC cumpra sua missão.

Através da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o IFSC busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

12.1.1 A estrutura de Orçamento e Finanças no IFSC

A gestão orçamentária do IFSC ocorre de forma parcialmente descentralizada: a Reitoria é, atualmente, a única Unidade Gestora Executora (UG-E) da Rede IFSC, enquanto os câmpus são Unidades Gestoras Responsáveis (UG-R).

Cada câmpus planeja e gerencia seu orçamento próprio, porém a execução final é realizada pela Reitoria. Alguns procedimentos, porém, já foram descentralizados para agilizar o processo e capacitar os gestores e servidores dos câmpus para a descentralização orçamentária, tais como a emissão de notas de empenho e a liquidação de notas fiscais.

A proposta da Instituição é de que, assim que o processo de implantação dos câmpus esteja consolidado, todos os gestores e servidores sejam capacitados e, principalmente, as diretrizes orçamentárias da Rede IFSC sejam discutidas e elaboradas. Dessa maneira, será feita a descentralização orçamentária aos câmpus, transformando-os em Unidades Gestoras Executoras, e seus diretores-gerais em Ordenadores de Despesas.

12.1.2 O Orçamento do IFSC

Os recursos orçamentários do IFSC advêm do Orçamento Geral da União por meio da LOA, o que permite visualizar os limites da gestão em cada Exercício Financeiro. Os recursos previstos na LOA têm sua execução planejada e dividida em: despesas de pessoal (folha de pagamento), de custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e de investimento (obras e aquisição de equipamentos e

imóveis).

O orçamento inicial do IFSC para 2013, com recursos do Tesouro, atingiu cerca de 238 milhões de reais, compreendendo as despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção e investimentos (Tabela 12.1).

ORÇAMENTO 2013			
FUNCIONAMENTO E CAPACITAÇÃO DA EPT		PESSOAL E ENCARGOS	
DISCRIMINAÇÃO	LIMITES	DISCRIMINAÇÃO	LIMITES
Capacitação Administrativo	R\$ 493.500,00	Inativos e Pensionistas	R\$ 22.329.160,00
Capacitação Docente	R\$ 713.000,00	Obrigações Patronais	R\$ 21.066.614,00
Custeio	R\$ 41.648.526,00	Pessoal Ativo	R\$ 102.622.915,00
Investimento	R\$ 21.124.071,00	Complementação PASEP	R\$ 12.408,00
Total	R\$ 63.979.097,00	Total	R\$ 146.031.097,00
DEMAIS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS		OUTROS VALORES DA FOLHA DE PESSOAL	
DISCRIMINAÇÃO	LIMITES	DISCRIMINAÇÃO	LIMITES
Despesas Correntes – recursos próprios	R\$ 653.517,00	Assistência e Auxílios	R\$ 9.427.744,00
Despesas de Capital – recursos próprios	R\$ 587.275,00	Total	R\$ 9.427.744,00
CONIF	R\$ 85.900,00	TOTAL ORÇAMENTO 2013	
PROEXT	R\$ 116.641,00		
Complemento SETE – Programas Específicos	R\$ 966.800,00	Total	R\$ 237.796.463,00
Expansão Fase III	R\$ 2.800.000,00		
Fortalecimento da Rede Federal	R\$ 1.000.000,00		
Assistência Estudantil	R\$ 5.308.829,00		
Apoio à Reestruturação	R\$ 6.839.563,00		
Total	R\$ 18.358.525,00		
FONTE: LOA – 2013 – IFSC			

Tabela 12.1: LOA 2013 IFSC

O orçamento destinado ao cumprimento das despesas com pessoal ativo e inativo, pensionistas, encargos sociais e benefícios aos servidores vem sendo administrado de forma direta pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), cabendo à gestão do IFSC informar eventuais reestimativas dentro do exercício.

O orçamento do IFSC, conforme apresentado na Tabela 12.1, conta também com recursos decorrentes de receita própria, ou seja, recursos diretamente arrecadados. Esses recursos são captados por meio de ações como aluguel de ambientes, realização

de concursos e outros, compondo uma parcela que correspondeu, em 2013, a apenas 0,52% do valor oriundo da União.

Além desses recursos, o IFSC conta também com os recursos diretamente arrecadados, com orçamento próprio para projetos/programas específicos, tais como Pronatec e UAB, com as descentralizações de créditos, com eventuais emendas parlamentares e com convênios públicos e privados. A Instituição firma convênios e termos de cooperação com a Setec, a Capes, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e outros órgãos públicos de fomento. Esses convênios e termos de cooperação permitem ampliar o nível de investimentos e desenvolver outros projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Os recursos oriundos de descentralizações de crédito, em sua grande maioria, são firmados por meio de Termos de Cooperação com a Setec, que subsidia as ações de expansão e melhoria da educação profissional e tecnológica, bem como a construção dos câmpus, cujos valores, em 2013, representaram um acréscimo de 6% ao orçamento inicialmente previsto.

Os recursos diretamente arrecadados, as descentralizações de créditos e as emendas parlamentares são distribuídos com base em alguns critérios, tais como:

- a. Matrículas e quantidade de alunos
- b. Número de alunos e de docentes
- c. Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos
- d. Apoio às instituições públicas de ensino
- e. Programas de extensão e certificação
- f. Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico
- g. Núcleos de inovação tecnológica
- h. Registro e comercialização de patentes
- i. Resultados das avaliações
- j. Sistemas de informação e programas do MEC
- k. Programas de mestrado e doutorado

12.1.3 A Matriz Conif

A parcela do orçamento da União referente às despesas de custeio (manutenção,

materiais de consumo e serviços) e capital (investimento, equipamentos permanentes e obras), prevista na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – e projetos correlatos – é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz Conif.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado através de discussão conjunta entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (Forplan), e a Setec.

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos exercícios considera, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz é composta por blocos: pré-expansão⁴, expansão⁵, Reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados são os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) referentes aos dois semestres anteriores à programação orçamentária⁶, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as categorias dos câmpus (implantado ou em implantação, agrícola ou não, etc.) e os tipos e pesos dos cursos.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são: a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados. Esses pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre. Assim, é possível fazer comparações entre matrículas equalizadas de toda a Rede Federal.

Após esses ajustes e discussões entre o Conif e a Setec, a Instituição tem seu orçamento previsto e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional na LOA. A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da Instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades,

4 Câmpus com mais de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (implantado).

5 Câmpus com menos de cinco anos de funcionamento autorizado pelo MEC (em implantação).

6 Meio do ano anterior ao exercício de referência da matriz.

instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo e, sobretudo, buscando mais eficiência na gestão da despesa pública.

A projeção orçamentária para a manutenção das unidades do Instituto, considerando Recursos do Tesouro e as regras atualmente utilizadas para elaboração da Matriz Conif, pode ser observada na Tabela 12.2⁷.

Câmpus	Projeção para os Créditos Orçamentários por UG-R					
	2015*	2016	2017	2018	2019	2020
Araranguá	R\$ 2.821.155	R\$ 3.016.515	R\$ 3.139.563	R\$ 3.233.724	R\$ 3.636.194	R\$ 4.023.214
Caçador	R\$ 1.959.457	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057
Canoinhas	R\$ 2.569.905	R\$ 2.821.057	R\$ 3.014.259	R\$ 3.944.264	R\$ 4.471.087	R\$ 5.077.779
Chapecó	R\$ 3.058.127	R\$ 3.334.435	R\$ 3.739.290	R\$ 4.270.112	R\$ 4.985.351	R\$ 5.742.728
Criciúma	R\$ 2.651.216	R\$ 3.247.808	R\$ 3.616.534	R\$ 3.792.105	R\$ 4.019.727	R\$ 4.274.025
Florianópolis	R\$ 14.964.405	R\$ 17.263.737	R\$ 19.594.085	R\$ 24.362.904	R\$ 33.997.153	R\$ 35.370.229
Florianópolis-Continente	R\$ 2.821.155	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.915.977	R\$ 2.913.971
Garopaba	R\$ 1.919.788	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057
Gaspar	R\$ 2.409.348	R\$ 2.821.057	R\$ 3.108.508	R\$ 3.745.051	R\$ 4.308.261	R\$ 4.171.607
Geraldo Werninghaus	R\$ 3.021.465	R\$ 2.821.057	R\$ 3.192.778	R\$ 5.819.777	R\$ 7.942.104	R\$ 9.352.703
Itajaí	R\$ 2.034.051	R\$ 3.496.637	R\$ 3.895.251	R\$ 4.752.232	R\$ 5.387.843	R\$ 5.856.379
Jaraguá do Sul	R\$ 2.821.156	R\$ 3.123.585	R\$ 3.601.902	R\$ 4.388.387	R\$ 4.927.227	R\$ 5.189.535
Joinville	R\$ 5.595.339	R\$ 4.280.215	R\$ 4.571.036	R\$ 5.519.100	R\$ 6.324.661	R\$ 6.895.258
Lages	R\$ 2.245.959	R\$ 2.821.057	R\$ 2.969.054	R\$ 3.457.028	R\$ 3.961.222	R\$ 4.365.468
Palhoça-Bílingue	R\$ 1.959.031	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057
São Carlos	R\$ 628.470	R\$ 1.907.666	R\$ 2.241.199	R\$ 2.481.654	R\$ 2.590.320	R\$ 2.630.370
São José	R\$ 4.525.201	R\$ 4.699.566	R\$ 4.926.598	R\$ 5.481.072	R\$ 6.046.896	R\$ 6.743.793
São Lourenço do Oeste	n.a.	R\$ 1.885.546	R\$ 2.052.139	R\$ 2.235.669	R\$ 2.331.408	R\$ 2.364.381
São Miguel do Oeste	R\$ 2.444.578	R\$ 2.884.048	R\$ 3.280.576	R\$ 3.891.590	R\$ 4.463.472	R\$ 4.511.212
Tubarão	R\$ 628.470	R\$ 1.976.999	R\$ 2.025.526	R\$ 2.172.073	R\$ 2.486.216	R\$ 2.663.683
Urupema	R\$ 1.973.273	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057
Xanxerê	R\$ 2.692.161	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 2.821.057	R\$ 3.817.208	R\$ 4.396.280
Reitoria	R\$ 8.022.135	R\$ 8.022.136	R\$ 8.022.137	R\$ 8.022.138	R\$ 8.022.139	R\$ 8.022.140
Total	R\$ 73.765.845	R\$ 87.349.464	R\$ 93.916.776	R\$ 108.495.220	R\$ 127.918.694	R\$ 135.848.981

Tabela 12.2: Projeção do Orçamento do IFSC conforme Matriz Conif

* Referência: Matriz Conif 2015

Os valores apresentados para a Reitoria, na Tabela 12.2, incluem os blocos complementares denominados EaD (custeio geral para institucionalização da educação a distância) e Pesquisa Aplicada (aplicado em editais institucionais de pesquisa e extensão). Em 2014, esses blocos representaram, respectivamente, R\$ 419.772,00 e R\$ 1.685.350,00. Os recursos para assistência estudantil estão em bloco complementar da matriz, não apresentados na tabela em função da dificuldade de estimativa.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos

⁷ Considerando as regras atuais da Matriz Conif e desconsiderando ajustes conforme índices de inflação.

orçamentários vinculados às ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional (ação 2031.20RL), à capacitação de servidores (ações 2031.6358 e 2109.4572) e à assistência estudantil (ação 2031.2994).

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa. Assim, a Tabela 12.3 apresenta a série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, conforme agrupamentos de tipos de finalidades de ações orçamentárias, a fim de permitir a verificação de tendências para os próximos cinco anos.

Grupo de ações orçamentárias	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Expansão e reestruturação da Rede Federal de EPT	300.000	8.549.450	1.028.865	8.200.000	9.639.563	17.100.000
Funcionamento da educação profissional	11.228.716	23.290.651	36.097.437	61.817.013	63.401.015	70.562.346
Projetos e programas específicos	0	498.107	179.940	40.900	1.870.161	1.030.912
Assistência estudantil	350.000	550.000	2.957.929	4.395.883	5.308.829	8.067.806
Capacitação	205.000	310.000	400.000	1.125.000	1.206.500	1.691.900
Folha de pagamento	61.674.177	90.926.575	104.668.932	144.482.248	157.658.991	221.731.600
Total de créditos orçamentários	73.757.893	124.124.783	145.333.103	220.061.044	239.085.059	320.184.564
Total de créditos orçamentários menos folha de pagamento	12.083.716	33.198.208	40.664.171	75.578.796	81.426.068	98.452.964

Tabela 12.3: Série histórica dos créditos orçamentários ao IFSC, por grupos de ações orçamentárias

12.2 PREVISÃO DE ORÇAMENTO X PREVISÃO DE DESPESAS

Planejar é fazer escolhas e definir metas e instrumentos. Quando se fala de gestão orçamentária, é preciso ter clareza sobre quais são as despesas essenciais para o bom funcionamento da instituição e, a partir do atendimento delas, definir quais são as demais despesas prioritárias para a alocação de recursos financeiros. Nem todas as necessidades poderão ser atendidas no ano seguinte e, por esse motivo, é preciso que a Instituição pense sistemicamente, a médio e longo prazo, em como vai atender a todas as prioridades da Rede de forma sustentável.

Dessa forma, a cada ano, é imprescindível que se realize ou atualize um diagnóstico das necessidades e um plano anual de trabalho (PAT) para cada unidade administrativa do IFSC.

Na etapa de diagnóstico é necessário que se reveja toda a previsão de gastos correntes da unidade com a compra de materiais de consumo para os cursos e ambientes

administrativos, com os custos fixos (despesas de custeio como água, energia elétrica, dentre outras) e com os demais serviços (alocação de mão de obra terceirizada e outros). Para que o PAT seja eficiente e sustentável, é necessário que se faça uma avaliação do ano anterior (histórico de despesas) e se definam as prioridades para o ano seguinte e para os próximos anos.

Realizados o diagnóstico de necessidades, a avaliação e a reorganização de despesas essenciais, cada unidade deverá organizar de forma democrática e participativa o seu PAT, indicando as necessidades orçamentárias para cada ação e o nível de priorização. Esse plano pode ser composto de novos projetos e de melhorias dos projetos existentes.

Com esses documentos em mãos e após a disponibilização da previsão orçamentária para o ano seguinte pelo MEC, realiza-se a compilação das necessidades da Rede IFSC. Por fim, essas necessidades são incluídas no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do Ministério da Execução, no período chamado de “programação orçamentária”.

12.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA SUSTENTÁVEL NO IFSC

O IFSC realiza, há alguns anos, ações para a implementação e o aprimoramento do modelo de gestão em rede colaborativa e sustentável. Nesse sentido, a primeira experiência da gestão em rede, no então CEFET-SC em 2007, foi a realização de reuniões multicâmpus dos setores de Compras e execução de processos de “Compras Compartilhadas pelo Sistema de Registro de Preços” entre todas as Unidades de Ensino da época.

Como um dos resultados do planejamento efetivo e acompanhamento dessa área, o IFSC conseguiu, por exemplo, diminuir suas contratações diretas de mais de 500 processos ao ano, em 2007, para apenas 50 dispensas de licitação em 2013.

A necessidade de melhorar a aplicação dos recursos levou o IFSC, desde 2012, a utilizar as UG-R para identificar o gasto das despesas por cada um dos câmpus, pró-reitorias e gabinete. Respeitou-se a indicação do valor destinado a cada câmpus pela Matriz Conif, definida pelo número de alunos e pelo peso dos cursos, bem como pelas

demandas das políticas institucionais, como ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas, entre outras.

Para que a gestão dos recursos financeiros do IFSC seja realizada de forma sustentável e eficiente, essas estratégias e ações efetivas, bem como a discussão participativa, são necessárias. A Rede IFSC precisa se organizar tecnicamente para planejar a execução de seus projetos prioritários dentro de seus limites orçamentários e, assim, conseguir planejar o atendimento, a médio e longo prazo, de todas as suas necessidades para o atendimento pleno de sua missão.

É preciso, acima de tudo, visão sistêmica dos gestores e da comunidade para entender o IFSC como uma única instituição com necessidades comuns e específicas que precisam ser tratadas conjuntamente por todos os atores envolvidos e, assim, resolvidas de forma mais eficiente e justa. Não é possível atender a todas as necessidades de cada câmpus do IFSC em apenas um exercício e sem a atuação conjunta, seja ela procedimental ou orçamentário-financeira.

Além disso, é necessário que a cada novo projeto que se pretenda implementar – seja um novo curso, uma nova estrutura, um novo equipamento ou a contratação de um serviço – seja analisado o custo atual e posterior do investimento e não apenas o seu preço momentâneo.

Essas estratégias de atuação em rede têm como objetivo evitar o retrabalho e o desperdício do dinheiro público, compartilhar boas práticas, desburocratizar a gestão e, principalmente, proporcionar a melhor qualidade possível do serviço público prestado à comunidade: o ensino público, gratuito e de excelência.

Dessa forma, o IFSC tem como estratégias para a sustentabilidade financeira em rede:

- visão sistêmica de todos os envolvidos;
- diretrizes orçamentárias para gestão em rede, democrática e sustentável;
- prazos e procedimentos claros e objetivos, visando qualidade do gasto público, eficiência e possibilidade de recursos extraorçamentários;
- gestão de planejamento e orçamento do IFSC;
- mapeamento de competências e capacitação permanente;
- estabelecimento de “Planos Diretores Institucionais” para Tecnologia da

Informação, para Licitações e para Obras/Serviços de Engenharia – incluindo a discussão de diretrizes, procedimentos, normas e planejamento – com o estabelecimento de critérios para definição de prioridades – e execução conjunta;

- processos de execução orçamentária conjunta, tais como “Compras Compartilhadas” (economia de escala, melhor planejamento, prevenção de retrabalho);
- realização de fóruns de discussão e compartilhamento;

Além disso, são estabelecidas estratégias para a sustentabilidade financeira em cada câmpus:

- diagnóstico participativo de necessidades de curto, médio e longo prazo;
- elaboração e revisão participativas dos PAT;
- vinculação/condicionamento da execução de despesas à previsão específica no PAT (com revisões trimestrais e provisão para despesas com imprevistos, inovações etc);
- tomadas de decisão de forma democrática e além dos mandatos de gestão;
- acompanhamento e avaliação da execução orçamentária (disponibilização de relatórios bimestrais);
- definição de despesas essenciais e demais prioridades (apresentação e discussão democrática em cada unidade);
- plano de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura e dos equipamentos;
- captação de recursos extraorçamentários.

Outra estratégia de gestão econômico-financeira do IFSC é a captação de recursos extraorçamentários. Além da dotação definida na LOA, o IFSC necessitará de aporte de recursos extraorçamentários para a consolidação e adequação da infraestrutura, bem como para a aquisição de mobiliário e equipamentos, a qualificação dos servidores e a assistência ao educando, durante a vigência do PDI.

Nos últimos anos, o Instituto recorreu à Setec para obter suplementação orçamentária, por meio de descentralização de crédito, a fim de implementar suas ações e financiar seu crescimento. Os montantes de R\$17.937.958,00 e R\$20.831.573,00 foram descentralizados ao IFSC em 2012 e 2013, respectivamente. As descentralizações de crédito obtidas com órgãos públicos em sua maioria são firmadas com a Setec, que

subsídia em maior volume as ações de expansão, a melhoria da educação tecnológica e a construção de câmpus.

Essa providência tem ocorrido em função do aumento das despesas do IFSC com terceirizados e serviços essenciais ao funcionamento dos câmpus, que correspondem a 40% do valor destinado ao Custeio e Investimento da rede, confirmando o desequilíbrio entre a dotação orçamentária autorizada para a Instituição e sua crescente despesa. Com o intuito de minimizar essa situação, o IFSC precisa aumentar suas receitas próprias, por meio da prestação de serviços e da realização de convênios e parcerias, além de melhorar a qualidade do gasto e a eficiência na gestão dos processos.

Em 2014, o IFSC elaborará o seu Plano de Logística Sustentável e adotará novas medidas para intensificar a efetividade do projeto. Algumas ações administrativas vêm sendo implementadas nesse sentido, dentre elas a adoção de sistema de compras compartilhadas, editais de obras e compras com critérios sustentáveis, melhoria da qualidade do gasto público com mais planejamento efetivo e diminuição das compras diretas, além da adesão ao Programa “Esplanada Sustentável” do Governo Federal. Além disso, diversas ações pontuais estão sendo sistematizadas para compartilhamento de boas práticas, como impressões frente e verso, redução do uso de papel, distribuição de canecas de material reciclado, capacitações, reciclagem, reaproveitamento de água da chuva, etc.

CAPÍTULO 13

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

13.1 CICLO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico do IFSC – apresentado no capítulo 2 – aponta para a importância do aprimoramento da gestão a partir da avaliação constante de seus processos, com implementação de diferentes formas e instrumentos de avaliação. Por sua vez, o Planejamento Estratégico – capítulo 3 deste documento – traz como objetivo “Consolidar a governança institucional e a gestão em rede” (objetivo P9), relacionando uma série de iniciativas que orientarão os Planos Anuais de Trabalho do IFSC (PAT) e que enfatizam a importância da otimização dos processos da instituição e das estruturas implementadoras da estratégia. Aliado a isso, o desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada à estratégia da instituição (objetivo estratégico C5) é fundamental para que se concretize a excelência expressa na nova visão de futuro declarada pela instituição.

Para acompanhar e avaliar a execução deste PDI, o IFSC conta com diferentes ferramentas de gestão. Os colegiados são uma delas. A consolidação desses órgãos tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Eles são instrumentos integradores que facilitam a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem o Instituto.

Nessa vertente, outra ferramenta importante é a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que elabora e executa o processo de autoavaliação institucional, exercendo papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição, conforme detalhado na seção 13.2. A CPA tem ação autônoma em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, embora, para fins de suporte administrativo, seja assessorada pela Prodin.

Para o ciclo do PDI 2015-2019, corroborando com as ferramentas já citadas, apresenta-se o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento

Institucional, estrutura voltada a subsidiar o alinhamento institucional em prol do alcance da estratégia concebida, coletivamente, para o próximo quinquênio.

O planejamento do IFSC também inclui como objetivo estratégico a disponibilização de dados, informações e conhecimento (objetivo C2), o que se relaciona tanto com a disponibilização da infraestrutura necessária quanto com a disseminação da cultura de utilização da informação para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais. O alcance desse objetivo tem impacto direto no processo de acompanhamento do desenvolvimento institucional, visto que o IFSC adota indicadores estratégicos para sua gestão.

Com o alinhamento dos instrumentos de avaliação ao seu planejamento estratégico, os indicadores poderão ser mensurados periodicamente, permitindo que a comunidade e os gestores verifiquem se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas e, conseqüentemente, avaliem a necessidade de repactuá-las ou de redefinir o planejamento em um ou mais de seus níveis.

A Figura 13.1 apresenta o contexto do planejamento estratégico institucional a partir da ótica de um ciclo desejável, pelo qual é possível perceber as relações entre os principais referenciais estratégicos que norteiam a gestão, a saber: PDI, Plano Anual de Trabalho, Programação Orçamentária, Execução Orçamentária, Avaliação Institucional e Relatório de Gestão/Prestação de Contas.

No ciclo da Figura 13.1, o PDI, com vigência quinquenal, exerce papel fundamental, configurando-se como o elemento principal de coesão dos diferentes referenciais, orientando a sua concepção e desenvolvimento a cada exercício anual.

Destaca-se ainda a relevância do processo de construção do Relatório de Gestão ou de Prestação de Contas Anual. Instrumento de caráter obrigatório, normatizado e auditado pelos órgãos externos de controle, traduz em seu conteúdo, de forma objetiva, todo o fazer institucional ao longo do exercício, tanto na esfera educacional, compreendendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, como na esfera da gestão. Em síntese, apresenta para a sociedade e comunidade acadêmica os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas pela instituição no exercício, considerando os ativos tangíveis e intangíveis.



Figura 13.1: Ciclo Desejável – Planejamento Estratégico

Adicionados, o Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado anualmente pela CPA e o Relatório de Gestão/Prestação de Contas constituem-se nos principais documentos de avaliação do desenvolvimento institucional.

Os dados, informações e conhecimentos disponibilizados nos documentos possibilitam a qualificação da etapa de diagnóstico institucional, imprescindível para subsidiar o processo de planejamento, tanto no nível estratégico, como nos níveis tático e operacional.

A cada exercício será concebido o PAT, instrumento operacionalizador dos objetivos traçados no planejamento estratégico, o qual possibilita também a organização da disponibilidade de recursos orçamentários em projetos e demandas de manutenção da instituição, de acordo com a prioridade.

O veículo de concepção dos projetos e elo principal com o planejamento estratégico, a cada exercício, inclui as iniciativas estratégicas, que dependendo dos contextos interno e externo, poderão ser atualizadas anualmente.

Por fim, apesar da necessidade de disponibilização de dados, informações e conhecimento, por meio de relatórios e sistemas de informação, para que seja possível a análise sobre a evolução da performance institucional, a continuidade do desenvolvimento

de competência institucional voltada à capacidade analítica é de grande importância.

É por meio de análises críticas e fundamentadas que se aprimora o ciclo de gestão, possibilitando a correção da trajetória em prol do alcance das finalidades institucionais e atendimento às políticas públicas delineadas.

13.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Considerando a importância da CPA na otimização do processo de desenvolvimento institucional, apresenta-se a seguir a sua estrutura de composição e de funcionamento.

A CPA é constituída por uma Comissão Central, composta por representantes do corpo docente, representantes do corpo técnico-administrativo, representantes do corpo discente e um representante da sociedade civil, e por comissões locais nos câmpus e na reitoria. As comissões locais dos câmpus são compostas por quatro representantes: um docente, um discente, um técnico administrativo e um membro da sociedade civil. A comissão local da reitoria é composta por quatro representantes dos servidores em atuação na reitoria.

Para essa comissão, a autoavaliação institucional é um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios do Sinaes e as singularidades do IFSC.

As competências da CPA Central são:

- I - elaborar e executar o projeto de autoavaliação do IFSC;
- II - conduzir o processo de autoavaliação da instituição e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;
- III - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do IFSC;
- IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do IFSC, para o processo de avaliação institucional;
- V - fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;
- VI - disseminar, permanentemente, informações sobre avaliação;

VII - avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição, para subsidiar os novos procedimentos;

VIII - acompanhar, permanentemente, o PDI e o PPI;

IX - articular-se com as CPAs de outras IES e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes);

X - informar sobre suas atividades ao Consup, mediante relatórios, pareceres e recomendações.

As comissões locais da CPA têm as seguintes competências:

I - organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu câmpus/reitoria;

II - conduzir o processo de autoavaliação no câmpus/reitoria e encaminhar parecer para as tomadas de decisões;

III - acompanhar os processos de avaliação externa do câmpus e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);

IV - implementar ações visando à sensibilização da comunidade do câmpus/reitoria, para o processo de avaliação institucional;

V - sistematizar e analisar as informações do processo de autoavaliação do câmpus/reitoria;

VI - propor à Comissão Central instrumentos de avaliação específicos à realidade do câmpus/reitoria;

VII - realizar a socialização dos resultados do processo autoavaliativo no câmpus/reitoria;

VIII - sugerir ações e encaminhar relatórios para a Comissão Central.

O Programa de Avaliação Institucional do IFSC segue os princípios e dimensões do Sianes. A CPA organiza os procedimentos e instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo Sinaes e às diretrizes definidas pela Conaes.

- Dimensão um: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Dimensão dois: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- Dimensão três: a responsabilidade social, considerada especialmente no que se

refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

- Dimensão quatro: a comunicação com a sociedade.
- Dimensão cinco: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Dimensão seis: a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.
- Dimensão sete: a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação.
- Dimensão oito: o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- Dimensão nove: as políticas de atendimento aos estudantes.
- Dimensão dez: a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades.

A CPA utiliza procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades e buscando assegurar:

- I - a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III - o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;
- IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do IFSC e da sociedade organizada, por meio de suas representações.

Quanto à metodologia, a CPA elabora questionários para os três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, técnico-administrativos e discentes. Esses questionários são disponibilizados na internet, podendo ser acessados e respondidos por

alunos e servidores de todos os câmpus do IFSC. Periodicamente, os instrumentos são revisados para melhor atenderem às demandas da instituição.

Para motivar a participação na pesquisa, é feito um processo de mobilização nos câmpus e na reitoria, coordenado pela comissão central e organizado pelas comissões locais. Uma ampla divulgação da avaliação é realizada na instituição.

Após a coleta dos dados, eles são compilados e analisados, considerando comparativo entre os três segmentos participantes em cada questão e as dimensões estabelecidas pelo Sinaes. A CPA pode utilizar, além do questionário, relatórios, dados e informações institucionais para realizar a autoavaliação institucional.

13.3 PLANO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na estrutura organizacional do IFSC, cabe à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, entre outros: promover a integração entre a reitoria e os câmpus; promover e coordenar os processos de planejamento estratégico e a avaliação institucional; sistematizar dados, informações e procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico. No desenvolvimento dessas competências, a Prodin conta em sua estrutura com a Diretoria de Gestão do Conhecimento e coordenadorias vinculadas.

Além disso, compete ao Codir expedir orientações e procedimentos para o planejamento anual e, ao Consup, aprovar o planejamento anual e o PDI.

A cada ciclo de planejamento a instituição vem aprimorando as suas práticas, metodologias e instrumentos de registro, de acompanhamento e de socialização. Nesse sentido, e para corroborar com a Prodin e as estruturas colegiadas, será instalado o Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.

O acompanhamento é essencial para que a comunidade acadêmica e gestores possam monitorar a forma de evolução do processo, e assim propor ações efetivas de ajuste se necessário. Além do acompanhamento, o desenvolvimento institucional deve ser objeto frequente de avaliação e atualização, a partir de uma reflexão mais ampla, que reflita as percepções e anseios da comunidade acadêmica.

13.3.1 Acompanhamento, Avaliação e Atualização do PDI

O processo de acompanhamento, avaliação e atualização do PDI será gerenciado pelo Comitê Permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional. Esse comitê é o órgão responsável pelo monitoramento da implementação da estratégia institucional, bem como pela proposição das funções necessárias para o seu monitoramento. Para tal, configura-se como elemento articulador entre a comunidade acadêmica e as diferentes instâncias normativas e deliberativas institucionais, propondo ações efetivas para a otimização e a execução do PDI e do PAT.

Considerando a complexidade do trabalho a ser efetuado e visando à garantia da representatividade da comunidade acadêmica e de suas instâncias colegiadas, o comitê será constituído por:

- I. Auditor Chefe da Unidade de Auditoria Interna;
- II. Presidente do CDP;
- III. Presidente do Cepe;
- IV. Presidente da CPA;
- V. Representante dos Chefes de Departamento de Administração dos câmpus;
- VI. Representante dos Chefes de Departamento/Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão dos câmpus;
- VII. Representante dos Diretores-Gerais dos câmpus;
- VIII. Representante dos membros discentes do Consup;
- IX. Titular da Diretoria de Administração;
- X. Titular da Diretoria de Comunicação;
- XI. Titular da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas;
- XII. Titular da Diretoria de Gestão de Conhecimento;
- XIII. Titular da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que o presidirá.

Os componentes previstos nos incisos V, VI, VII e VIII serão escolhidos pelos seus pares. O comitê deverá reunir-se trimestralmente e suas regras de funcionamento serão previstas em regulamento próprio. Para subsidiar o processo de revisão e atualização do PDI, as seguintes diretrizes deverão ser consideradas:

- I. O PPI, dada a sua natureza mais perene, deverá ser avaliado formalmente em período imediatamente anterior ao do início da construção do novo PDI. O resultado da avaliação

apontará a necessidade de manutenção, atualização ou de reestruturação do documento, servindo de subsídio para o processo de construção do novo PDI.

II. Os demais capítulos do PDI poderão ser objeto de revisão, exceto no que se refere às políticas estabelecidas. Entretanto, é facultada a inserção de novas políticas institucionais, se justificada por análises fundamentadas dos contextos interno e/ou externo.

III. Quanto ao planejamento estratégico, fica estabelecido que:

1. Os objetivos estratégicos vigorarão de acordo com o período de vigência do PDI, cabendo revisão somente no caso de alteração da legislação e após a avaliação pelos órgãos competentes.
2. Os indicadores poderão ser revistos de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).
3. As metas poderão ser repactuadas de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).
4. As iniciativas estratégicas sofrerão processo de revisão anual, tendo como instância de apreciação o Codir, e de deliberação o Consup.

IV. O POCV deverá ser revisado em dois momentos distintos durante a vigência do PDI, de acordo com o estabelecido no cronograma geral (Tabela 13.1).

V. O Plano Diretor de Infraestrutura Física será objeto de revisão anual, em função das revisões do POCV, da disponibilidade orçamentária e de novas fases do Plano de Expansão da Rede Federal de EPCT, tendo como instância de apreciação o Codir, e de deliberação o Consup.

A Tabela 13.1 apresenta o cronograma geral de revisão e atualização do PDI 2015-2019 e de Construção do PDI 2020-2024.

Etapas	Ano																																																														
	2014	2015											2016												2017												2018												2019														
Vigência do PDI 2015-2019	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11			
Elaboração do PDI 2020-2024																																																															
PAT																																																															
Revisão do PDI 2015-2019																																																															
Avaliação do PPI																																																															
Revisão do PPI (se necessário)																																																															
Planejamento do PDI 2020-2024																																																															
elaboração do plano geral (PRODIN)																																																															
aprovação do Plano Geral (colegiados)																																																															
composição da comissão central																																																															
Planejamento detalhado e composição da estrutura de trabalho																																																															
Preparação das Comissões para a elaboração do novo PDI																																																															
Revisão do POCV																																																															
Lançamento de edital de concurso público																																																															

Tabela 13.1: Cronograma geral de revisão e atualização do PDI 2015-2019 e de Construção do PDI 2020-2024

13.3.2 Acompanhamento dos Indicadores de Desempenho

Os indicadores estabelecidos no planejamento estratégico serão acompanhados periodicamente, em conformidade com os atributos estabelecidos. Para tal, será utilizada como referência a Ficha do Indicador (Quadro 13.1).

Indicador:	
<i>Nome do indicador</i>	
Objetivo Estratégico:	
<i>Objetivo estratégico relacionado ao indicador</i>	
O que mede:	
<i>Definição básica do indicador</i>	
Para que medir:	
<i>O que espera alcançar medindo o indicador</i>	
Quem mede:	<i>Área responsável pelo indicador</i>
Quando medir:	<i>Periodicidade (mês, trimestre, semestre, ano)</i>
Onde medir:	<i>Base de dados, onde coleta a informação</i>
Como medir:	
<i>Fórmula de cálculo</i>	
Tipo de indicador:	<i>Eficiência (Produtividade) ou Eficácia (Qualidade)</i>
Polaridade:	<i>Positiva (Quanto maior melhor) ou Negativa (Quanto menor melhor)</i>
Dificuldade de medição:	
<i>Relatar suposta dificuldade na coleta de dados e na construção do indicador</i>	
Início da medição:	<i>Data de início da medição</i>
Resultado do ano anterior:	
<i>Caso o indicar já exista, preencher resultado do ano anterior</i>	
Metas:	
<i>Definir metas</i>	

Quadro 13.1: Ficha do Indicador – Modelo

Com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e a divulgação de forma mais frequente e ampla da evolução dos indicadores e metas, será concebido e implementado o Painel de Indicadores. A ferramenta possibilitará a visualização da performance

institucional, subsidiando a adoção de medidas, preferencialmente, de caráter preventivo.

Para contribuir com o processo, poderão ser elaborados relatórios periódicos de análise dos indicadores. Destaca-se, entretanto, no momento da análise, a importância da consideração das relações de causa e efeito entre os diferentes indicadores abordados.

13.4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

As organizações não implementam estratégias, são as pessoas que o fazem. Partindo dessa premissa, resgata-se aqui a importância da participação e do envolvimento dos diferentes atores que constituem o IFSC, no processo de concepção, execução, acompanhamento, avaliação e atualização do PDI.

Essa dinâmica histórica de encaminhamento das questões institucionais é declarada no PPI, no qual o IFSC afirma que preza pela gestão democrática, o que implica a participação da comunidade nos processos decisórios. A diversidade de opiniões deve ser considerada, nessa concepção, como parte do processo democrático e participativo, contribuindo para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Da mesma forma, a avaliação institucional deve ser abrangente e aberta aos envolvidos nos processos.

Em adição, o PPI delinea também diretrizes de gestão preocupadas com a garantia de espaços de discussão e integração dos segmentos da comunidade acadêmica, formando lideranças para o exercício da representatividade. Além disso, preocupa-se com o envolvimento da comunidade nos processos decisórios, por meio de organizações sociais, e com a promoção das condições necessárias para essa participação de forma organizada, transparente e democrática.

Para que a comunidade possa participar da avaliação institucional, espaços de discussão e preparação para a tomada de decisões coletivas devem ser promovidos. Esse processo deve ser coletivo e participativo, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

Dentre os vários espaços de participação da comunidade acadêmica e representantes da sociedade, destacam-se: fóruns colegiados; assembleias; audiências públicas; comissões; grupos de trabalho; comitês; consultas públicas; reuniões técnicas;

seminários; fóruns e reuniões da reitoria itinerante.

O objetivo estratégico C5 – “Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia” – aponta para a necessidade da participação cada vez mais efetiva da comunidade nos processos de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, uma vez que objetiva, dentre outros aspectos, desenvolver a cultura da gestão em rede.

Nesse sentido, cabe à instituição prover também um ambiente institucional que favoreça a comunicação, a cooperação e as condições necessárias para a produção e o compartilhamento do conhecimento individual e organizacional.

Há que se garantir, portanto, na implementação da estratégia, a integração entre as pessoas, os processos desenvolvidos e a cultura institucional. A gestão tem que ser transparente e democrática. Os objetivos estratégicos e metas têm que ser acordados, e os resultados, disseminados e avaliados, propiciando a transparência, a participação, a corresponsabilidade e o respeito à coletividade.

Somente por meio da internalização progressiva dos princípios que norteiam o planejamento, será possível construir uma cultura permanente de autoavaliação crítica das suas políticas. O estabelecimento de uma cultura de planejamento exige um considerável esforço e tempo para a conscientização, discussão e amadurecimento do processo, conduzindo a construção de métodos e instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão na Instituição e envolvendo suas unidades acadêmicas e administrativas (UFSC, 2010)¹.

O ciclo de desenvolvimento institucional tem que ser visualizado, acima de tudo, como um processo formativo, através do qual as pessoas e a instituição aprendem continuamente, aprimoram suas práticas e relações laborais e sociais a partir da consideração dos valores institucionais.

1 UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 - 2014**. Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.die.ufsc.br/arquivos/PDI_2010_2014.pdf. Acesso em: 04 jul. 2014.

ANEXO I – Levantamento dos espaços físicos do IFSC¹²

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
DIREÇÃO-GERAL																				
Sala reservada para o diretor-geral	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1
Antessala para secretário ou assessor		*	1				2			*			1			1		*		
Sala de reuniões			1			1		*		*	1			1	1	1	1			
Sala de reuniões com videoconferência						1	1	*		*	1				1					
Banheiro				1		1	2	*		*				1	1	1	1			
Copa						1	1	*		*				1	1	1	1			
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO																				
Sala principal, para diversos setores	1				1	1		1	1	*		1	1	1	1	1		1	1	
Sala reservada para diretor ou chefe de departamento de administração		*		1			1	*		*	1			1	1					
Sala para o setor de desenvolvimento de pessoas	1	*	1				1	*		*	1	1		1	1	1	1			
Sala para o setor de materiais e finanças		*	1	1			2	*		*	1			1	1	1	1			1
Sala para o setor de almoxarifado e patrimônio	1	*	1	1			2	1		*		1	1	1	1	1			*	
Sala de movimentação de patrimônio	1	*		1			1			*										
Sala para o setor de manutenção ou infraestrutura		*			1		6			*	1					1			*	
Sala para o setor de protocolo		*		1			1													
Sala para o setor de tecnologia da informação e comunicação	1	*	1	1	1	1	2	1	1	*	1		1	1	1	1	1			1
Sala para os equipamentos de processamento e armazenamento de dados	1	*	1		1	1	2	1	1			1	1	1		1	1	1	*	
Sala de reuniões											1									
Sala de arquivo				1			1							1						

1 Os espaços marcados com o asterisco estão em obras.

2 Os dados foram atualizados em junho de 2014.

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Sala principal, para diversos setores	1	*	1	1	1	1	1	1		*		1			1		1	1	1	1
Sala reservada para diretor ou chefe de departamento de ensino, pesquisa e extensão		*		1			1	*	1	*	1			1	1	1				
Sala de reuniões							5				1			1						
Sala para as coordenadorias de área, nível ou curso			1	1		1	21	*		*		1		1	1	1				
Sala para a coordenadoria de pesquisa				1			1	*		*					1	1				
Sala para a coordenadoria de extensão e relações externas	1	*		1			1	*		*	1	1			1	1				
Sala para o setor de estágios		*		1			1		1	*	1									
Sala para o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais		*	1	1			1		1	*	1									
Sala para o núcleo pedagógico	1	*		1					1	*	1		1	1	1	1	1			1
Sala para a coordenação pedagógica		*		1			1	1	1	*				1	1					
Sala para o setor de assistência estudantil		*		1						*					1					
Sala para atendimento a alunos, professores e pais										*			1			1	1			
Sala para o setor de registro acadêmico		*	1	1		1	1	1	1	*	1	1	1	1	1	1		1		1
Sala para a secretaria escolar	1	*		1			6	1	1	*	1		1		1	1				
Sala para arquivo				1			1		1	*	1				1					
Sala para a coordenação/orientação de turno							2									1				
Sala de professores coletiva	1	*		1	1	1	14	1				1			1	1	1	1	1	1
Sala de professores restritas (1 a 3 pessoas)				1			6			*			22		1					
Sala de professores por área (de 4 a 20 pessoas)			3	1			5		4		1			4	1	3				
Biblioteca	1	*	1	1	1	1	1	1	1	*	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (continuação)																				
Sala para processamento técnico na biblioteca	1	*			1	1	1	*	1	*	1			1	1	1	1			
Salas de estudos coletivos na biblioteca	1	*			1	1	1	*		*	1			1	1	1				
Salas de estudos individuais na biblioteca		*			1		1			*				1						
Sala com computadores na biblioteca, para consulta a internet		*	1		1	1	1	1	1	*	1				1	1	1			
Sala de leitura na biblioteca	1	*		1	1	1	1	*		*				1	1	1	1			
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Salas de aula exclusivas – pequenas (até 20 alunos)				1			5	1 (6*)		2*		1				1				
Salas de aula exclusivas – médias (de 21 a 31 alunos)	2				6		17	1 (13*)		4*		10	7	3						1
Salas de aula exclusivas – normais (de 32 a 40 alunos)	6	2 (10*)	14	13		13	35	1	12	3*	15	2	4	4	12	14		2	5*	4
Salas de aula exclusivas – grandes (mais de 40 alunos)	1			3								2	4	3			12			
Salas de aula informatizadas (menos laboratórios)							4			*			1							
AMBIENTES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Continuação)	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Sala de videoconferência para ensino a distância	1	2				1	2	1		1*	1			1	1	1	1		*	1
Salas de aula dentro de laboratórios, com capacidade para, no máximo, 20 alunos	3			1	1		21	2		4*			1		5	22			7*	2
Salas de aula dentro de laboratórios (mais de 20 alunos)						8	13						7						1*	
Sala de estudos para alunos (menos biblioteca)	1						3							1	1	1				
Sala para monitoria	1						3			1*				1	1					
Salas para grupos de pesquisa				1	1		24	*	1				1	1			1			
Laboratórios de informática	2	2	4	1	1	3	30	2 (6*)	5	3*	4	2	3		4	2	2	2	1 (1*)	2
Computadores em laboratórios de informática	50	48	80	5	24	70	603	45	160	90	70	70	96	6	80	23	60		36	70

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
AMBIENTES ESTRUTURANTES																				
Pórtico/Guarita	1	*	1			1	2	*	1	*	1	1	1	1	1	1	1	1	*	1
Sala para recepção		*				1	1	*	1	*	1	1		1	1	1			*	1
Lanchonete/cantina	1	*		1	1	1	1	*	1	*	1	1	1	1		1	1		*	
Copa/cozinha para servidores	1	*		1		1	2	1	1	*	1	1	1	1		1			*	1
Sala de convivência para servidores	1		1			1		*		*				1	1	1	1		*	
Garagem coberta para veículos oficiais	1	*	1			1	1	*	1	*	1	1		1		1	1		*	
Estacionamento coberto para motos								*			1	1								
Bicicletário				1			1			*	1		1					1		
Auditório	1		1			1	1		1	*	1	1		1		1	1		*	
Miniauditório							3				1		1			1				1
Sala multiuso	1														1					
Sala para o setor de apoio didático							1			*					1	1				
Sala para o setor de reprografia para servidores						1	1			*				1	1	1			*	
Depósito de materiais		*	1				5	1	1	*	1				1	1			*	1
Almoxarifado de materiais de consumo	1	*		1	1		3	*		*		1			1	1			*	1
Área coberta para eventos (exposições, cerimônias, etc.)			1			1	1		1	*					1	1				
TERCEIRIZADOS	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Sanitários para servidores terceirizados	1	*	1	1	1		2	*		*					1	1			*	
Vestiários para servidores terceirizados		*		1	1		2	*	1	*			1		1	1		1	*	
Copa para servidores terceirizados	1	*	1	1	1		2	*		*					1	1				
AMBIENTES DE APOIO ESTUDANTIL	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Sala para grêmio estudantil e centro acadêmico	1			1			4		1	*						1			*	
Sala para o setor de reprografia para alunos e comunidade	1						1	*		*	1		1	1		1			*	
Outros ambientes de apoio estudantil																				

ESPAÇOS	CÂMPUS																			
	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Ginásio poliesportivo							2													
Quadra de esportes coberta																1				
Quadra de esportes descoberta							2				1		1	1						
Campo de futebol			1				1		1											
Cancha de areia	1								1											
Vestiários							2									1				
Depósito de materiais esportivos							1									1				
Sala de ginástica							1			*						1				
Pista de caminhada									1											
Pista atlética							1													
Piscina																				
OUTROS	ARU	CDR	CAN	CCO	CTE	CRI	FLN	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SJE	SMO	TUB	URP	XXE
Depósito temporário na biblioteca							1									1				
Espaço em implantação do hotel tecnológico																1			*	
Sala para o setor de saúde							1									1				